

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208**

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

## PORTARIA

### PORTARIA Nº 025/2021 - CMC

PORTARIA Nº 025/2021 - CMC

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 11, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e Art. 20, do Regimento Interno, considerando o disposto na Resolução nº 002/92, considerando o disposto no art. 16, § 6º, I, da Resolução nº 011/2016 - TCE e tendo em vista a solicitação de Diária da servidora MARIA DO SOCORRO PRAXEDES DE MELO, ocupante do Cargo de Vereadora na Câmara Municipal de Caraúbas/RN.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder 01 (UMA) diária, no valor unitário de R\$ 600,00 (seiscentos reais), a Servidor (a) MARIA DO SOCORRO PRAXEDES DE MELO, ocupante do cargo de VEREADORA, Matrícula 0000032-1, para fazer face às despesas com locomoção, hospedagem e alimentação na cidade de BRASÍLIA/DF, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Realizar Entrega de Documentações da Câmara Municipal de Caraúbas, aprovadas em Sessão Plenária realizada no dia 12 de agosto do corrente ano, junto ao gabinete dos Deputados Federais da Bancada do Estado do Rio Grande do Norte. Ressaltamos que a concessão da referida diária foi aprovada por unanimidade na referida Sessão Plenária, conforme ata em anexo.

Local de destino: Brasília/DF.

Período do Afastamento: 01 dia.

Art. 2º - O (a) servidor (a) beneficiário (a) de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 16, § 6º, III, da Resolução nº 004/2013 - TCE, de 31 de Janeiro de 2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Caraúbas, em 13 de agosto de 2021.

Francisco Hamilton Bezerra

PRESIDENTE

Publicado por: Francisco Hamilton Bezerra

Código Identificador: 38884712

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA

## EXTRATO

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2021

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA

Praça Celso Azevedo, 127 - Cep. 59.375-000 - Telefax  
(84) 3473-2358

CNPJ 10.727.485/0001-73 - E-mail:  
camaracruzeta@yahoo.com.br

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2021 DO PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 002/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 024/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA/RN,  
CNPJ: 10.727.485/0001-73.

CONTRATADO (A): ANDERSON MEDEIROS DANTAS  
05286989403, CNPJ: 12.542.099/0001-03.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, PARA TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA/RN, REGISTRO FOTOGRÁFICO DURANTE AS SESSÕES E EVENTOS DA CASA, CRIAÇÃO DE ARTES PARA REDES SOCIAIS, ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE PODCASTS, VINHETAS E SPOT'S INSTITUCIONAIS.

VALOR GLOBAL (R\$): R\$ 3.750,00 (TRÊS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208**

VIGÊNCIA: 13/08/2021 À 13/01/2021.

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019

PROCESSO Nº 014/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.0001.2001 -  
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA.

CONTRATO Nº 018/2019

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS  
PESSOA JURÍDICA

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA/RN,  
CNPJ Nº 10.727.485/0001-73.

(PJ).

CONTRATADA: ISRAEL CARLOS DANTAS MOURA, CNPJ  
26.821.582/0001-60.

FONTE: 001000001 - RECURSOS ORDINÁRIOS.

DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL E O VALOR,  
PASSANDO A PRESTAR O SERVIÇO NO DE VALOR DE R\$  
2.435,00, CELEBRADO ENTRE AS PARTES PARA  
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS  
DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA RELATIVA ÀS  
ÁREAS CONTÁBEIS, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA JUNTO  
A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA/RN.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666/93, Nº  
10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06.

RETIFICAÇÃO: APÓS RETIFICAÇÃO A CLÁUSULA SEXTA DO  
CONTRATO ORIGINAL PASSA A TER A SEGUINTE  
REDAÇÃO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO  
ADITIVO SERÁ DE 05 MESES A PARTIR DE 16 DE AGOSTO  
DE 2021, PASSANDO SEU TERMO FINAL PARA 16 DE  
JANEIRO DE 2022, PODENDO SER PRORROGADO POR  
IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS ATÉ O LIMITE DE 60  
(SESENTA) MESES, CONFORME PREVÊ O ART. 57 DA LEI  
8.666/93.

Cruzeta/RN, em 13 de agosto de 2021.

Itan Lobo de Medeiros

Presidente

**Publicado por:** MAURICÉA MONTEIRO DE MEDEIROS ALMEIDA  
**Código Identificador:** 56030130

RATIFICAÇÃO: FICAM RATIFICADAS AS DEMAIS  
CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO ORIGINÁRIO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 57 DA LEI FEDERAL Nº  
8.666/93, COM SUAS ALTERAÇÕES.

DATA DA ASSINATURA: 16 DE AGOSTO DE 2020.

SIGNATÁRIOS: ITAN LOBO DE MEDEIROS - PELO  
CONTRATANTE, E ISRAEL CARLOS DANTAS MOURA- PELA  
CONTRATADA

CRUZETA/RN, 16 DE AGOSTO DE 2021.

ITAN LOBO DE MEDEIROS

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA  
**TERMO ADITIVO CONTRATUAL**

**2º TERMO DE ADITIVO E VALOR -  
TOMADA DE PREÇO 001/2019 -  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 014/2019**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA

Praça Celso Azevedo, 127 - Cep. 59.375-000 - Telefax  
(84) 3473-2358

CNPJ 10.727.485/0001-73 - E-mail:  
camaracruzeta@yahoo.com.br

EXTRATO DE 2º TERMO DE ADITIVO E VALOR

**Publicado por:** LINDIANE TÁCIA GALVÃO DE ARAÚJO  
**Código Identificador:** 36011016



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

## PORTARIA

### PORTARIA Nº 070/2021- GP, Gov. Dix-Sept Rosado, 13 de agosto de 2021.

A PRESIDENTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º EXONERAR o Sr. JOSÉ FÁBIO PEREIRA DOS SANTOS MORAIS do Cargo em Comissão - AECC-1, na função de ASSESSOR ESPECIAL, do Quadro Geral de pessoal deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

REGISTRE-SE

CUMPRE-SE

LUARA TAYANE FAGUNDES DE OLIVEIRA

Presidenta

**Publicado por:** Luara Tayane Fagundes de Oliveira  
**Código Identificador:** 71724680

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

## RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 30/2021

RECONHEÇO a DISPENSA de Licitação fundamentada no art. 24, II da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da ALZENOR EPITACIO DE MORAIS NETO 07695450413, CNPJ nº 15.683.632/0001-74, referente à contratação de pessoa jurídica para serviço de revisão, manutenção, incluindo troca de peças necessárias no sistema de freio

do veículo L200 de propriedade da Câmara Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria da Câmara Municipal de GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO, sendo favorável à dispensa do processo licitatório, assim determino que seja publicado o devido extrato.

GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO - RN, 13 de agosto de 2021.

LUARA TAYANE FAGUNDES DE OLIVEIRA

Presidenta

**Publicado por:** Luara Tayane Fagundes de Oliveira  
**Código Identificador:** 20387061

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

## DECRETO

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2021

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2021

DISPÕE A RESPEITO DA REPROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE DA PENHA/RN, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, DE RESPONSABILIDADE DO EXGESTOR O SR. ANTONIO LISBOA DE OLIVEIRA.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jose da Penha/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno, propõe o seguinte Decreto Legislativo:

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado -TCE, através do Corpo Técnico da DAM elaborou Informação (Evento nº 47), do Processo: 2405/2020 - TC, apontando a omissão quanto à prestação de Contas Anuais de Gestão do Sr. Antônio Lisboa de Oliveira, responsável pelo Município de José da Penha, referente ao exercício de 2016;

CONSIDERANDO que, na forma da Lei Orgânica Municipal e regimental, foram emitidos pareceres pela Comissão de Orçamento e Finanças e pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, opinando pela NÃO APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

JOSE DA PENHA, EXERCÍCIO DE 2016, EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DAS IRREGULARIDADES CONSTATADAS NO PARECER PRÉVIO Nº DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE.

CONSIDERANDO por fim, que, após o regular trâmite nesta Casa Legislativa, foi levada à apreciação do Plenário os pareceres constantes no processo de julgamento das contas do ex-gestor municipal, e que, em sessão única realizada no dia 28 de junho de 2021, MANTEVE O PARECER PRÉVIO do Tribunal de Contas do Estado, reprovando as contas de responsabilidade do Sr. Antonio Lisboa de Oliveira, referente ao Exercício de 2016. Estado do Rio Grande do Norte Câmara Municipal de Vereadores CNPJ.: 24.516.965/0001-08 Palácio José Evaristo de Fontes

### DECRETA:

Art. 1º. Ficam REPROVADAS as Contas da Prefeitura Municipal de Jose da Penha/RN, relativas ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Sr. ANTONIO LISBOA DE OLIVEIRA, tendo em vista o PROCESSO Nº: 2405/2020 – TC, encaminhado ao Poder Legislativo Municipal pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE. Parágrafo Único. O processo, Parecer Prévio referidos no caput deste artigo, passam a integrar o presente Decreto Legislativo.

Art. 2º. O processo de prestação de contas, o parecer prévio referidos no artigo anterior, ficarão à disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação, na Câmara Municipal de Vereadores, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme determina o §3º, Art. 31 da Constituição Federal, a contas da data da publicação deste Decreto Legislativo;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê ciência, Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Jose da Penha/RN, 12 de agosto de 2021.

CARLOS JOSE PINHEIRO MAIA Presidente

HILDEERMES ROTHISCHYLD FONTES MORAIS

Vice-Presidente

NILCIMAR FONTES DE ARAÚJO GOMES

1º Secretário

MARCIO DOS ANJOS SILVA

2º Secretário

Publicado por: CARLOS JOSE PINHEIRO MAIA  
Código Identificador: 66204336

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

### RESOLUÇÃO

#### Projeto de Resolução nº 002/2021

CRIAÇÃO DA ESCOLA LEGISLATIVA

Projeto de Resolução nº 002/2021

CRIA A ESCOLA DO LEGISLATIVO, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art.1º. Fica criada, no âmbito da Câmara Municipal de José da Penha/RN, a Escola do Legislativo, com o objetivo de oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades legislativas e afins.

Art. 2º. São objetivos específicos da Escola do Legislativo de José da Penha/RN:

I - oferecer aos parlamentares e aos servidores da Câmara Municipal de José da Penha/RN suporte conceitual e treinamento para a elaboração de leis e para o exercício das atividades profissionais das áreas administrativa e legislativa;

II - promover a realização de cursos de ambientação aos novos vereadores, diretores e assessores parlamentares no início de cada Legislatura;

III - oferecer aos servidores e aos profissionais terceirizados conhecimentos básicos para o exercício de funções diversas dentro do Legislativo e fora dele, quando em atividades voltadas para o público ao qual servem;

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

IV - qualificar os servidores nas atividades de suporte técnico-administrativo ampliando a sua formação em assuntos legislativos;

V - desenvolver ações de educação para a cidadania, visando à aproximação da sociedade ao parlamento municipal, principalmente a comunidade estudantil, como forma de colaborar com a realização de atividades parlamentares e políticas;

VI - desenvolver programas e atividades específicas objetivando a formação e a qualificação de lideranças comunitárias e políticas;

VII - estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada ao Legislativo, em cooperação com outras instituições públicas e/ou privadas;

VIII - planejar e organizar eventos sobre temas de repercussão na sociedade que contribuam para a educação política e o aprimoramento da prática legislativa;

IX - integrar e gerenciar convênios, especialmente com o Senado Federal, com a Câmara dos Deputados; com as Assembleias Legislativas; com as Câmaras Municipais; com os Executivos Municipais, estaduais e federal; com as associações; com as entidades de classe; com os órgãos dos Poderes da União; com os Tribunais de Contas; com o Ministério Público; com as universidades; com as faculdades; com as escolas técnicas e com as escolas de cursos de qualificação profissional, propiciando, entre outras atividades conjuntas, a participação de servidores e agentes políticos em videoconferências, treinamentos a distância e a realização de

intercâmbio com o Poder Legislativo em seus diversos níveis no Brasil, e com instituições de ensino e de pesquisa, escolas e universidades, propiciando, entre outras atividades conjuntas, a participação de parlamentares, servidores e agentes políticos em treinamentos a distância;

XI - ser agente de capacitação de vereadores e servidores de outras câmaras municipais e instituições, no cumprimento de compromissos firmados com instituições parceiras;

XII - desenvolver as ações do Memorial da Câmara e incentivar a realização, a elaboração e o desenvolvimento de projetos na área da história e memória política do Município de José da Penha/RN.

XIII - Manter uma biblioteca legislativa com um banco de informações e referências bibliográficas (publicações, teses, monografias, dissertações, entre outros) que tratem de questões e assuntos atinentes à política e legislação brasileira;

XIV - informar e capacitar a comunidade em temas afins às atividades institucionais do Poder Legislativo;

XV - desenvolver ações motivacionais, por meio de palestras, atividades e políticas de relações humanas;

XVI - desenvolver atividades de treinamento, capacitação e de ambientação Organizacional dos servidores em estágio probatório;

XVII - desenvolver ações de preparo e programas de aposentadoria dos servidores;

XVIII - promover a valorização humana dos servidores, proporcionando bem-estar e qualidade de vida, por meio de ações e atividades.

Art. 3º A Escola do Legislativo é diretamente subordinada à Mesa Diretora da Câmara Municipal de José da Penha/RN.

cursos de capacitação técnica e de cursos presenciais de formação acadêmica ou pós-acadêmica;

X - manter atividades de cooperação e

Parágrafo único - A Escola do Legislativo terá autonomia organizativa, pedagógica e didática no planejamento, na execução e na avaliação de seus programas e atividades.

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

Art. 4º A Escola do Legislativo de José da Penha/RN tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Presidência;

II - Direção;

III - Coordenação Pedagógica e de Projetos;

IV - Conselho Geral;

§ 1º As funções administrativas, conforme estrutura organizacional proposta no caput deste artigo, serão desenvolvidas em regime de colaboração, respectivamente pelos seguintes agentes:

I - Presidência: pelo Presidente da Câmara Municipal;

II - Direção: por servidor da Câmara Municipal designado pelo Presidente;

III - Coordenação Pedagógica e de Projetos: por servidor da Câmara Municipal designado pelo Presidente;

IV - Conselho Geral: por um membro da Mesa Diretora do Legislativo, designado pelo Presidente; pelo Diretor Jurídico; pelo Diretor Administrativo, pelo Assessor Legislativo e pelo Diretor da Escola do Legislativo.

§ 2º O projeto pedagógico da Escola do Legislativo de José da Penha/RN será executado com o apoio da Associação Potiguar das Escolas do Legislativo – ASPEL.

Art. 5º As funções e atividades administrativas de que trata esta Resolução são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art. 6º A Mesa Diretora, no prazo de sessenta dias, instituirá o Regimento Interno da Escola do Legislativo de José da Penha/RN.

Art. 7º A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de José da Penha/RN integrará a Associação Potiguar das Escolas do Legislativo – ASPEL.

Art. 8º Para atender as despesas decorrentes desta Resolução serão usados recursos próprios do orçamento vigente, suplementados se necessário.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de José da Penha/RN, 30 de julho de 2021.

MESA DIRETORA:

Carlos José Pinheiro Maia  
Hildeermes Rothischyld Fontes  
Morais  
Presidente  
Vice-Presidente



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

à viagem

**LTDA - ME**

CNPJ: 09.397.355/0001-30

Lagoa Nova, 09 de Agosto de 2021.

Nos exatos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, ratifico a dispensa de licitação para a contratação do objeto do Termo de Dispensa nº 022/2021.

**Ver. Lourival Francisco da Silva Oliveira**

**Presidente**

Lagoa Nova/RN, 10 de Agosto de 2021.

**Publicado por:** Lourival Francisco da Silva  
**Código Identificador:** 58483421

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA  
**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE  
LICITAÇÃO**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº  
22/2021**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

**Considerando** o parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, no que concerne a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA DIGITAL COMO MEIO DE REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE PREGÃO, EM TODAS AS SUAS FORMAS. **PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.**

**Considerando** o que dispõe o artigo 24, II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**RATIFICO e RECONHEÇO** o processo de Licitação dispensável, e, por conseguinte a contratação da pessoa jurídica a seguir:

Empresa: **ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE**

**LOURIVAL FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA**

**Presidente CMLN/RN**

**Publicado por:** Lourival Francisco da Silva  
**Código Identificador:** 22525327

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA  
**EXTRATO**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº  
22/2021**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Lagoa Nova/RN, estabelecida pela Portaria nº 005/2021, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. LOURIVAL FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo Licitação dispensável a seguir:

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DO SISTEMA DENOMINADO WCOMPRAS, PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EM MEIO DIGITAL, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

COMPUTADORES, ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE PREGÃO, EM TODAS AS SUAS FORMAS.

**Empresa:** ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME

CNPJ: 09.397.355/0001-30

**Fundamentação Legal:** LEI FEDERAL 8.666/93, ART. 24, II

em razão do deslocamento até Brasília, para comparecimento no evento denominado XX MARCHA - Legislativos Municipais que acontecerá no período que compreende de 24 a 27 de agosto do corrente ano.

Art. 2º As referidas Diárias servirão para cobertura das despesas da referida viagem, acima referidas, fazendo jus a percepção de 05 (cinco) diárias, no valor de R\$ 403,00 (quatrocentos e três reais), cada uma, perfazendo assim um total de R\$ 2.015,00 (dois mil e quinze reais) referente a viagem a partir do de 23 a 27 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se

**Jamily Palhares Silveira Galvão**

**Presidente CPL**

Gabinete do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Macau/RN, 13 de agosto de 2021.

**Publicado por:** Lourival Francisco da Silva  
**Código Identificador:** 86533114

Vice-Presidente - FRANCISCO CLENILSON FERREIRA DA SILVA

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU

### PORTARIA

#### **Portaria nº 090/2021 - Conceder diárias ao senhor vereador presidente, Givagno Patrese da Silva Bezerra.**

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Macau/RN, e pelo Regimento Interno desta Câmara Municipal, assim como determina a Resolução nº 007/2017, e demais legislação correlata.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 05 (cinco) diárias ao senhor vereador presidente, Givagno Patrese da Silva Bezerra,

**Publicado por:** Helder Marques de Araújo  
**Código Identificador:** 67103204

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU

### PORTARIA

#### **Portaria nº 091/2021 - Conceder diárias ao servidor Helder Marques de Araújo**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Macau/RN, e pelo Regimento Interno desta Câmara Municipal, assim como determina a Resolução nº 007/2017, e demais legislação correlata.

RESOLVE:



## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

Art. 1º Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor Helder Marques de Araújo, em razão do deslocamento até Brasília, para comparecimento no evento denominado XX MARCHA - Legislativos Municipais que acontecerá no período que compreende de 24 a 27 de agosto do corrente ano.

Art. 2º As referidas diárias servirão para cobertura das despesas da referida viagem, acima referidas, fazendo jus a percepção de 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), cada uma, perfazendo assim um total de R\$ 1.200,00 (um mil e reais) referente a viagem a partir do dia 24 a 27 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Macau/RN, 13 de agosto de 2021.

Presidente - GIVAGNO PATRESE DA SILVA BEZERRA

Publicado por: Helder Marques de Araújo  
Código Identificador: 55456285

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU

### PORTARIA

#### Portaria nº 092/2021 - Conceder diárias ao servidor Mateus Maia de Souza

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Macau/RN, e pelo Regimento Interno desta Câmara Municipal, assim como determina a Resolução nº 007/2017, e demais legislação correlata.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor Mateus Maia de Souza, em razão do deslocamento até Brasília, para comparecimento no evento denominado XX MARCHA - Legislativos Municipais que acontecerá no período que compreende de 24 a 27 de agosto do corrente ano.

Art. 2º As referidas diárias servirão para cobertura das despesas da referida viagem, acima referidas, fazendo jus a percepção de 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), cada uma, perfazendo assim um total de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) referente a viagem a partir do dia 24 a 27 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se

Gabinete do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Macau/RN, 13 de agosto de 2021.

Presidente - GIVAGNO PATRESE DA SILVA

Publicado por: Helder Marques de Araújo  
Código Identificador: 83407768

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU

### PORTARIA

#### ATO DA MESA DIRETORA Nº 011, DE 13 DE AGOSTO DE 2021 - Dispõe sobre medidas de isolamento social rígido, de caráter excepcional e temporário

Dispõe sobre medidas de isolamento social rígido, de caráter excepcional e temporário, destinadas ao enfrentamento da pandemia da nova corona vírus, no âmbito da Câmara Municipal de Macau.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU, no uso de suas atribuições legais amparada pelo Artigo 8º,

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

Inciso I e XIII do Regimento Interno deste Poder Legislativo,

CONSIDERANDO que o cenário epidemiológico decorrente da pandemia da COVID-19 ainda preocupa e inspira cuidados, a exigir prudência no processo de retomada das atividades desta casa legislativa;

CONSIDERANDO que o cenário epidemiológico decorrente da pandemia da COVID-19 ainda preocupa e inspira cuidados, a exigir prudência no processo de retomada das atividades socioeconômicas;

CONSIDERANDO que o combate à pandemia e a adoção de medidas de prevenção são questões que devem ser enfrentadas por toda a sociedade, e que o esforço para a superação da crise é de responsabilidade conjunta de governos, de empresas e de cidadãos;

CONSIDERANDO, ainda, que o combate à pandemia e a adoção de medidas de prevenção são questões que devem ser enfrentadas por toda a sociedade, e que o esforço para a superação da crise é de responsabilidade conjunta de governos, de empresas e de cidadãos;

### RESOLVE:

Art. 1º Este Ato estabelece a manutenção das medidas restritivas e temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo corona vírus (COVID-19), com vigência no período entre 16 de agosto de 2021 a 31 de agosto de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Macau/RN, do isolamento social rígido.

Art. 2º No período de abrangência deste ATO, somente poderão permanecer abertos, para atendimento presencial, o setor administrativo da Câmara Municipal de Macau na parte superior da Câmara de Vereadores, bem como o setor de emissões de carteira de identidades, também na parte superior.

§ 1º o servidor, assessor ou colaborador poderá exercer suas atividades sob o regime excepcional de teletrabalho, no qual a Chefia imediata estabelecerá, a metodologia

deste trabalho remoto.

§ 2º Os servidores assessores ou terceirizados que forem do grupo de risco poderão ser afastados e exercer suas atividades através do teletrabalho, quando possível.

Art. 3º Durante o período de vigência deste Ato, as Sessões Ordinárias irão ocorrer nas Segundas e quartas-feiras, das 19h às 22h, de acordo com o regimento interno desta casa legislativa.

Parágrafo Único: Os demais vereadores(as) deverão participar da sessão exclusivamente de forma virtual, através de plataforma a ser escolhida pela mesa, sendo o link da sessão encaminhado aos parlamentares com uma hora de antecedência.

Art. 4º Todas as correspondências externas, requerimentos e projetos deverão ser redirecionados exclusivamente para o endereço eletrônico da secretária legislativa no e-mail: [secretarialegislativa.macau@gmail.com](mailto:secretarialegislativa.macau@gmail.com), ou pelo telefone: (84) 35211442.

§1º O e-mail expedito no Caput deste artigo, também estará disponível ao público de modo geral, para dirimir assuntos de competência da câmara de vereadores de Macau;

Art. 5º Permanece em vigor o dever geral de proteção individual no Âmbito da Câmara Municipal de Macau, consistente no uso obrigatório de máscara de proteção facial por todos aqueles que, independentemente do local de destino ou naturalidade, ingressarem no âmbito da Câmara Municipal de Macau, durante o estado de calamidade pública decorrente da COVID-19.

Art. 6º No que couber, o disposto no presente ato se estenderá as Sessões Ordinárias e Extraordinárias.

Art. 7º Fica suspensa a realização nas dependências da Câmara Municipal de Macau os eventos coletivos não diretamente relacionados às atividades legislativas do Plenário e das comissões parlamentares.

§ 1º Fica abrangida pela suspensão de que trata este artigo as sessões solenes, Audiências Públicas, eventos de Lideranças Partidárias e visitação institucional e outros eventos coletivos que poderiam vir a ocorrer, salvo reuniões no que desrespeito as licitações, e emissões de carteira de identidades, que serão nas dependências da Câmara, seguindo as medidas de protocolo do combate a covid-19.

§ 2º As Reuniões das Comissões Permanentes e das Frentes Parlamentares deverão ocorrer de forma virtual, podendo apenas o presidente e relator das comissões se encontrarem no recinto do plenário.

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208**

**ATOS**

**ATO 07/2021**

ATO Nº 07/2021.

Art. 8º A Presidência, bem como a Diretoria-Geral poderão vir a adotar outras medidas administrativas necessárias ao cumprimento deste Ato, inclusive a redução temporária das jornadas de trabalho ou a divisão dos servidores em equipes e por expediente.

Art. 9º Os casos omissos neste Ato deverão ser dirimidos pela Mesa Diretora e do Presidência desta Casa.

Art. 10 Ficam revogadas as disposições em contrário e mantidas as disposições presentes neste ato e que não confrontem com o disposto em vigor.

Art. 11. Este ATO entra em vigor na data de 16 de agosto de 2021.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Macau, 13 de agosto de 2021.

Vereador Givagno Patrese da Silva Bezerra

Presidente

Vereador Francisco Clenilson Ferreira da Silva

Vice-Presidente

Vereador Wilson Borges da Silva

Primeiro Secretário

Vereadora Maria da Conceição dos Santos Lins

Segundo Secretário

**Publicado por:** Helder Marques de Araújo  
**Código Identificador:** 52654076

CÂMARA MUNICIPAL DE MESSIAS TARGINO

Suspe  
nder  
a  
realiz  
ação  
da 2ª  
Sessão  
do 2º  
período  
Ordin  
ário,  
da 1ª  
Sessão  
Legisl  
ativa,  
da 14ª  
Legisl  
atura,  
e dá  
outras  
provid  
ências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MESSIAS TARGINO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, Proposta e entendimento dos Senhores Vereadores.

**R E S O L V E:**

SUSPENDER, a realização da Sessão Ordinária acima citada, pelos motivos neste ato alegados, transferindo a

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

mesma para o dia 20 de Agosto do corrente ano, no horário regimentalmente fixado.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Messias Targino – RN, Em 13 de Agosto de 2021.

Juscelino Herculano Jales

Presidente

Publicado por: JUSCELINO HERCULANO JALES  
Código Identificador: 15012242

CÂMARA MUNICIPAL DE MESSIAS TARGINO

### PORTARIA

#### PORTARIA 23/2021

PORTARIA Nº 023/2021

A DIRETORA DE SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MESSIAS TARGINO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a resolução nº 04/2017, de 04 de Abril de 2017, que dispõe sobre a fixação de diárias ao Presidente, Vereadores e Funcionários da Câmara Municipal de Messias Targino – RN,

**RESOLVE:**

CONCEDER – 01(uma) diária ao Sr. JUSCELINO HERCULANO JALES – Vereador/presidente da Câmara Municipal, para cobrir despesas de alimentação e

deslocamento na cidade de Natal-RN, para Finalizar a emissão de cédulas de identidade (RG), no instituto científico de Perícia (ITEP/RN) e Participar de uma palestra sobre a nova reforma eleitoral na FECAMRN/CDL, no dia 12 de Agosto do corrente ano.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Messias Targino-RN, 11 de agosto de 2021.

Publicado por: JUSCELINO HERCULANO JALES  
Código Identificador: 53115142

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS

### TERMO

#### EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA - Nº 009/2021

O Presidente da Câmara Municipal de Montanhas/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, **RESOLVE**, dispensar o procedimento licitatório para realização desta despesa, conforme seguintes dados: **CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Montanhas/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 24.193.237/0001-02. **CONTRATADA:** LUCIENE ANGELO DOS SANTOS 02790503486 (CNPJ: 12.074.527/0001-40). **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO E PÓS-PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DA WEB, VEICULAÇÃO DE SESSÕES PLENÁRIAS ONLINE, PAGINAS INSTITUCIONAIS NAS REDES SOCIAIS (FACEBOOK, INSTAGRAM E YOUTUBE), CONFORME AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN. VALOR GLOBAL: R\$**

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

4.000,00 (quatro mil reais). **ORIGEM DOS RECURSOS:** Fonte: 10010000 - Recursos Ordinários (RECURSOS DO DUODÉCIMO). **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, II da Lei Federal nº. 8.666/93.

Montanhas/RN, 05 de agosto de 2021.

RONALDO MOREIRA DE OLIVEIRA

Vereador Presidente da Câmara

Publicado por: Ronaldo Moreira de Oliveira  
Código Identificador: 16085405

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS

### EXTRATO

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2021

**DISPENSA DE LICITAÇÃO - CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Montanhas/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 24.193.237/001-02 - **CONTRATADO:** LUCIENE ANGELO DOS SANTOS 02790503486 (CNPJ nº 12.074.527/0001-40) - **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO E PÓS-PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DA WEB, VEICULAÇÃO DE SESSÕES PLENÁRIAS ONLINE, PAGINAS INSTITUCIONAIS NAS REDES SOCIAIS (FACEBOOK, INSTAGRAM E YOUTUBE), CONFORME AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN - **VIGÊNCIA:** 05 de agosto de 2021 a 31 de dezembro de 2021 - **VALOR GLOBAL:** R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) - **ORIGEM DOS RECURSOS:** Duodécimo da Câmara Municipal de Montanhas/RN - **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93 - Montanhas/RN, 05 de agosto de 2021 - **RONALDO MOREIRA DE OLIVEIRA** - Presidente da Câmara / **LUCIENE ANGELO DOS SANTOS 02790503486** - Empresa Contratada

Publicado por: Ronaldo Moreira de Oliveira  
Código Identificador: 28845151

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS

### EXTRATO

#### EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA - Nº 010/2021

O Presidente da Câmara Municipal de Montanhas/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, **RESOLVE**,

dispensar o procedimento licitatório para realização desta despesa, conforme seguintes dados: **CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Montanhas/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 24.193.237/0001-02. **CONTRATADO:** JALMIR AMADOR DA SILVA (CPF: 762.256.154-15). **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU PESSOA FÍSICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. **VALOR:** Mensal de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), perfazendo um valor global de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). **ORIGEM DOS RECURSOS:** Fonte: 10010000 - Recursos Ordinários (RECURSOS DO DUODÉCIMO). **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, II da Lei Federal nº. 8.666/93.

Montanhas/RN, 05 de agosto de 2021.

RONALDO MOREIRA DE OLIVEIRA

Vereador Presidente da Câmara

Publicado por: Ronaldo Moreira de Oliveira  
Código Identificador: 37700408

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS

### EXTRATO

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2021

**DISPENSA DE LICITAÇÃO - CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Montanhas/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 24.193.237/001-02 - **CONTRATADO:** JALMIR AMADOR DA SILVA (CPF nº 762.256.154-15) - **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU PESSOA FÍSICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - **VIGÊNCIA:** 05 de agosto de 2021 a 31 de dezembro de 2021 - **VALOR GLOBAL:** R\$ 11.000,00 (onze mil reais) - **ORIGEM DOS RECURSOS:** Duodécimo da Câmara Municipal de Montanhas/RN - **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93 - Montanhas/RN, 05 de agosto de 2021 - **RONALDO MOREIRA DE OLIVEIRA** - Presidente da Câmara / **JALMIR AMADOR DA SILVA** - Contratado.

Publicado por: Ronaldo Moreira de Oliveira  
Código Identificador: 50642518

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

## DISPENSA

### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2021

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2021

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Monte Alegre/RN, CNPJ: 10.702.892/0001-26. CONTRATADO: Romário Augusto Soares da Silva, residente no Loteamento Alegrete, casa 03, bairro Barrenta Monte Alegre/RN, - CPF nº 106.113.434-28. - OBJETO: Aquisição de Cadeiras. - VALOR GLOBAL: 2.656,00 (dois mil seiscentos e cinquenta e seis reais). TIPO: Menor Preço. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. ASSINATURAS: Fagner Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Monte Alegre. DATA: 10/08/2021.

Publicado por: EDNALDO RODRIGUES XAVIER  
Código Identificador: 64224203

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

## LICITAÇÃO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2021 - CMMA/RN, REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

AVISO AOS LICITANTES

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2021 - CMMA/RN

PROCESSO Nº. 0508000121

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, inscrita no CNPJ nº. 10.702.892/0001-26, com endereço constante no rodapé do presente, torna público que, por intermédio de seu Pregoeiro, e sua equipe de apoio, designada pela Portaria nº 022/2021 de 13 de maio de 2021, torna público que realizará no dia 24 de agosto de 2021, às 10:00 horas, na sede desta Câmara, localizada na Rua Alfredo Xavier, s/n, Centro, Monte Alegre/RN, promoverá licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade selecionar a melhor proposta para o seu objeto, definido logo abaixo, qual será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de

2002, pela Câmara Municipal de Monte Alegre nº 123/2006; e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (com posteriores alterações), visando a Contratação de empresa para prestar o serviço de assessoramento na elaboração de folhas de pagamento, obrigações sociais e acessórias (GFIP/RAIS/DIRF e outras), e alimentação do quadro funcional e despesas com pessoal no sistema SIAI DP, em conformidade com as Resolução 022/2020 e 023/2020 do TCE-RN na câmara municipal de Monte Alegre por 12 (doze) meses, nos termos do edital e seus anexos.

O Edital da presente licitação e seus anexos poderão ser retirados na sede da Câmara, no endereço constante no rodapé do presente, em seu horário normal de funcionamento (De segunda a sexta feira das 8:00 às 13:00hs) ou através do e-mail: camaramontealegrern@gmail.com.

Monte Alegre/RN, 13 de agosto de 2021.

Ednaldo Rodrigues Xavier

Mat. 000103

CPF.: 048.317.494-78

Pregoeiro

Publicado por: EDNALDO RODRIGUES XAVIER  
Código Identificador: 74106731

CÂMARA MUNICIPAL DE PATU

## PORTARIA

### PORTARIA Nº 029/2021 - CMP

Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo para hospedagem e alimentação a Sra. LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento à cidade de Natal/RN, no dia 12 de agosto de 2021, para reunião administrativa na FECAM/RN para tratar de assuntos de interesse da Câmara Municipal de Patu - RN, representando esta Casa Legislativa.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder uma ajuda de custo no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS, para fazer face às despesas com hospedagem e alimentação na cidade de Natal/RN, no dia 12 de agosto de 2021, para reunião administrativa na FECAM/RN para tratar de assuntos de interesse da Câmara Municipal de Patu - RN, representando esta Casa Legislativa.

Art. 2º - O valor de que trata o Artigo anterior guarda plena conformidade com o Ato da Mesa Diretora nº 002/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PUBLIQUE - SE

E

CUMPRE - SE

Patu (RN), 11 de agosto de 2021.

LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS

Presidente

Publicado por: LUCÉLIA RIBEIRO DANTAS  
Código Identificador: 32338656

CÂMARA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

## DISPENSA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 014/2021

Objeto: Contratação de mepresa para prestação de serviços de limpeza e manutenção preventiva com recarga de gás e troca de peças das Centrais de AR da Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes.

Contratado: FRANCISCO DA COSTA LIMA  
043.840.924-82 - CNPJ:17.828.784/0001-43, com Valor Total Julgado: R\$ 2.250,00 (Dois mil e duzentos e cinquenta reais)

Base legal: Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93.

Rodolfo Fernandes/RN, 13/08/2021

Publicado por: Minervanio Menezes Oliveira  
Código Identificador: 52531068

CÂMARA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

## DISPENSA

### TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de Janeiro de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a Contratação de mepresa para prestação de serviços de limpeza e manutenção preventiva com recarga de gás e troca de peças das Centrais de AR da Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Minervanio Menezes Oliveira da Comissão de Licitação.

Rodolfo Fernandes/RN, 13/08/2021

Publicado por: Minervanio Menezes Oliveira  
Código Identificador: 65105542

CÂMARA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

## DISPENSA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 015/2021

Objeto: Contratação de empresa de para fornecimento de carteira personalizada para os vereadores da Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes.

Contratado: IZABEL SOARES OLIVEIRA 06131112495 - CNPJ:24.780.849/0001-93, com Valor Total Julgado: R\$ 2.090,00 (Dois mil e noventa reais)

Base legal: Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93.

Rodolfo Fernandes/RN, 13/08/2021

Publicado por: Minervanio Menezes Oliveira  
Código Identificador: 67471171

CÂMARA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

## DISPENSA

### TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de Janeiro de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para Contratação de empresa de para fornecimento de carteira personalizada para os vereadores da Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Minervanio Menezes Oliveira da Comissão de Licitação.

Rodolfo Fernandes/RN, 13/08/2021

Publicado por: Minervanio Menezes Oliveira  
Código Identificador: 65787646

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

## PORTARIA

### PORTARIA Nº 039/2021 FIXAÇÃO DAS DIÁRIAS

#### PORTARIA Nº 039/2021

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DAS DIÁRIAS DA CÂMARA

MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Norte/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e considerando a necessidade de adequação funcional da estrutura administrativa do Poder Legislativo, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** FIXAR dos Valores das Diárias da Câmara Municipal de São Bento do Norte/RN.

**Art. 2º.** O Valor Base das Diárias dentro do Território do Estado do Rio Grande do Norte, para custear despesas com Alimentação, Hospedagem e Deslocamento, será de:

**I** - Presidente da Câmara - R\$ 350,00(trezentos e cinquenta reais)

**II** - Vereadores - R\$ 250,00(duzentos e cinquenta reais)

**III** - Funcionários - R\$ 200,00(duzentos reais)

**§ 1º** O Valor base das diárias para fora do Estado do Rio Grande do Norte será dobrado.

**Art. 3º.** O Valor Base das Diárias dentro do Território do Estado do Rio Grande do Norte, para custear despesas com Alimentação e Deslocamento, será de:

**I** - Presidente da Câmara - R\$ 300,00(trezentos reais)

**II** - Vereadores - R\$ 200,00(duzentos reais)

**III** - Funcionários - R\$ 150,00(cento e cinquenta reais)

**§ 1º** O Valor base das diárias para fora do Estado do Rio Grande do Norte será dobrado.

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208**

**Art. 4º.** Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, São Bento do Norte/RN, em 10 de Agosto de 2021.

**FRANCISCO EDUARDO DA SILVA LEITE**

PRESIDENTE

**Publicado por:** Francisco Eduardo da Silva Leite  
**Código Identificador:** 43043113

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO  
**PORTARIA**

## **PORTARIA Nº 008/GPCMSF-2021**

A Presidenta da Câmara Municipal de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições regimentais,

**R E S O L V E:**

Exonerar a partir desta data a Sr.ª JUSSARA DE MEDEIROS SANTOS, inscrito no CPF sob nº 121.093.924-01, ao cargo comissionado de Chefe de Gabinete da Câmara Municipal de São Fernando.

Cientifique-se, publique-se.

São Fernando/RN, 13 de Agosto de 2021.

Vereadora Fernanda Lins de Medeiros Maia

Presidenta

**Publicado por:** FERNANDA LINS DE MEDEIROS MAIA  
**Código Identificador:** 47426460

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

## **PORTARIA**

## **PORTARIA Nº 009/GPCMSF-2021**

A Presidenta da Câmara Municipal de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições regimentais,

**R E S O L V E:**

Nomear a partir desta data a Sr.ª JUSSARA DE MEDEIROS SANTOS, inscrito no CPF sob nº 121.093.924-01, ao cargo comissionado de Coordenadora de Comunicação da Câmara Municipal de São Fernando.

Cientifique-se, publique-se.

São Fernando/RN, 13 de Agosto de 2021.

Vereadora Fernanda Lins de Medeiros Maia

Presidenta

**Publicado por:** FERNANDA LINS DE MEDEIROS MAIA  
**Código Identificador:** 28406340

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

## EXTRATO

### Município de São Fernando/RN - Câmara Municipal EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN - CÂMARA MUNICIPAL, CNPJ n.º 08.221.137/0001-88 OBJETO: Reajuste de preço conforme cláusulas 8ª e 10ª, ajustada a supressão de 23 % no valor do contrato original; VIGÊNCIA: de 06 de Agosto de 2021 até o término do Contrato Administrativo; base legal Art. 65 Lei Federal n.º. 8.666/1993 e suas alterações. Passando a vigorar o novo valor de R\$ 1.128,05 MODALIDADE LICITATÓRIA: DISPENSA DE LICITAÇÃO; PROMITENTE CONTRATADA: GENIVAL LINS DE MEDEIROS NETO 06207122445, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 40.369.868/0001-85. SIGNATÁRIOS: Fernanda Lins de Medeiros Maia - pelo Contratante, e Genival Lins de Medeiros Neto - pela Contratada.

São Fernando/RN, 06 de Agosto de 2021.

FERNANDA LINS DE MEDEIROS MAIA

Presidenta da Câmara Municipal de São Fernando

Publicado por: FERNANDA LINS DE MEDEIROS MAIA  
Código Identificador: 63134324

## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO EXTRATO

### Município de São Fernando/RN - Câmara Municipal EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN - CÂMARA MUNICIPAL, CNPJ n.º 08.221.137/0001-88 OBJETO: Reajuste de preço conforme cláusulas 8ª e 10ª, ajustada a supressão de 12,5 % no valor do contrato original; VIGÊNCIA: de 06 de Agosto de 2021 até o término do Contrato Administrativo; base legal Art. 65 Lei Federal n.º. 8.666/1993 e suas alterações. Passando a vigorar o novo valor de R\$ 3.500,00 MODALIDADE LICITATÓRIA: INEXIBILIDADE DE

LICITAÇÃO; PROMITENTE CONTRATADA: J S T DE MORAIS-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.545.636/0001-35. SIGNATÁRIOS: Fernanda Lins de Medeiros Maia - pelo Contratante, e JOANES SOARES TEIXEIRA DE MORAIS - pela Contratada.

São Fernando/RN, 06 de Agosto de 2021.

FERNANDA LINS DE MEDEIROS MAIA

Presidenta da Câmara Municipal de São Fernando

Publicado por: FERNANDA LINS DE MEDEIROS MAIA  
Código Identificador: 26051744

## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI TERMO

### PROCESSO Nº 021/2021 - TERMO DE DISPENSA

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO/CMSJS/RN nº 021/2021. Dispensa de Licitação nº 016/2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Sabugi-RN, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO a necessidade da aquisição de certificados digitais, destinado à Câmara Municipal.

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal dispõe de recursos financeiros para cobrir as despesas oriundas desta contratação.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 24, inciso II, da lei

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

8.666/93, mediante o qual é possível a contratação direta para aquisição de bens e serviços, cujo o valor seja de até 10% do limite previsto para a modalidade carta convite.

CONSIDERANDO ainda que após minuciosa e detida apreciação da documentação (CNPJ, Certidões, e Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos para a Contratação com a Administração Pública), que a empresa MDR CERTIFICADORA DO NORDESTE LTDA - EPP, foi a que apresentou melhor preço na pesquisa mercadológica realizada e parte integrante desse processo, e atende a todos os preceitos e normas contidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estando, portanto, dita empresa apta a contratar com a Administração Pública Municipal.

AUTORIZO a dispensa de licitação para aquisição de certificados digitais, destinado a Câmara Municipal, no valor de R\$ 548,10 (Quinhentos e quarenta e oito reais e dez centavos), junto a empresa MDR CERTIFICADORA DO NORDESTE LTDA - EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.937.130/0001-62, com sede na Av Barão de Studart, 1501, loja: 12, Bairro Aldeota, Fortaleza - CE, CEP: 60.120-001.

São João do Sabugi/RN, 13 de agosto de 2021.

APRÍGIO PEREIRA DE ARAÚJO NETO

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por: ALCIDES LUCENA NETO  
Código Identificador: 84043420

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI  
**HOMOLOGAÇÃO**

### PROCESSO Nº 021/2021 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO / RATIFICAÇÃO

Processo nº 021/2021 - Dispensa de Licitação nº 016/2021.

Diante das informações e justificativas presentes nos autos e, na forma da Lei, RATIFICO o procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento do art. 24, II da lei 8.666/93, autorizo a contratação junto a empresa, MDR CERTIFICADORA DO NORDESTE LTDA - EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.937.130/0001-62, com sede na Av Barão de Studart, 1501, loja: 12, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE, CEP: 60.120-001.

Determino ao Setor de Contabilidade que as despesas decorrentes deste ato, sejam empenhados nas rubricas orçamentárias pertinentes, bem como sejam preenchidas as informações no Anexo do SIAL através de formulário próprio.

Publique-se.

Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 13 de agosto de 2021.

APRÍGIO PEREIRA DE ARAÚJO NETO

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por: ALCIDES LUCENA NETO  
Código Identificador: 42735238

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI  
**EXTRATO**

### PROCESSO Nº 021/2021 - EXTRATO

EXTRATO

Processo nº 021/2021 - Dispensa de Licitação nº 016/2021

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a aquisição de certificados digitais, destinado à Câmara Municipal de São João do Sabugi-RN, com fulcro no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, e em consonância com o termo de referência constante dos autos do processo.

NOME DO CREDOR: MDR CERTIFICADORA DO NORDESTE LTDA - EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.937.130/0001-62, com sede na Av Barão de Studart, 1501, loja: 12, Bairro Aldeota, Fortaleza - CE, CEP: 60.120-001, no valor de R\$ 548,10 (Quinhentos e quarenta e oito reais e dez centavos).

São João do Sabugi/RN, 13 de agosto de 2021.

APRÍGIO PEREIRA DE ARAÚJO NETO

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por: ALCIDES LUCENA NETO  
Código Identificador: 03810554

### CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA DISPENSA

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO Processo Administrativo nº 025/2021 - DISPENSA Nº 22/2021

##### TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 025/2021 - DISPENSA Nº 22/2021

O Ordenador de Despesas da CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo da DISPENSA Nº 22/2021, que trata da contratação da Empresa A M HONORATO SOBRINHO, com sede Rua Vereador João Batista Soares, 234, Centro, Serra Caiada/RN - CEP: 59.245-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.757.204/0001-86, no valor global de R\$ 7.248,00 (sete mil quinhentos e noventa e seis reais), vem RATIFICAR E RECONHECER A DISPENSA DA LICITAÇÃO, determinando

que se proceda a publicação do presente termo.

Serra Caiada/RN, 11 de agosto de 2021.

Cristilene Bezerra de Azevedo

Presidente

Publicado por: CRISTILENE BEZERRA DE AZEVEDO  
Código Identificador: 65078746

### CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL EDITAL

#### EDITAL 001/2021

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN - BIÊNIO 2023/2024.

O Presidente da Câmara Municipal de Serra do Mel/RN, THIAGO FREITAS DE CARVALHO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo REGIMENTO INTERNO e pela LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, resolve tornar público e CONVOCAR toda Edilidade deste Poder para participar da ELEIÇÃO de escolha da Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos da Câmara Municipal de Serra do Mel - RN, durante o biênio 2023/2024, de acordo com as seguintes normas.

##### DATA E LOCAL DA ELEIÇÃO:

Art. 1º - A eleição para escolha da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Serra do Mel/RN, Biênio 2023/2024, será realizada às 9:00 (nove) horas, do dia 26 de agosto de 2021, no Plenário da Câmara Municipal de Serra do Mel, localizada na Rua Severino Lázaro da Costa s/nº, Vila Brasília - Centro, nesta Cidade de Serra do Mel/RN.

##### HORÁRIO, PRAZO E CONDIÇÕES PARA REGISTRO DAS CHAPAS:

Art. 2º - Cada chapa que concorrer à eleição da Mesa Diretora deverá ser apresentada e protocolizada, na Secretaria da Câmara Municipal, nos dias 17 e 18 de agosto de 2021, no horário regular do expediente desta Casa Legislativa, das 7:00 às 13:00 horas.

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208**

Art. 3º - Os interessados deverão inscrever-se através de requerimento formal, protocolizado na Secretaria da Câmara, o qual deverá constar os cargos e nomes respectivos, com as devidas assinaturas, reconhecidas em cartório, de todos os componentes da chapa, sob pena de indeferimento.

Art. 4º - Fica vedada a inscrição de um mesmo Vereador em mais de uma chapa.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 5º - A eleição/votação dar-se-á por escrutínio aberto e por maioria absoluta de votos;

Art. 6º - O processo de votação far-se-á pela chamada dos Vereadores em ordem alfabética, pela 1ª Secretária, que em seguida declarará seu voto;

Art. 7º - O Presidente da Mesa designará 02 (dois) escrutinadores, determinando a contagem dos votos após o que proclamará a Chapa eleita, que tomará posse em 1º de janeiro de 2023;

Art. 8º - Será considerada vencedora a chapa que conseguir a maioria simples de votos e, em caso de empate, o Presidente da Mesa exercerá o direito de voto de minerva para efeito de desempate.

Art. 9º - O processo eleitoral só poderá ser realizado com a presença da maioria simples dos membros da Câmara Municipal da Serra do Mel.

THIAGO FREITAS DE CARVALHO

Presidente

CPF: 016.760.074-58

ANTONIA NETA MENDONÇA DE MELO

Vice Presidente

CPF: 009.908.544-50

FRANCISCA LEITE DE SENA VERAS

1ª Secretária

CPF: 720.537.124-49

JEU FERREIRA COSTA

2º Secretário

CPF: 701.893.154-15

CÂMARA MUNICIPAL DE UPANEMA

## INEXIGIBILIDADE

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002 2021

O Presidente da Comissão de licitação do Município de UPANEMA, através da(o) CAMARA MUNICIPAL DE UPANEMA, em cumprimento da ratificação procedida pelo(a) Gestor(a) da(o) CAMARA MUNICIPAL DE UPANEMA, faz publicar o extrato resumido do processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO a seguir:

OBJETO.....: Realização de inscrição de vereadores na XX Marcha dos Vereadores 2021, a ser realizada pela UVB (União dos Vereadores do Brasil), no período de 24 a 27/08/2021, em Brasília/DF

FAVORECIDO.....: UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL - UVB, inscrito no CNPJ: 83.594.978/0001-56

VALOR.....: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....: art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE...: emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo(a) Sr.(a), na qualidade de ordenador(a) de despesas.

UPANEMA - RN, 13 de agosto de 2021

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

Comissão de Licitação

Presidente

Publicado por: IBAMAR COSTA E SILVA  
Código Identificador: 12387702

CÂMARA MUNICIPAL DE UPANEMA

**INEXIGIBILIDADE**  
CÂMARA MUNICIPAL DE UPANEMA

## DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002 2021

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de UPANEMA, através da(o) CAMARA MUNICIPAL DE UPANEMA, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo que consta deste processo administrativo, vem emitir a presente declaração de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentado no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação do objeto do presente TERMO da empresa a realização de inscrições de Vereadores na XX Marcha dos Vereadores 2021, a ser realizada pela UVB (União dos Vereadores do Brasil), no período de 24 a 27/08/2021, em Brasília/DF.

Assim, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, venho comunicar ao Gestor(a) da(o) CAMARA MUNICIPAL DE UPANEMA da presente declaração, para que seja processada a devida ratificação de inexigibilidade, caso esteja de acordo.

UPANEMA - RN, 13 de agosto de 2021

FRANCISCO EVERI BEZERRA DE CASTRO

Comissão de Licitação

Presidente

Publicado por: IBAMAR COSTA E SILVA  
Código Identificador: 68754003

## INEXIGIBILIDADE

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 002 2021

O Ordenador de Despesas da(o) CAMARA MUNICIPAL DE UPANEMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL - UVB, inscrito no CNPJ: 83.594.978/0001-56, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

UPANEMA - RN, 13 de agosto de 2021

IBAMAR COSTA E SILVA

Vereador - Presidente

Publicado por: IBAMAR COSTA E SILVA  
Código Identificador: 35142437





## ATA DE Nº 13 DA 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA DO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 2021 DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA/RN.

Aos 29 (vinte nove) dias do mês de julho de 2021 (dois mil e vinte e um), às 18:30 horas, no Palácio Manoel Vicente de Oliveira – Câmara Municipal de Marcelino Vieira, Rua Néu Pontes, s/n, Centro, Marcelino Vieira/RN, foi realizada a décima segunda sessão ordinária dos trabalhos legislativos do segundo semestre do ano de 2021. Estiveram presentes os vereadores: José Ednaldo Vieira (o presidente), Miguel Francinildo de Aquino, Francisco Berlarmino Filho, Aurivones Alves do Nascimento, José Adailson Alves de Oliveira, Adalberto Antonio da Costa e Antônio Juzelandio Galdino Filho; com falta justificada dos vereadores Maria de Fátima Lopes Bandeira da Silva e Caio César Pereira Paiva. Havendo comparecido o número legal de vereadores, o senhor presidente “em nome de Deus e do povo de Marcelino Vieira”, declarou aberta a sessão e logo em seguida solicitou ao segundo secretário, Antônio Juzelândio, que realizasse a leitura da ata da sessão anterior, o mesmo pediu a dispensa da leitura e foi aceita pelos demais, logo após a ata foi posta em votação, e foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento, o presidente apresentou a pauta do dia e passou a palavra para o relator da comissão permanente de legislação, justiça e redação final, o vereador José Adailson, que fez a leitura do relatório referente ao Projeto de Lei nº 04/2021, de autoria do vereador José Ednaldo Vieira, que dispunha sobre a proibição de descartar material considerado como lixo em locais públicos e dá outras providências. Após a leitura, o projeto foi posto em discussão e feitas algumas ponderações, pelos vereadores presentes, sobre o projeto no sentido de reforçar a importância do mesmo para o município, dando, de maneira geral, uma avaliação positiva e parabenizando a iniciativa do autor. Seguidamente, foi aberta a votação do Projeto de Lei nº 04/2021 e do relatório, sendo os mesmos aprovados por unanimidade. Ato contínuo, o presidente passou a palavra para o vereador José Adailson Alves de Oliveira, autor do Projeto de Lei nº 05/2021 que dispunha sobre a obrigatoriedade de câmeras de monitoramento e vigilância nas principais áreas de vias públicas no âmbito do município de Marcelino Vieira/RN; posterior a isso, foi concedida a palavra ao vereador relator da comissão permanente de legislação, justiça e redação final, o senhor Adalberto Antônio da Costa para que realizasse a leitura do relatório, o mesmo pediu que o assessor parlamentar da Casa, Jânio Eduardo, fizesse. Logo em seguida, o presente projeto de lei foi discutido com a manifestação dos vereadores presentes, ressaltando a importância do projeto no sentido de aprimorar a segurança pública no município e facilitar o trabalho das autoridades locais nas investigações policiais, e com isso inibir a criminalidade dentro da nossa cidade. Continuando, o presidente declarou aberta a votação do Projeto de Lei nº 05/2021 e do relatório, ambos aprovados por unanimidade. Em seguida, o presidente colocou em pauta o Projeto de Lei nº 04/2021, que altera e acrescenta dispositivos a Lei nº 263/2015, no qual dispõe sobre o Plano Municipal de Educação do Município de Marcelino Vieira/RN e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo. Posterior a isso, o presidente cedeu o uso da palavra para o vereador José Adailson de Oliveira, relator da comissão conjunta, para que realizasse a leitura do relatório, e concluiu dizendo ser favorável quanto a sua constitucionalidade do projeto citado. Seguidamente, o presidente pôs em votação o Projeto de Lei nº 04/2021 e o relatório do mesmo, ambos foram aprovados por unanimidade. Prosseguindo a sessão, o presidente solicitou que ao relator da comissão de legislação, justiça e redação final, vereador Adailson Alves, fizesse a leitura do relatório referente ao Projeto de Resolução nº 02/2021, de autoria da Mesa Diretora, que busca



regulamentar o uso de veículos oficiais da Câmara Municipal de Marcelino Vieira/RN, após a leitura, foi declarada, pelo presidente da Casa, a abertura da votação do citado projeto bem como do seu relatório, que foram aprovados por unanimidade. Finalizada essa parte da sessão, o presidente seguiu com a mesma apresentando o expediente do dia, no qual ressaltou a chegada de uma Intimação de nº 002281/2021-DAE, que dispunha sobre as contas do chefe do Poder Executivo referente ao exercício de 2015, do gestor José Ferrari De Oliveira; e apresentou o ofício nº 23/2021-PGM, que comunicava sobre de promulgação da Lei nº 347/2021, que cria o programa municipal de distribuição de alimentos – PMDA. Dando seguimento, foi declarada aberta o uso da tribuna, sendo concedida seu uso ao vereador Aurivones Alves, que fez sua explanação pelo tempo de cinco minutos, no sentido de reafirmar seu compromisso como vereador e sua responsabilidade com seus projetos de leis para seus eleitores, agradecendo ao povo de Marcelino Vieira/RN, aos vereadores presente e a todos. O presidente então retomou a palavra, fazendo saber sobre as dificuldades que devem ser enfrentadas pelo Poder Legislativo e que somente com o diálogo as coisas podem ser resolvidas, reafirmou o compromisso do legislativo com o cidadão vieirense, agradeceu aos vereadores presentes, aos ouvintes e internautas, aos funcionários da Casa e declarou então encerrada a sessão “em nome de Deus e do povo de Marcelino Vieira/RN”. E para constar os fatos, Eu, Francisco Berlamino Filho, primeiro secretário, lavrei e digitei a presente ata em duas vias, que irá ser assinada por mim e pelos vereadores presentes.

Marcelino Vieira/RN, 29 de julho de 2021.

---

---

---

---

---

---

---

Publicado por:

JOSE EDNALDO VIEIRA

Palácio Manoel Vicente de Oliveira – CNPJ: 08.392.995/0001-95 – Travessa Néo Pontes, s/n Centro – CEP 59970-000

E-mail: camaramarcelinovieira@gmail.com

Código Identificador: 16517136

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

CÂMARA MUNICIPAL DE APODI - **REGIMENTO INTERNO**



# REGIMENTO INTERNO

**RESOLUÇÃO 04/1991 DE 24 DE MAIO DE 1991  
ATUALIZADO EM 12 DE AGOSTO DE 2021**

*Apodi – Rio Grande do Norte - 2021*

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



## LEGISLATURA 2021/2024

### MESA DIRETORA BIÊNIO 2021/2022

**ANTONIO DE SOUZA MAIA JÚNIOR**  
**PRESIDENTE – MDB**

**MARCOS RAILTON DIOGENES DE ALMEIDA DIAS**  
**VICE-PRESIDENTE - MDB**

**ANTÔNIO ÂNGELO DE SOUZA SUASSUNA**  
**1º SECRETÁRIO – SOLIDARIEDADE**

**FILIPPE GUSTAVO DE LIMA OLIVEIRA**  
**2º SECRETÁRIO - PL**

**ADAILTON JOSÉ TARGINO - MDB**

**ANTONIO LAETE OLIVEIRA DE SOUZA - MDB**

**CARLOS ALEXANDRE ALVES – PT**

**CHARTON HESTON RÊGO NORONHA GONÇALVES - MDB**

**EDNARTE DA SILVEIRA E SILVA - MDB**

**JOSÉ ANDREAZO PEREIRA ALVES - PL**

**JOSÉ GILVAN ALVES – REPUBLICANOS**

**LUIS CARLOS FERNANDES TARGINO – PSB**

**RAIMUNDO NONATO CARLOS JÚNIOR - PSB**

*Apodi-RN, 2021*

## SUMÁRIO

### **TÍTULO I - DA CÂMARA MUNICIPAL**

**CAPÍTULO I** - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**CAPÍTULO II** - DA SEDE

**CAPÍTULO III** - DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

**CAPÍTULO IV** - DOS VEREADORES

SEÇÃO I - DO EXERCÍCIO DO MANDATO

SEÇÃO II - DA PERDA DO MANDATO

**CAPÍTULO V** - DOS LÍDERES

**CAPÍTULO VI** - DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA

### **TÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA**

**CAPÍTULO I** - DA MESA

SEÇÃO I - DA ELEIÇÃO DA MESA

SEÇÃO II - DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA DA MESA

SEÇÃO III - DO PRESIDENTE E DO VICE - PRESIDENTE

**CAPÍTULO II** - DAS COMISSÕES

SEÇÃO I - DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUBSEÇÃO I - DA COMISSÃO DE COMISSÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

SUBSEÇÃO II - DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SUBSEÇÃO III - DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, ATIVIDADES PRIVADAS E AGROPECUÁRIA

SUBSEÇÃO IV - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUBSEÇÃO V - DA COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, TURISMO E

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE APODI

SEÇÃO II - A COMISSÃO ESPECIAL SEÇÃO III - DA COMISSÃO DE INQUÉRITO

SEÇÃO IV - DOS PARECERES

**CAPÍTULO III** - DO PLENÁRIO

**CAPÍTULO IV** - DO "QUORUM"

### **TÍTULO III - DAS PROPOSIÇÕES**

**CAPÍTULO I** - DAS PROPOSIÇÕES EM GERAL

**CAPÍTULO II** - DOS PROJETOS EM GERAL

**CAPÍTULO III** - DOS PROJETOS DE CODIFICAÇÃO

**CAPÍTULO IV** - DAS INDICAÇÕES E PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS

**CAPÍTULO V** - DAS MOÇÕES

**CAPÍTULO VI** - DOS REQUERIMENTOS

**CAPÍTULO VII** - DOS SUBSTITUTIVOS E AS EMENDAS

**CAPÍTULO VIII** - DAS SESSÕES

**CAPÍTULO IX** - DAS SESSÕES SECRETAS

**CAPÍTULO X** - DO EXPEDIENTE

**CAPÍTULO XI** - DA ORDEM DO DIA

**CAPÍTULO XII** - DAS ATAS

### **TÍTULO IV - DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES**

**CAPÍTULO I** - DO USO DA PALAVRA

**CAPÍTULO II** - DAS DISCUSSÕES

**CAPÍTULO III** - DAS VOTAÇÕES

**CAPÍTULO IV** - DA REDAÇÃO FINAL

**CAPÍTULO V** - DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

### **TÍTULO V - DO CONTROLE FINANCEIRO**

**CAPÍTULO I** - DO ORÇAMENTO

**CAPÍTULO II** - DA TOMADA DE CONTAS DO PREFEITO E DA MESA

### **TÍTULO VI - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CAPÍTULO I** - DOS RECURSOS

**CAPÍTULO II** - DAS INFORMAÇÕES E DAS CONVOCAÇÕES DO PREFEITO

**CAPÍTULO III** - DA INTERPRETAÇÃO E DA REFORMA DO REGIMENTO

**CAPÍTULO IV** - DA URGÊNCIA

### **TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**



## TÍTULO I DA CÂMARA MUNICIPAL CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - A Câmara Municipal é o Poder Legislativo do Município e compõe-se de Vereadores eleitos nas condições e termos da legislação vigente.

**Art. 2º** - A Câmara tem função precipuamente legislativas e atribuições para fiscalizar e assessorar o Executivo, e competência para organizar e dirigir seus serviços internos.

**§ 1º** - A função legislativa consiste em deliberar sobre projetos de leis relativas a todas as matérias legíveis de competência municipal.

**§ 2º** - A função de fiscalização e controle de caráter político-administrativo se exerce sobre o Prefeito, Secretários Municipais ou equivalentes, e Vereadores.

**§ 3º** - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público, ao Executivo, mediante indicações ou pedidos de providências.

**§ 4º** - A função administrativa é restrita a sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

**§ 5º** - A Câmara exercerá suas funções com independência e harmonia, em relação ao Executivo, deliberando sobre as matérias de sua competência, na forma da lei e deste regimento.

**§ 6º** - Não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolvam ofensas as Instituições Nacionais, propaganda de guerra, subversão de ordem política ou social, de preconceitos de raça, de religião ou de classe, configure crime contra a honra ou contenha inicialmente a prática de crimes de qualquer natureza.

**§ 7º** - A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito somente os pedidos de informações sobre fato relacionamento com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito a fiscalização da respectiva Câmara de Vereadores.

**§ 8º** - Não será de qualquer modo subvencionada viagem de Vereadores ao exterior, salvo no desempenho de missão temporária, de caráter estreitamente funcional, mediante concessão de licença pela Câmara.

## CAPÍTULO II DA SEDE

**Art. 3º** - A Câmara Municipal tem sua sede na rua João Pessoa, S/N, Praça Francisco Pinto, em Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

**§ 1º** - Consideram-se nulas as sessões da Câmara, fora de sua sede, com exceções das sessões solenes ou comemorativas e as realizadas nas sedes dos distritos.

**§ 2º** - O regimento subscrito por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara com "Ad referendum" da maioria absoluta da Câmara, poderá reunir-se em sessão ordinária em outro local.

**§ 3º** - Na sede da Câmara não se realizaram atos estranhos as suas funções, sem prévia autorização por escrito da Mesa.

**Art. 4º.** A Câmara Municipal realizará sessões itinerantes em bairros, comunidades rurais e distritos do Município. (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº. 031/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015)

§ 1º. As sessões itinerantes serão realizadas a critério da Mesa Diretora ou por requerimento de 1/3 dos Vereadores e, aprovado por maioria absoluta dos seus membros, contendo data, horário e local para a realização da sessão e, divulgado no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência.

§ 2º. O Presidente baixará Ato de convocação da sessão itinerante indicando data, horário, local e objeto que constituirá a pauta da reunião.

§ 3º. Para as sessões itinerantes aplicar-se-á, no que couber, o disposto no Regimento Interno para as sessões ordinárias.

§ 4º. Nas sessões itinerantes, a critério da Mesa, poderão usar da palavra além dos Vereadores, os líderes comunitários, representantes de entidades populares e pessoas das comunidades que tenham comunicados importantes para conhecimento da Câmara Municipal.

§ 5º. As providências administrativas para realização das sessões itinerantes são de responsabilidade da Presidência da Mesa Diretora.

§ 6º. Para o pleno funcionamento e execução dos trabalhos, serão convocados servidores da Câmara Municipal para prestarem serviços durante sua realização, além da disponibilização de material e equipamentos necessários para tal fim.

§ 7º. Poderão ser distribuídos informativos impressos sobre o funcionamento da Câmara Municipal e da função dos vereadores para a população presente a sessão.

**Art. 5º -** Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservado (galeria), desde que esteja decentemente trajado, não porte arma, conserve-se em silêncio durante os trabalhos, mantenha a ordem e o respeito e atenda as determinações da Mesa.

**Parágrafo Único -** Poderá o Presidente, a retirada do recinto, sem prejuízos de outras medidas, de todos ou de qualquer assistente, em caso de observância do disposto neste artigo.

**Art. 6º -** Caberá o Presidente dirigir, com suprema autoridade, a polícia interna da Câmara, que será feita por seus funcionários, podendo, para manter a ordem interna, requisitar elementos de corporações civis ou militares.

**Art. 7º -** Se no recinto da Câmara for cometido qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto de instauração do processo crime. Se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade competente para instauração do inquérito.

### CAPÍTULO III DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

**Art. 8º -** A Câmara Municipal instalar-se-á no dia 01 de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, sessão solene, às 08h00min, independentemente de número, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos.

§ 1º - Os Vereadores presentes, legalmente diplomados, serão empossados após a leitura do compromisso, feita pelo Presidente, nos seguintes termos:



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

**“PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO E EXERCER MEU MANDATO SOB A INSPIRAÇÃO DO PATRIOTISMO, COM DIGNIDADE E COM HONRA, PROMOVENDO E DEFENDENDO O BEM COMUM”.**

§ 2º - Cada Vereador chamado nominalmente pelo Secretário, de pé e erguendo a mão direita, responderá: **“ASSIM O PROMETO”**.

§ 3º - Prestando o compromisso por todos os Vereadores presentes, o Presidente dar-lhe-á posse com as seguintes palavras: **“DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM COMPROMISSO”**.

§ 4º - A Câmara Municipal depois de empossado os Vereadores, reunir-se-á para dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, independente de número. (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 164/08)

§ 5º - Reabertos os trabalhos, O Secretário chamará nominalmente cada Vereador para depositar na urna seu voto. Encerrada a votação, O Presidente designará uma comissão composta de Vereador de cada partido, para proceder a apuração. O Presidente proclamará os resultados e dará posse aos eleitos.

§ 6º - Cada bancada ou representação partidária na Câmara comunicará por escrito, à Mesa, o nome do Líder que falará por ela.

§ 7º - Após a posse, o Presidente suspenderá por 15 (quinze) minutos anunciando que sejam apresentadas as chapas para eleição da nova Mesa, desde que obedecido quorum de 2/3 (dois terços) dos membros da Casa, a qual será realizada em escrutínio secreto. (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 164/08)

§ 8º - Na hipótese de não se verificar no dia previsto para o parágrafo anterior, a posse deverá ocorrer dentro de dez (10) dias. Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito e Vice-Prefeito, assumirá o cargo o Presidente da Câmara de Vereadores.

## CAPÍTULO IV DOS VEREADORES SEÇÃO I DO EXERCÍCIO DO MANDATO

**Art. 9º** - Os Vereadores são agentes políticos investidos do mandato legislativo Municipal para uma legislatura, pelo sistema estabelecido na legislação vigente.

**Art. 10** - Compete ao Vereador:

- I - Participar das discussões e deliberações do Plenário;
- II - Votar nas eleições da Mesa e das comissões técnicas permanentes;
- III - Apresentar proposições que visem o interesse coletivo;
- IV - Usar da palavra em plenário;
- V - Concorrer aos cargos da Mesa e das comissões;
- VI - Usar os recursos previstos neste regimento.

**Art. 11** - São obrigações e deveres do Vereador:

- I - Fazer declaração de bens, no ato da posse;
- II - Exercer as atribuições enumeradas no artigo anterior;
- III - Comparecer decentemente trajado as sessões, na hora prefixada;

**IV** - Cumprir os deveres do cargo para o qual foi eleito ou designado;

**V** - Votar as proposições submetidas as deliberações da Câmara, salvo quando ele próprio ou parente de qualquer natureza (consanguíneo ou afim), tiver interesse manifesta nas proposições em apreço, sob pena de nulidade da votação quando seu voto é decisivo;

**VI** - Portar-se com respeito e decoro, com urbanidade e com penetração de suas responsabilidades de Vereador;

**VII** - Obedecer as normas regimentais.

**Parágrafo Único** - A declaração pública de bens de que trata o item I, deste artigo, constará integralmente em ata, sendo posterior lavrada e arquivada em envelope que contenha as assinaturas dos membros da Mesa, posta na presença dos membros da Câmara.

**Art. 12** - O Vereador que cometer, no recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, está sujeito, conforme a gravidade do ato, as seguintes sanções, além de outras previstas neste regimento :

**I** - Advertência pessoal da presidência;

**II** - Cassação da palavra;

**III** - Advertência em plenário;

**IV** - Afastamento do plenário;

**V** - Cassação do mandato.

**Art. 13** - O Vereador que seja servidor público da União, do Estado ou do Município, de autarquias ou de entidades paraestatais, só poderá exercer o mandato observadas as normas da legislação pertinentes.

**Art. 14** - Os Vereadores tomarão posse nos termos do artigo 8º, § 1º, deste regimento.

**§ 1º** - Os Vereadores e os Suplentes convocados que não comparecerem ao ato de instalação, serão empossados pelo Presidente da Câmara no expediente da primeira sessão a que comparecerem, após a apresentação do respectivo diploma.

**§ 2º** - A recusa do Vereador ou Suplente em tomar posse importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente, após o decurso do prazo legal, declarar extinto o mandato e convocar o Suplente.

**§ 3º** - Verificadas as condições de existência de vaga de Vereador, a apresentação do diploma e da identidade, cumpridas as exigências do item I, do artigo II, deste regimento, não poderá o Presidente negar posse ao Suplente sob nenhuma alegação, salvo os casos de vedação legal.

**Art. 15** - O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido ao Presidente, nos seguintes casos:

**I- SEM DIREITO A REMUNERAÇÃO:**

- Para desempenhar o cargo de Secretário de Estado, ou qualquer cargo da administração pública com representação ou comissão, sem vínculo empregatício, exceto em casos especificado no Inciso II deste Artigo;

- Para tratar de interesse particular, por prazo determinado nunca inferior a trinta (30) dias.

**II- COM DIREITO A REMUNERAÇÃO:**

- Para tratamento de saúde, pelo prazo determinado em laudo médico;

- Para desempenhar o cargo de Secretário do Município. (NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS I E II DO ARTIGO 15, CONFORME RESOLUÇÃO Nº. 046/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017)

§ 1º - A aprovação dos pedidos de licenças se dará no expediente das sessões, sem discussão e terá preferência sobre qualquer matéria e, só poderá, ser rejeitado pela maioria absoluta da Câmara.

§ 2º - O Vereador licenciado nos termos do item I, letra b, deste artigo, só poderá reassumir a vereança após vencido o prazo de licença.

§ 3º - Dar-se-á a convocação do Suplente no caso de vaga em virtude de licença para tratar de interesse particular, tratamento de saúde, morte, renúncia, investidura do Vereador nas funções ou cargos definidos na letra “a”, do item I, deste artigo, perda ou extinção de mandato nos termos da legislação vigente.

§ 4º - O Suplente de Vereador, para licenciar-se, precisa estar empossado e em pelo exercício do mandato.

Art. 16 - O Vereador investido nas funções ou cargos definidos na letra “a”, do item I, do artigo 15, não perderá o mandato, considerando-se licenciado.

Art. 17 - A suspensão dos direitos políticos do Vereador, implicará em suspensão ou perda do mandato.

Art. 18 - Durante o recesso parlamentar não haverá convocação de Suplente de Vereador.

Art. 19 - Será convocado o Suplente quando o Presidente exercer o cargo de Prefeito Municipal por prazo superior a trinta (30) dias, exceto no recesso parlamentar.

## SEÇÃO II DA PERDA DO MANDATO

Art. 20 - As vagas na Câmara de Vereadores dar-se-ão por extinção ou cassação do mandato.

§ 1º - Extingue-se o mandato do Vereador, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando:

I - Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral.

II - Deixar de tomar posse, sem motivo justo e aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido por lei;

III - Deixar de comparecer, sem que seja licenciado, a cinco (05) sessões ordinárias consecutivas, ou três (03) sessões extraordinárias consecutivas convocadas pelo Prefeito para apreciação de matérias urgentes, de acordo com os artigos 22 e 23, deste regimento.

§ 2º - A Câmara poderá cassar o mandato do Vereador, quando:

I - Utilizar-se do mandato para práticas de ato de corrupção ou de probidade administrativa;

II - Fixar residência fora do Município;

III - Proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com decoro na sua conduta pública.

**Art. 21** - O processo de cassação de mandato de vereador, assim como o de Prefeito, e Vice-Prefeito, nos casos de infrações político administrativo definidas na Lei Federal, obedecerá o seguinte rito :

**I** - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a comissão processante, podendo todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara este passará a presidência ao substituto legal, para os atos do processo e só votará de necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o Suplente de Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a comissão processante;

**II** - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determina a sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento pelo voto da maioria presente, na mesma sessão será constituída a comissão processante, composta de três (03) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão desde logo o Presidente e o Relator;

**III** - Recebendo o processo, o Presidente da comissão iniciará os trabalhos dentre cinco (05) dias, notificando o denunciante, com remessa de cópias da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez (10) dias, apresente defesa prévia por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez (10) dias. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital publicado duas (02) vezes em órgão oficial ou local público, com intervalo de três (03) dias, contando o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a comissão processante imitará parecer dentro de cinco (05) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia. Neste caso, será submetido ao Plenário. Se a comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará, desde logo, o início da instrução e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários para o depoimento do denunciante e inquirição de testemunhas;

**IV** - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos de processo, pessoalmente ou na pessoa do seu procurador, com antecedência de pelo menos vinte e quatro (24) horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências, bem como formular e reformar perguntas as testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

**V** - Concluída a instrução, será aberta nos autos do processo ao denunciado, para escritas, no prazo de cinco (05) dias e, após, a comissão processante imitará parecer final decidindo pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de uma sessão para o julgamento em Plenário. Na sessão de julgamento o processo será lido integralmente e, a seguir, os Vereadores que desejarem poderão manifestar-se verbalmente pelo máximo de quinze (15) minutos cada um e, no final, o denunciado ou procurador terá o prazo máximo de duas (02) horas para produzir a defesa oral;

**VI** - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações quantos forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado do cargo definitivamente o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, como incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente proclamará, o resultado e fará lavrar ata que designe a votação nominal sobre cada infração e, se houver condenação expedirá o competente Decreto Legislativo de cassação do mandato do denunciado. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará a Justiça Eleitoral o resultado;



**VII** - O processo a que se refere este artigo deverá estar concluído dentro de noventa (90) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

**Art. 22** - Consideram-se sessões ordinárias as que deveriam ser realizadas nos termos deste regimento, computando-se a ausência dos Vereadores mesmo que, por falta de número, as sessões não se realizam.

**§ 1º** - As sessões solenes convocadas pelo Presidente da Câmara, não será consideradas sessões ordinárias.

**§ 2º** - Se durante o período das cinco (05) sessões ordinárias houver uma sessão solene, convocada pelo Presidente da Câmara, e a ela comparecer o Vereador faltante, isso não elimina as faltas às sessões ordinárias, nem interrompe sua contagem, ficando o faltoso sujeito a extinção do mandato, se completar as cinco (05) sessões ordinárias consecutivas, computadas as anteriores à sessão solene.

**§ 3º** - Do mesmo modo, não anula as faltas anteriores o comparecimento do Vereador a uma sessão extraordinária. Mesmo comparecendo as sessões extraordinárias, ficará sujeito extinção do seu mandato, se completar as cinco (05) sessões ordinárias.

**Art. 23** - Para efeito de extinção de mandato, somente serão consideradas as sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito para apreciação de matéria urgente. Se a sessão extraordinária não for convocada pelo Prefeito, não serão contada para efeito de extinção do mandato do Vereador faltoso. Mesmo que a sessão extraordinária tenha sido convocada pelo Prefeito, não deverá ser computada para aquele efeito, se a convocação não teve em vista a apreciação de matéria urgente, assim declarada na convocação.

**Art. 24** - Para os efeitos dos artigos 22 e 23 deste regimento, entender-se que o Vereador compareceu às sessões se assinou o livro de presença até o início da ordem do dia, participou dos trabalhos e da votação.

**§ 1** - Considera-se não comparecimento se o Vereador apenas assinou o livro de presença e ausentou-se sem participar da sessão.

**§ 2** - No livro de presença deverá constar, além da assinatura, a hora em que o Vereador se retirar da sessão, antes da explicação pessoal.

**Art. 25** - A extinção do mandato se torna efetiva só pela declaração do ata ou fato extintivo da Presidência, inserida em ata.

**Parágrafo Único** - O Presidente que deixar de declarar a extinção, ficará sujeito as sanções de perda da Presidência e proibição de nova eleição para o cargo da Mesa durante a legislatura, nos termos da legislação Federal pertinente.

**Art. 26** - A renúncia do Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, reputando-se aceitar, independentemente de votação, desde que seja lida em sessão pública e conste na ata.

## CAPÍTULO V DOS LÍDERES

**Art. 27** - Cada bancada ou representação partidária na Câmara indicará, no início de cada legislatura, um (01) líder que falará oficialmente por ela.

**Parágrafo Único** - Poderá, cada bancada ou representação partidária, indicar um Vice - Líder na sua ausência.

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

**Art. 28** - O Líder, a qualquer momento da sessão, exceto na ordem do Dia, poderá usar da palavra para comunicação urgente e inadiável, devendo, antecipadamente, declinar o assunto ao Presidente, que julgará de imediato o seu cabimento.

**Parágrafo Único** - A comunicação a que se refere este artigo é prerrogativa de cada Líder, que dela só se pode valer uma vez por sessão, sendo-lhe, não obstante, permitido delegar, em cada caso, expressamente a um (01) de seus liderados a incumbência de fazê-lo.

## CAPÍTULO VI DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA

**Art. 29** - Os serviços administrativos da Câmara serão executados sob a orientação da Mesa, pela Secretaria da Câmara, que se regerá por um regulamento próprio.

**Art. 30** - A nomeação, exoneração e demais atos de administração do funcionalismo da Câmara compete ao Presidente, de conformidade com a legislação vigente e o Regime jurídico único dos Servidores Públicos Municipais.

**§ 1º** - A Câmara somente poderá admitir servidores mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, uma vez criados os cargos respectivos através de Lei Municipal.

**§ 2º** - Prescindirá de concurso a nomeação para cargos em comissão declarados em Lei, de livre nomeação e exoneração do Presidente.

**§ 3º** - Somente serão admitidas emendas que aumentem de qualquer forma as despesas ou número de cargos previstos de Resolução, obtiverem as assinaturas, de no mínimo, metade dos membros da Câmara.

**Art. 31** - Poderão os Vereadores interpelar a Mesa sobre os serviços da Secretaria ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou apresentar sugestões sobre as mesmas, e, proposição encaminhadas a Mesa que deliberará sobre o assunto.

**Art. 32** - A correspondência oficial da Câmara será feita por sua Secretaria, sob a responsabilidade da Mesa.

**Parágrafo Único** - nas comunicações sobre deliberações da Câmara indica-se a medida, se foi tomada por unanimidade ou maioria, não sendo permitido à Mesa e a nenhum Vereador declara-se voto vencido.

## TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA CAPÍTULO I DA MESA SEÇÃO I DA ELEIÇÃO DA MESA

**Art. 33** - A Mesa da Câmara, Excluída a primeira de cada legislatura, será eleita no dia em que se instalar cada período legislativo (período bienal) ou no primeiro dia útil seguinte.

**Parágrafo Único** - Exceto no caso de eleição dos membros da primeira Mesa de cada legislatura, se for qualquer motivo não se tiver realizado a eleição da nova Mesa no dia estabelecido neste artigo, os trabalhos continuarão sendo dirigidos pela Mesa anterior,

até a eleição da nova Mesa e posse dos respectivos membros. Nesta hipótese, o Presidente convocará obrigatoriamente tantas sessões (não remuneradas) quantas forem necessárias, com intervalos de três (03) dias uma da outra, até a eleição e posse da nova Mesa.

**Art. 34** - A eleição da Mesa da Câmara, excluída a da sessão de posse, será realizada até a primeira sessão ordinária do mês de novembro da segunda sessão legislativa, considerando-se os eleitos automaticamente empossados em primeiro de janeiro do segundo período legislativo.

**§ 1º** - O período legislativo terá duração de dois (02) anos, contados a partir do primeiro dia de cada legislatura.

~~**§ 2º** - É permitida a reeleição dos membros da Mesa Diretora para o mesmo cargo, exceto para Presidente, bastando para tanto que o Vereador obtenha maioria simples dos votantes. (NOVA REDAÇÃO AO §2º DO ARTIGO 34, CONFORME RESOLUÇÃO Nº. 047/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017)~~

**§ 2º** - É permitida a reeleição dos membros da Mesa Diretora para o mesmo cargo, bastando para tanto que o Vereador obtenha maioria simples dos votantes. (NOVA REDAÇÃO AO §2º DO ARTIGO 34, CONFORME RESOLUÇÃO Nº. 092/2021, DE 12 DE AGOSTO DE 2021)

**Art. 35** - A eleição da Mesa será feita pela maioria simples presente pelo menos a maioria absoluta dos membros da Câmara, excluída neste caso, a sessão de instalação. (Art. 8º e parágrafos).

**§ 1º** - A votação será realizada em sessão pública, mediante cédulas impressas, manuscritas, mimeografadas ou datilografadas, com a indicação dos nomes dos candidatos e respectivos cargos.

**§ 2º** - O Presidente em exercício terá direito a voto.

**§ 3º** - O Presidente em exercício fará a leitura dos votos, determinando a sua contagem. Proclamará os eleitos e, em seguida, dar-lhes-á posse.

**Art. 36** - Na vacância de qualquer cargo da Mesa, será realizada a eleição para o preenchimento, no expediente da primeira sessão seguinte à da verificação da vaga.

**§ 1º** - Em caso de renúncia total da Mesa, proceder-se-á nova eleição, na sessão imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais idoso entre os presentes.

**§ 2º** - Em caso de empate, será realizado um segundo escrutínio. Persistindo o empate, será proclamado eleito o candidato mais votado para Vereador, para cada cargo da Mesa.

**Art. 37** - Qualquer Membro da Mesa da Câmara, com exceção do presidente, pode, cumulativamente, compor as Comissões Permanentes, temporárias e especiais da Câmara Municipal. (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 165/2009)

## SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA DA MESA

**Art. 38** - A Mesa da Câmara se compõe de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e tem competência para dirigir, executar e disciplinar todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.



§ 1º - O Vice-Presidente e o 2º Secretário substituem o Presidente e o 1º Secretário, respectivamente, nas suas ausências e impedimentos.

§ 2º - Ausentes os Secretários, o Presidente convidará qualquer Vereador para assumir os encargos da Secretária da Mesa.

§ 3º - Na hora determinada para o início da sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa e seus substitutos legais, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso dentre os presentes, que escolherá entre seus pares um Secretário.

**Art. 39** - As funções dos membros da Mesa cessarão:

I - Pela posse da Mesa eleita para o período legislativo seguinte:

II - Pelo término do mandato;

III - Pela renúncia apresentada por escrito;

IV - Pela destituição;

V - Pela morte;

VI - Pelos demais casos de extinção ou perda do mandato.

**Art. 40** - Os membros da Mesa podem ser destituídos e afastados dos cargos, por irregularidades cometidas.

**Parágrafo Único** - A destituição de membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, dependerá de Resolução aprovada pela Câmara, assegurando amplo direito de defesa, devendo a representação ser subscrita obrigatoriamente por Vereador.

**Art. 41** - Compete a Mesa:

I - Administrar a Câmara Municipal;

II - Propor, privativamente, a criação ou extinção de cargos da Câmara Municipal e a fixação ou alteração dos respectivos vencimentos;

III - Regulamentar as Resoluções no Plenário;

IV - Elaborar o regulamento dos serviços da Secretaria da Câmara;

V - Emitir parecer sobre pedido de licença de Vereador e sobre recurso do Presidente da Comissão;

VI - Propor, a cada ano, o orçamento da Câmara para o ano seguinte, encaminhando-o ao Poder Executivo em tempo hábil para poder integrar o projeto de orçamento, bem como a representação do Presidente da Câmara e subsídios dos Secretários do Município;

VII - Fixar os subsídios do Prefeito e Vice - Prefeito, subsídios de Vereadores e a representação do Presidente da Câmara e subsídios dos Secretários do Município;

VIII - Promulgar as Emendas à Lei Orgânica;

IX - Cumprir as decisões emanadas do Plenário;

X - Encaminhar as contas anuais da Câmara ao Tribunal de Contas do Estado;

XI - Propor alterações do Regimento Interno da Câmara.

**Art. 42** - A Mesa da Câmara reunir-se-á pelo menos uma vez por mês, a fim de deliberar sobre todos os assuntos da Câmara sujeitos ao seu exame.

### SEÇÃO III DO PRESIDENTE E DO VICE – PRESIDENTE

**Art. 43** - O Presidente representará a Câmara Municipal, em juízo ou fora dele, na forma estabelecida na Lei Orgânica e neste Regimento.

**§ 1º** - Compete ao Presidente:

**I** - Quantos as atividades do Plenário;

**a)** Convocar, abrir, presidir, suspender e encerrar as sessões;

**b)** Conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento;

**c)** Determinar ao Secretário a leitura da Ata e das comunicações que entender convenientes;

**d)** Advertir o orador que se desviar da matéria em discussão, falar sobre o vencido ou falar com a consideração devida à Casa, a qualquer de seus membros ou aos poderes constituídos e seus titulares e, cassar-lhe a palavra em caso de insistência;

**e)** Abrir e encerrar as fases da sessão e os prazos concedidos aos oradores;

**f)** Organizar a ordem do Dia;

**g)** Anunciar a matéria a ser discutida e votada, bem como o resultado da votação;

**h)** Determinar a verificação de “quorum” a qualquer momento da sessão;

**i)** Resolver sobre qualquer questão de ordem ou submete-la ao Plenário, quando omissa o Regimento;

**J)** *Votar quando o processo de votação for secreto correspondente a perda de mandato de Edil, quando a matéria exigir a presença de 2/3 (dois terços), quando houver empate em votação simbólica ou nominal.* (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº. 044/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017)

**k)** Zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos em Lei;

**l)** Declarar a hora destinada ao Expediente ou à Ordem do Dia e os prazos facultados aos oradores;

**m)** Anunciar a Ordem do Dia e submeter a discussão e votação a matéria dela constante;

**n)** Anunciar o que se tenha a discutir ou votar e dá o resultado das votações;

**o)** Estabelecer sobre o ponto de questão, sobre o qual devem ser feitas as votações;

**p)** Resolver sobre os Requerimentos que, por este Regimento, forem de sua alçada;

**q)** Mandar anotar em livros próprios os precedentes regimentais, para soluções de dados análogos;

**r)** Manter a ordem no recinto da Câmara, advertir os assistentes, mandar evacuar o recinto, podendo solicitar força necessária para esse fim;

**s)** Anunciar o término das sessões, convocando, antes, a sessão seguinte;

**II** - Quanto as proposições:

**a)** Determinar, a requerimento do autor, a retirada de proposições que não tenha recebido parecer de Comissão ou que tenha recebido parecer contrário;

**b)** Autorizar o arquivamento e desarquivamento de proposições nos termos deste Regimento;

**c)** Declarar a proposição prejudicada, em face da rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo;

d) Não aceitar emendas ou substitutivo que não sejam pertinente à proposição principal;

e) Devolver o autor, proposição em desacordo com exigência regimental ou que contiver expressão anti-regimental;

f) Encaminhar ao Prefeito, em três dias úteis, os projetos que tenham sido aprovados;

g) Dar ciência ao Prefeito, em quarenta e oito horas, sob pena de responsabilidade, sempre que se tenha esgotados os prazos previstos, para a apreciação de projetos do Executivo, sem deliberação da Câmara, ou quando forem rejeitados;

h) Promulgar Decretos Legislativos e as Resoluções aprovadas pelo Plenário, bem como as Leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não promulgado pelo Prefeito;

i) Comunicar aos Vereadores com antecedência de três (03) dias, a convocação para sessão extraordinária, sob pena de responsabilidade;

j) Expedir os projetos as comissões e incluí-los na pauta;

k) Nomear os membros das comissões especiais criadas por deliberação da Câmara e designar-lhes substitutos;

l) Declarar a perda de lugar de membros das comissões, quando incidirem cinco (05) faltas , consecutivas;

**III) Quanto à Administração da Câmara Municipal:**

a) Superintender os serviços da Câmara, praticando todos os atos administrativos e legais necessários ao seu bom funcionamento, tais como: nomear, exonerar, promover, remover, punir os funcionários da Câmara, conceder-lhes férias, licenças, abono de faltas, aposentadorias, acréscimo de vencimentos determinados por lei e promover-lhes a responsabilidade administrativa civil ou criminal;

b) Autorizar, nos limites orçamentários, as despesas da Câmara Municipal;

c) Proceder as licitações para compras, obras, serviços de acordo com federal pertinente;

d) Determinar abertura de sindicância e processo administrativos;

e) Providenciar a expedição de certidões que forem requeridas à Câmara, relativas a despachos, conforme estabelece a Constituição Federal;

f) Prestar, anualmente, contas de sua gestão até vinte (20) de janeiro do ano seguinte, encaminhando-as para serem incorporadas às do Executivo;

g) Apresentar ao Plenário, até o dia vinte (20) de cada mês, o balancete relativo às verbas recebidas e as despesas do mês anterior;

h) Encaminhar ao Prefeito e os Secretários Municipais ou equivalentes, o pedido de convocação para prestarem informações.

**§ 2º - Compete, ainda ao Presidente:**

I - Designar, ouvido os líderes, os membros de Comissão Especial ou de Inquérito;

II - Reunir a Mesa;

III - Representar a Câmara em Juízo, ou fora dele;

IV - Convocar suplente de Vereador, nos casos previstos em Lei e neste Regimento;

**V** - Promover apuração de responsabilidade de delitos praticados no recinto da Câmara;

**VI** - Executar as deliberações do Plenário, encaminhando ao Prefeito os pedidos de informações e a convocação de Secretários ou Diretores equivalentes;

**VII** - Dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos da Mesa ou da Câmara;

**VIII** - Dar posse aos Vereadores que não foram empossados no dia da instalação da legislatura e aos seus suplentes convocados;

**IX** - Licenciar-se da Presidência, quando precisar ausentar-se do Município por mais de quinze (15) dias, não estando a serviço da Câmara;

**X** - Declarar extinto o mandato de Prefeito, Vice – Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei;

**XI** - Substituir o Prefeito nos impedimentos deste e do Vice – Prefeito, ou suceder-lo, completando o seu mandato, ou até que se realizem novas eleições, nos termos da legislação vigente;

**XII** - Assinar os Atos da sessão, os editais, as portarias e as correspondências da Câmara;

**XIV** - Manter, em nome da Câmara, todos os contatos de direito com o Prefeito e demais autoridades.

**Art. 44** - O Presidente pode, individualmente, apresentar proposições.

**Art. 45** - O Presidente, quando falar na Mesa dos trabalhos, não poderá ser apertado.

**Art. 46** - Nos casos de licença do Presidente, de seu impedimento ou ausência do Município por mais de quinze (15) dias, o Vice – Prefeito ficará investido na plenitude das funções da Presidência.

**Art. 47** - Quando o Presidente se omitir ou exorbitar das funções que lhe são atribuídas, qualquer Vereador poderá reclamar sobre o fato, cabendo-lhe recursos de defesa em Plenário.

**§ 1º** - O Presidente deverá cumprir a decisão soberana do Plenário, sob pena de destituição.

**§ 2º** - O recurso seguirá a tramitação indicada neste Regimento.

**Art. 48** - Ao 1º Secretário, além de substituir o Vice-Presidente em suas ausências ou impedimentos, compete:

**I** - Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir a sessão, anotando os que comparecerem e os que faltaram e outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o livro de presença no final da sessão;

**II** - Fazer a chamada dos Vereadores nas outras ocasiões determinadas pelo Presidente;

**III** - Ler a ata quando a leitura for requerida, o expediente do Prefeito e de outras origens, bem como as proposições e demais documentos e boletins que devam ser de conhecimento da Câmara;

**IV** - Fazer inscrições de oradores de acordo com o calendário previsto em cada período legislativo;

**V** - Anotar, em cada proposição, a decisão do Plenário;

**VI** - Encaminhar as proposições ao exame das comissões;

**VII** - Superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da sessão e assina-la juntamente com o Presidente;

**VIII** - Assinar com o Presidente os atos da Mesa e os Decretos Legislativos, Resoluções e Leis promulgadas pela Presidência;

**IX** - Redigir e transcrever as atas das sessões secretas;

**X** - Inspeccionar os serviços da Secretaria e fazer observar o regulamento.

**Art. 49** - Ao 2º Secretário compete auxiliar o 1º Secretário em sua tarefa, substituindo-o nas suas licenças, impedimentos e ausências.

## CAPÍTULO II DAS COMISSÕES

**Art. 50** - As comissões são órgãos técnicos constituídos de Vereadores para, em caráter permanente ou transitório, assessorar ou representar a Câmara.

**Art. 51** - As classificam-se, segundo a sua natureza em:

**I** - Permanentes;

**II** - Temporárias.

**Art. 52** - Na constituição das comissões será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos.

**Art. 53** - O presidente da Câmara não poderá fazer parte de Comissão Permanente, Especial ou de Inquérito.

**Art. 54** - A eleição das comissões permanentes será feita por maioria simples, em escrutínio público, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador mais idoso;

§ 1º - Far-se-á a votação para as comissões mediante cédula impressas, mimeografadas, manuscrita ou datilografadas assinadas pelos votantes, indicando-se os nomes dos Vereadores, a legenda ou sublegenda partidária e as respectivas comissões;

§ 2º - Não podem ser votados os Vereadores licenciados e os suplentes;

§ 3º - O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de três (03) comissões.

§ 4º - A eleição será realizada na hora do expediente da primeira sessão de cada período legislativo, logo após a discussão e votação da ata.

§ 5º - As comissões terão mandato igual ao da mesa.

**Art. 55** - As comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Secretários e deliberar sobre os dias de reunião e ordem dos trabalhos, deliberações essas que serão consignadas em livro próprio.

§ 1º - Ao Presidente da comissão substitui o Secretario e a este o terceiro membro da Comissão;

§ 2º - Os membros das comissões serão destituídos se não comparecerem a cinco (05) reuniões ordinárias consecutivas.

**Art. 56** - Nos casos de vaga, licença ou impedimento dos membros das Comissões, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, escolhido, sempre que possível, dentro da mesma legenda partidária.

**Art. 57** - Compete aos Presidentes das comissões:



- I - Determinar os dias de reuniões da Comissão, cientificando à Mesa;
  - II - Convocar reuniões extraordinárias da Comissão;
  - III - Presidir as ordens e zelar pela ordem dos trabalhos;
  - IV - Receber a matéria destinada à comissão e designar-lhe relator, que poderá o próprio Presidente;
  - V - Zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão;
  - VI - Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário.
- § 1º - O Presidente poderá funcionar como relator, com direito a voto.
- § 2º - Dos atos do Presidente cabe a qualquer membro da Comissão o recurso ao Plenário.

## SECAO I DAS COMISSÕES PERMANENTES

**Art. 58** - As Comissões Técnicas Permanentes tem como objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre eles a sua opinião, através de aparecer, e prepara por iniciativa própria ou indicação do Plenário, projetos de lei atinentes a sua especialidade.

**Art. 59** - No exercício de suas atribuições, as Comissões Permanentes poderão:

- a) Promover estudos, pesquisas e investigações sobre o problema de interesse público,
- b) Propor a provação, rejeição total ou parcial, ou arquivamentos das proposições sob seu exame;
- c) Apresentar substitutos, emendas e subemendas;
- d) Sugerir ao Plenário o destaque de parte de proposições, para constituírem projetos em separado, ou requerer ao Presidente da Câmara a exoneração de duas ou mais proposições análogas;
- e) Solicitar, por intermédio da Mesa, audiência de Secretario Municipal ao Presidente ou Diretor equivalente, de Diretores de Autarquias ou de Sociedade de Economia Mista;
- f) Requerer, através do Presidente, diligências sobre matérias em exame;
- g) Solicito livros, papéis, documentos da Câmara Municipal ao Presidente ou Diretor Geral, que não poderão obstar.

**Art. 60** - As Comissões Técnicas Permanentes são cinco (05), composta de três (03) Vereadores cada uma, com as seguintes denominações:

- I - Constituição, Justiça e Redação;
- II - Finanças e Orçamentos;
- III - Obras, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Agropecuária;
- IV - Educação, Saúde e Assistência Social;
- V - Defesa do Meio Ambiente, Turismo e Patrimônio Histórico.

## SUBSEÇÃO I DA COMISSÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Art. 61** - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opinará prioritariamente às demais comissões, sendo obrigatória sua audiência sobre todos os processos que tramitam pela Câmara, ressalvados os que, explicitamente, tiveram outro destino por este Regimento.

**§ 1º** - Concluído pela inconstitucionalidade de um projeto, deve o parecer ir a Plenário, para ser discutido.

**§ 2º** - Somente quando rejeitado, o parecer prosseguirá o processo e tramitará pelas demais comissões.

**Art. 62** - Suas atribuições serão de apreciar:

**I** - O aspecto constitucional, legal e jurídico das proposições;

**II** - O aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer, por imposição regimental ou por decisão Plenária;

**III** - As razões do veto do Prefeito que tenham por fundamento a ilegalidade ou inconstitucionalidade das proposições ou parte delas;

**IV** - Elaborar a redação final dos projetos aprovados, exceto aqueles que, segundo determinação deste regimento, forem de competência de outra comissão;

**V** - Responder a consulta do Presidente da Mesa, de comissão ou Vereadores, sobre aspecto jurídico ou ilegalidade das proposições apresentadas em Plenária.

## SUBSEÇÃO II DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

**ART. 63** - Compete a comissão de Finanças e Orçamentos opinar sobre:

**I** - Proposta orçamentárias;

**II** - A prestação de contas da Prefeitura e da Mesa da Câmara;

**III** - As proposições referentes a matéria tributária, abertura de crédito, empréstimo públicos e as que, direta ou indiretamente alterem as despesas ou a receita do Município, acarretando responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;

**IV** - Os balancetes e balanços da Prefeitura e da Mesa, para acompanhar o andamento das despesas públicas;

**V** - As proposições que fixem as remunerações e vencimentos do funcionalismo e suas alterações;

**VI** - As proposições que envolvam aspectos de natureza tecnológica, científica e econômica;

**VII** - As proposições que fixem as remunerações ou subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, como também a verba de apresentação do Prefeito e do Presidente da Câmara;

**Art. 64** - Compete ainda a comissão de Finanças e Orçamentos:

**I** - Apresentar, no segundo trimestre do último ano de cada legislatura, o projeto de Decreto Legislativo fixando os subsídios e a verba de representação do Prefeito e, se for o caso do Vice-Prefeito e Vereadores, para vigorar na legislatura seguinte, e verba de representação do Presidente da Câmara;

**II** - Zelar para que nenhuma Lei, Emenda da Câmara crie encargos ao erário público municipal, sem que as especifiquem os recursos necessários à sua execução;



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

III - Apresentar, obrigatoriamente, parecer sobre os dispositivos nos itens I, II, III e IV, do artigo anterior, não podendo ser submetido a discussão e votação do Plenário, sem que o parecer da comissão tenha sido exagerado, salvo o disposto neste Regimento.

### SUBSEÇÃO III DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, ATIVIDADES PRIVADAS E AGROPECUÁRIA

**Art. 65** - Compete a comissão de Obras, Serviços Públicos, Atividades Privadas e agropecuária, opinar sobre:

I - Todos os processos atinentes à realização de obras e serviços públicos pelo Município, autarquias paraestatais e concessionárias de serviços públicos de âmbito municipal e assuntos que envolvam entidades privadas como transportes, comunicação e outros;

II - Legislação pertinente aos serviços públicos;

III - Assuntos relativos a obras públicas, saneamento, viação, fontes de energia e mineração.

**Art. 66** - Compete ainda a comissão de Obras, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Agropecuárias:

I - Fiscalizar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado e do Plano Diretor da Cidade;

II - Funcionar como consultora e fiscalizadora da política municipal de desenvolvimento agropecuário;

III - Realizar estudos visando conhecer as necessidades do setor agropecuário;

IV - Viabilizar estudos para implantação, execução e desenvolvimento das atividades agropecuárias;

V - Funcionar como consultora e assessora na definição da política de orientação;

VI - Atuar em conjunto com o setor competente para assuntos agropecuários do Município, bem como sua relação às divisões de extensão, organização agrária, apoiando técnico e insumos, mecanização agrícola e fomento de agricultura e pecuária;

VII - Encaminhar assuntos de interesse do agricultor, visando a solução de questões que atendam ao seu interesse, na ampliação das atividades agrícolas;

VIII - Promover encontros, , palestras e debates com as entidades representativas e com os próprios agricultores, visando o encaminhamento de reivindicações;

IX - Promover cursos de aperfeiçoamento e cursos informativos sobre agricultura em geral, novas técnicas e uso operacional;

X - Apoiar e incentivar meios que objetivem a venda direta dos produtos ao consumidor;

XI - Observar a aplicação da legislação que estabelece o uso de agrotóxicos nas áreas de produção agrícola em geral;

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208**

## **SUBSEÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Art. 67** - Compete a comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, opinar sobre:

I - Proposições referentes a educação, ao desenvolvimento cultural e artístico, ao esporte, ao ensino, a higiene, saúde pública e obras assistenciais;

II - Questões relativas ao tratamento e a prevenção de problemas de desconformidade psicossocial da família, especialmente aqueles que envolvem a criança, o jovem e os idosos;

III - Matérias concernentes a problemática homem-trabalho;

IV - Assuntos pertinentes a programas de ajuda assistências.

## **SUBSEÇÃO V DA COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, TURISMO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE APODI**

**Art. 68** - Compete a comissão de Defesa do Meio Ambiente, Turismo e Patrimônio Histórico de Apodi, opinar sobre:

I - Assuntos intimamente relacionados com a ecologia ao meio ambiente;

II - Promover palestras, debates, conferências, encontros, seminários e reuniões, com auxílio de professores e técnicos especializados em defesa do meio ambiente, visando minimizar os problemas da poluição e seus efeitos;

III - Promover palestras junto a estudantes de todos os níveis, visando conscientizá-los para a preservação ecológica e do meio ambiente;

IV - Promover campanhas de arborização junto a poluição e de conservação dos mesmos;

V - Promover a semana da ecologia, com concursos, escolares premiando os vencedores, com a participação da comunidade;

VI - Identificar as consequências do uso indiscriminado de inseticidas;

VII - Efetuar levantamento sobre a falta planejamento agrícola e industrial;

VIII - Promover programas de proteção dos mananciais de água de Apodi;

IX - Propostas que visem o incremento do turismo no Município;

X - Sugerir a oficialização de pontos turísticos do Município, mediante relatório justificativos do seu aproveitamento;

XI - Representar o legislativo em qualquer evento relacionado com o turismo;

XII - Apresentar roteiros turísticos;

XIII - Proposições que versem sobre assuntos de preservação do patrimônio histórico do Município de Apodi;

XIV - Realizar estudos com o fito de que seja colocada em prática uma política de conscientização da real importância da preservação do patrimônio histórico de Apodi;

XV - Efetuar estudos visando incentivar a publicação da história do Município de Apodi;

**XVI** - Promover eventos e concursos, visando a promoção do patrimônio histórico de Apodi, protegendo-o através de fiscalização e denúncias sobre depredação.

**Art. 69** - As comissões temporárias destinam-se a apreciar assunto relevante ou excepcional ou representar a Câmara, e serão constituídas de no mínimo três (03) membros, exceto quando se trata de representação externa.

**Art. 70** - As Comissões temporárias poderão ser:

I - Especiais;

II - De Inquérito.

**Art. 71** - As Comissões temporárias serão constituídas com atribuições e prazo de funcionamento definidos:

I - Mediante requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário quando se tratar de comissão especial ou de representação externa;

II - Mediante requerimento subscrito por no mínimo um terço (1/3) dos Vereadores e deferido pelo Presidente, quando se tratar de Comissão de Inquérito;

III - De ofício pelo Presidente da Câmara, quando se tratar de Comissão Especial para apreciar Emendas à Lei Orgânica ou alteração do Regimento Interno.

**Parágrafo Único** - A Comissão temporária, uma vez constituída tem o prazo de cinco (05) dias úteis para se instalar.

## SEÇÃO II A COMISSÃO ESPECIAL

**Art. 72** - Será constituída a Comissão Especial para examinar:

I - Emendas à Lei Orgânica;

II - Alterações ao Regimento Interno;

III - Assuntos especiais ou excepcionais.

**§ 1º** - As Comissões Especiais previstas nos itens I e II, deste artigo, serão constituídas de ofício, pelo Presidente da Câmara, que designará seus membros, em número não inferior a três (03), ouvidos líderes das bancadas.

**§ 2º** - As Comissões Especiais previstas no item III, deste artigo, serão criadas mediante requerimento, aprovado pelo Plenário, que indicará o número de seus membros.

## SEÇÃO III DA COMISSÃO DE INQUÉRITO

**Art. 73** - A Comissão de Inquérito, constituída nos termos previstos na Lei Orgânica, destina-se a apurar fato determinado, que se constitua irregularidade praticado por agente administrativo ou Vereador.

**§ 1º** - Na constituição de Comissão de Inquérito ficará esclarecida a amplitude das investigações a serem feitas.

**§ 2º** - Constituída a Comissão de Inquérito com os seus respectivos membros, esta terá o prazo de cinco (05) dias úteis para se instalar, sob pena de tornar-se sem efeito a

sua constituição, de sessenta (60) dias, prorrogáveis por mais trinta (30) dias, para apresentar as suas conclusões.

§ 3º - No exercício de suas atribuições, poderá a Comissão de Inquérito determinar diligências, ouvir o acusado ou acusados, inquirir testemunhas, requisitar perícia e tudo mais que se fizer necessário para obter o esclarecimento dos fatos, assegurada ampla defesa aos acusados.

§ 4º - Testemunhas e acusados serão intimados, de acordo com a legislação vigente, para prestarem depoimentos, que reduzido a termo.

§ 5º - As conclusões dos trabalhos da Comissão de Inquérito constarão de relatório de Resolução, se for o caso.

§ 6º - O projeto de Resolução será enviado ao Plenário, com o relatório e as provas.

§ 7º - Se a Comissão concluir pela improcedência da acusação será votado o relatório pelo Plenário.

§ 8º - A Mesa executará as providências recomendadas pelo Plenário.

§ 9º - Não poderão funcionar mais de três (03) Comissões de Inquérito simultaneamente.

#### SEÇÃO IV DOS PARECERES

**Art. 74** - O parecer da Comissão deverá constituir de relatório da matéria, exame da mesma e opinião conclusiva.

§ 1º - O parecer da Comissão concluirá por:

a) Aprovação

b) Rejeição

§ 2º - Na contagem dos votos emitidos em reunião da Comissão também serão considerados:

a) A favor do parecer, os emitidos pelas conclusões ou com restrições;

b) Contra o parecer, os vencidos.

**Art. 75** - O parecer da Comissão deverá, obrigatoriamente, ser assinado por todos os seus membros ou, ao menos, pela maioria, devendo o voto vencido ser apresentado em separado, indicando a restrição feita, não podendo os membros da Comissão deixarem de subscrever os pareceres.

#### CAPÍTULO III DO PLENÁRIO

**Art. 76** - O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, e é constituído pela reunião de Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º - O local é o recinto da sede da Câmara, e aqueles determinados por este Regimento.

§ 2º - A forma legal para deliberar é a seção regida pelos capítulos referentes a matérias, neste Regimento.

§ 3º - “Quorum” é o número mínimo de Vereadores presentes a realização das sessões e para as deliberações.

**Art. 77** - Durante a sessão, é vedado o acesso de pessoas estranhas ao Plenário, a não ser expressamente autorizadas pelo Presidente, e de funcionários que ali exerçam suas atividades de serviço.

**Art. 78** - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, por maioria absoluta ou por maioria de dois terços (2/3), conforme as determinações legais e regimentais, expressas em cada caso.

**Parágrafo Único** - Sempre que não houver determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples, presentes a maioria absoluta dos membros da Câmara.

**Art. 79** - Ao Plenário cabe deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara Municipal.

§ 1º - Compete a Câmara Municipal legislar, com a sanção do Presidente e respeitadas as normas quanto a iniciativa, sobre todas as matérias de peculiar interesse do Município e especialmente:

- I - Dispor sobre tributos municipais;
- II - Votar o orçamento a abertura de créditos adicionais;
- III - Deliberar sobre empréstimo e operações de créditos, bem como sobre a forma e os meios de seu pagamento;
- IV - Autorizar a concessão de uso de bens municipais e a alienação destes, quanto imóveis;
- V - Autorizar a concessão de serviços públicos;
- VI - Autorizar a aquisição de propriedade de imóvel, salvo quando se tratar de doação sem encargos;
- VII - Criar, alterar e extinguir cargos públicos, fixando-lhes os vencimentos;
- VIII - Aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado;
- IX - Aprovar convênios com o Estado, a União ou com outros Municípios.

§ 2º - Compete, privativamente, a Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições:

- I - Eleger sua Mesa, bem como destituí-la, na forma deste Regimento;
- II - Elaborar e modificar o Regimento Interno;
- III - Organizar sua secretaria, dispondo sobre seus servidores;
- IV - Dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito eleitos, conhecer da sua renúncia e afasta-los definitivamente do exercício do cargo, nos termos da legislação pertinentes;
- V - Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo e, ao primeiro, para ausentar-se do Município por mais de dez (10) dias;
- VI - Fixar, antes das eleições, subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, inclusive verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito e Presidente da Câmara, para vigorar na legislatura seguinte;
- VII - Criar Comissões Especiais e de Inquérito, por prazo certo e sobre fato determinado, que se inclua na competência municipal, mediante requerimento de um terço (1/3) de seus membros, observado o disposto neste Regimento;



- VIII - Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes a administração;
- IX - Convocar o Prefeito ou Secretário Municipal para prestar informações sobre sua administração;
- X - Deliberar, mediante Resolução, sobre assuntos de sua economia interna, e por meio de Decretos Legislativo nos demais caso de sua competência privativa;
- XI - Julgar o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei;
- XII - Tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa, exercendo a fiscalização financeira, orçamentária externa na forma da legislação Federal e Estadual pertinentes;
- XIII - Conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas, mediante Decreto aprovado pela maioria simples dos membros da Câmara;
- XIV - Requerer ao Governador, pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros a intervenção do Município, nos casos previstos na Constituição Federal;
- XV - Apreciar os vetos do Prefeito, observando o disposto na Lei Estadual;
- XVI - Sugerir ao Prefeito e ao Governo do Estado e da União, medidas convenientes aos interesses do Município;
- XVII - Julgar os recursos administrativos de atos do Presidente.

#### CAPÍTULO IV DO “QUORUM”

**Art. 80** - Quorum é o número mínimo de Vereadores presentes para a realização de sessão, reunião de comissão ou deliberações.

**Art. 81** - É necessária a presença de pelo menos um terço (1/3) de seus membros, para que a Câmara se reúna, e da maioria de seus membros para deliberar.

**§ 1º** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos membros da Câmara, salvo os casos expressos neste capítulo.

**§ 2º** - São exigidos os votos favoráveis de pelo menos dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal para:

- a) Aprovação de Projeto de Lei vetado pelo Prefeito (rejeição de voto);
- b) Aprovação de Decretos Legislativo que contrarie o parecer prévio do Tribunal de Contas do estado ou órgão estadual que for incumbido dessa atribuição, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente;

c) **REVOGADA.** (Redação dada pela RESOLUÇÃO Nº. 048/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017)

**Art. 82** - A deliberação de “quorum”, questionada ou não, será feita pelo Presidente após a chamada nominal dos Vereadores.

**Parágrafo Único** - Verificada a falta de “quorum” para a votação da Ordem do Dia, a sessão será levantada, perdendo, o Vereador que estiver ausente, a parte variável da remuneração do dia.

## TÍTULO III DAS PROPOSIÇÕES CAPÍTULO I DAS PROPOSIÇÕES EM GERAL

**Art. 83** - Proposição é toda matéria sujeita a deliberação do Plenário, devendo ser redigido com clareza e em termos explícitos sintéticos, podendo consistir em Projetos de Resolução, de Lei e de Decretos Legislativos, indicações, moções, requerimentos, substitutivos, emendas, subemendas, pareceres e recursos.

**Art. 84** - A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que:

I - Versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara;

II - Delegar a outro poder, atribuições privativas do Legislativo;

III - Faça referência a Lei, Decreto, Regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua transcrição;

IV - Faça menção a cláusula de contratos ou de concessões sem a sua transcrição por extenso;

V - Seja redigido de modo que se saiba, a simples leitura, qual a providência objetiva;

VI - Seja anti-regimental;

VII - Seja apresentada por Vereador ausente à sessão;

VIII - Tenha sido rejeitada e novamente apresentada antes do prazo regimental.

**Parágrafo Único** - Da declaração da Mesa caberá recursos ao Plenário, que deverá ser apresentado pelo autor e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, cujo parecer será na Ordem do Dia e apreciado pelo Plenário.

**Art. 85** - Considerar-se-á autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário.

§ 1º - As assinaturas que se seguirem à do autor, serão consideradas de apoio, implicando na concordância expressa dos signatários com o mérito da proposição subscrita.

§ 2º - As assinaturas de apoio não poderão ser retiradas após a entrega da proposição à Mesa.

**Art. 86** - Os processos serão organizados pela Secretaria da Câmara, conforme o regulamento baixado pela Presidência.

**Art. 87** - Quando por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa fará reconstituir o respectivo processo, pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua tramitação.

**Art. 88** - O autor poderá solicitar, em qualquer fase da elaboração legislativa, a retirada de sua proposição.

§ 1º - Se a matéria ainda não recebeu parecer favorável da comissão, nem foi submetida à deliberação do Plenário, a este compete ao Presidente deferir o pedido.

§ 2º - Se a matéria já recebeu parecer favorável da comissão ou já tiver sido submetida ao Plenário, a este compete decisão.



**Art. 89** - No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que estejam sem parecer ou com parecer contrário das comissões competentes.

**§ 1º** - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de lei ou de resolução oriundos do Executivo, da Mesa ou de comissão da Câmara, que deverão ser consultados a respeito.

**§ 2º** - Cabe a qualquer Vereador, mediante Requerimento dirigido ao Presidente, solicitar o desarquivamento do projeto e o reinício da tramitação regimental.

**Art. 90** - As proposições de iniciativa da Câmara, rejeitadas ou não sancionadas, só poderão ser renovadas em outra sessão legislativa, salvo se representadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

## CAPÍTULO II DOS PROJETOS EM GERAL

**Art. 91** - Toda matéria legislativa de competência da Câmara será objeto de Projeto de Lei ou Decreto Legislativo, e de toda matéria administrativa ou político-administrativa da Câmara será objeto de Projeto de Resolução ou de Decreto Legislativo, respeitada a Lei Orgânica municipal.

**Art. 92** - O projeto de decreto legislativo é a proposição que se destina a regular a matéria exclusiva de competência da câmara e de efeitos externos a essa, sujeito à promulgação por seu Presidente.

**Parágrafo Único** - Constitui matéria de decreto legislativo:

**I** - Concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de 10 (dez) dias ou do Estado, por mais de 05 (cinco) dias;

**II** - Deliberar sobre parecer relativo as contas do Prefeito proferido pelo Tribunal de /contas do Estado;

**III** - Fixação dos subsídios e da verba de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito, da remuneração dos Vereadores e de verba de representação do Presidente;

**IV** - Deliberar sobre nomeação a que se refere, nos termos da Lei Orgânica;

**V** - Mudança de local para o funcionamento da Câmara;

**VI** - Cassação de mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, na forma prevista na legislação federal;

**VII** - Aprovação de convênios ou acordos de que for parte o Município;

**VIII** - A suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei, atos, resolução ou regulamento municipal, ou de qualquer de suas respectivas disposições, que hajam sido declarados, por decisão do Poder Judiciário Estadual e transitado em julgado, infringentes das Constituições da República ou do Estado, da Lei Orgânica ou das Leis;

**IX** - A concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra homenagem ou honraria às pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município;

**X** - E as demais matérias de exclusiva competência da Câmara, que tenham efeitos externos.

**Art. 93** - O Projeto de Resolução destina-se a regulamentar matéria de caráter político ou administrativo de economia interna da Câmara, sobre os quais esta deva pronunciar-se em casos concretos.

**Parágrafo Único** - Constitui matéria de projeto de resolução:

- I** - Destituição de membros da Mesa;
- II** - Julgamento de recursos de sua competência;
- III** - Concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
- IV** - Criação de Comissão Especial, de Inquérito ou mista;
- V** - Conclusões de Comissão de Inquérito;
- VI** - convocações de Secretários Municipais ou titulares de órgão equivalentes, para prestar informações sobre matéria de sua competência;
- VII** - Representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança de nome da sede do Município;
- VIII** - Regimento Interno e suas modificações;
- IX** - Todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não se compreenda nos limites do simples ato normativo.

**Art. 94** - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador e ao Prefeito, sendo privativo deste a proposta orçamentária e aqueles que disponham sobre matéria financeira, criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou importe em aumento de despesas ou a diminuição da receita.

**Parágrafo Único** - Nos projetos referidos neste artigo, não serão admitidos emendas que aumentem direta ou indiretamente a despesas propostas ou diminuam a receita, nem as que alterem a criação de cargos ou funções.

**Art. 95** - O Prefeito deverá enviar à Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se solicitar, deverão ser apreciados dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento do projeto, Esgotado esse prazo, quando solicitado, sem deliberação, serão os projetos incluídos na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata.

**§ 1º** - Os prazos previstos neste artigo obedecerão as seguintes regras:

- I** - Aplica-se a todos os projetos de lei, qualquer que seja o “quorum” para a sua aprovação, ressalvado o disposto no item seguinte;
- II** - Não se aplicam aos projetos de codificação;
- III** - Não correm nos períodos de recesso da Câmara;

**§ 2º** - Decorridos os prazos previstos neste artigo sem deliberação da Câmara, ou rejeitado o projeto na forma regimental, o Presidente comunicará o fato ao Prefeito em 48 (quarenta e oito) horas sob pena de responsabilidade.

**Art. 96** - Os projetos de lei, de decreto legislativo e de resolução deverão ser:

- I** - Precedidos de título enunciativo de seu objeto;
- II** - Escritos em dispositivos numerados, concisos, claros e concebidos nos termos em que tenham de ficar como lei, decreto legislativo ou resolução;
- III** - Assinados pelo seu autor.

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

§ 1º - Nenhum dispositivo do projeto poderá conter matéria estranha ao objeto da proposição.

§ 2º - Os projetos deverão vir acompanhado de motivos escritos.

Art. 97 - Lidos os projetos pelo Secretário, no expediente, serão encaminhados às Comissões que, por sua natureza, devem opinar sobre o assunto.

**Parágrafo Único** - Em caso de dúvida, consultará o Presidente sobre quais as Comissões devam ser ouvidas, podendo qualquer medida ser solicitada pelos Vereadores.

Art. 98 - Independem de leitura no expediente os projetos de iniciativa do Executivo com solicitação da urgência, os quais no prazo de três (03) dias da entrada na Secretaria, deverão ser enviados diretamente às comissões pelo Presidente da Câmara.

Art. 99 - Os projetos elaborados pelas comissões Permanentes ou Especiais, em assuntos de sua competência, serão dados a Ordem do Dia da sessão seguinte, independentemente do parecer, salvo requerimento para que seja ouvida outra comissão, discutido e aprovado pelo Plenário.

Art. 100 - Os projetos de Resolução de iniciativa da Mesa independem de pareceres, entrando para a Ordem do Dia da sessão seguinte e de sua apresentação.

### CAPÍTULO III DOS PROJETOS DE CODIFICAÇÃO

Art. 101 - Código é a reunião de dispositivos legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a prover completamente a matéria tratada.

Art. 102 - Consolidação é a reunião das diversas Leis em vigor sobre o mesmo assunto, para sistematizá-las.

Art. 103 - Estatuto ou Regimento é o conjunto de normas disciplinares fundamentais que regem a atividade de um órgão ou entidade.

Art. 104 - Os projetos de códigos, consolidações e estatutos depois de apresentados em Plenário, serão publicados, distribuídos por cópias aos Vereadores e encaminhados a comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º - Durante o prazo de trinta (30) dias, poderão os Vereadores encaminhar à comissão, emendas e sugestões a respeito.

§ 2º - A comissão terá mais de trinta (30) dias para exarar parecer, incorporando as emendas e sugestões que julgar convenientes.

§ 3º - Decorrido o prazo, ou antes, se a comissão antecipar o seu parecer entrará processo para a pauta da Ordem do Dia.

Art. 105 - Na primeira discussão, o projeto será discutido e vetado, salvo o requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à comissão por mais quinze (15) dias, para a incorporação das emendas aprovadas.

§ 2º - Ao atingir estágio de discussão, seguir-se-á a tramitação normal dos demais projetos.

## CAPÍTULO IV DAS INDICAÇÕES E PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS

**Art. 106** - Indicação ou pedido de providências é a proposição em que o Vereador sugere ou solicita medidas de interesse público aos órgãos competentes.

**Art. 107** - As indicações ou pedidos de providências serão lidos na hora do expediente e encaminhados pelo Presidente da Câmara a quem de direito, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 1º - No caso do Presidente entender que a proposição não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da comissão competente, cujo parecer será discutido e votado na Ordem do Dia da sessão seguinte à sua exarcação.

§ 2º - Para emitir parecer, a comissão terá o prazo, improrrogável de cinco (05) dias.

**Art. 108** - As indicações poderão consistir na sugestões de se estudar determinados assuntos, para converte-los em Projeto-lei, de Decreto Legislativo ou de Resolução, sendo Presidente encaminhados à comissão competente.

§ 1º - Aceita a sugestão, elaborará, a comissão, o projeto que deverá seguir os trâmites regimentais.

§ 2º - Opinando a comissão em sentido contrário, será o parecer discutido e votado da Ordem do Dia da sessão seguinte a sua exarcação.

## CAPÍTULO V DAS MOÇÕES

**Art. 109** - Moção é a proposição em que é sugerida manifestação da Câmara sobre determinado assunto, aplaudido, hipotecando solidariedade, apelando, protestando ou repudiando.

**Art. 110** - Subscrita por, no mínimo, um terço (1/3) dos Vereadores, a Moção, depois de lida será despachada na pauta da Ordem do Dia na mesma sessão ordinária, independentemente de parecer da comissão, para ser apreciada em discussão e votação única.

**Parágrafo Único** - Sempre que requerida por qualquer Vereador e aprovada em Plenário, a Moção será previamente apreciada pela comissão competente.

## CAPÍTULO VI DOS REQUERIMENTOS

**Art. 111** - Requerimento é todo pedido verbal ou escrito, feito por Vereador ou Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre assuntos determinados.

§ 1º - Salvo disposição expressa nesse Regimento, os Requerimentos verbais serão decididos imediatamente pelo Presidente e os escritos, que dependem de deliberação do Plenário, serão votados na mesma sessão de apresentação, não cabendo adiamento.

§ 2º - O Requerimento que dependa de deliberação do Plenário não sofrerá discussão e sua votação poderá encaminhada pelo autor a um representante de cada bancada.

**Art. 112** - Será verbais os Requerimentos que solicitem:

- I - A palavra ou desistência dela;
- II - Permissão para falar sentado;
- III - Posse de Vereador ou Suplente;
- IV - Leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- V - Observância de disposição regimental;
- VI - Retirada, pelo autor, de proposição sem parecer de comissão ou com parecer contrário;
- VII - Verificação de votação ou de presença;
- VIII - Informações sobre a pauta dos trabalhos;
- IX - Requisição de documentos, processos, livros, ou publicações existentes na Câmara, a respeito de proposição em discussão;
- X - Preenchimento de vaga em comissão;
- XI - Justificativa de voto;

**Art. 113** - Serão escritos os Requerimentos que solicitem:

- I - Renúncia de membros da Mesa;
- II - Juntada ou desentranhamento de documentos;
- III - Informações em caráter oficial sobre atos da Mesa ou da Câmara;
- IV - Voto de pesar por falecimento;
- V - Prorrogação da sessão;
- VI - Voto de louvor ou congratulação;
- VII - Inserção de documento em Ata;
- VIII - Retirada, pelo autor, de proposição já submetida a discussão pelo Plenário ou com parecer favorável;
- IX - Informações solicitadas ao Prefeito;
- X - Convocações de Secretários Municipais ou Diretores equivalentes;
- XI - Constituição de comissão Especiais;
- XII - Licença de Vereador;
- XIII - Urgência, adiamento e retirada de urgência;
- XIV - Realização de sessão solene, especial, extraordinária ou secreta;
- XV - Destinação de parte da sessão para comemoração ou homenagem;
- XVI - Moções.

**Parágrafo Único** - Os Requerimentos de que trata os itens I, II, III e IV, deste artigo, será decididos pelo Presidente.

**Art. 114** - Durante a Ordem do Dia só será admitidos requerimentos que digam respeito estritamente à matéria nela incluída.

§ 1º - Será votado antes da proposição o requerimento a ela pertinente.



**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208**

§ 2º - O Plenário poderá definir audiência de comissão ou o Presidente poderá solicitá-la, por requerimento que envolva proposição da Ordem do Dia.

## **CAPÍTULO VII DOS SUBSTITUTIVOS E AS EMENDAS**

**Art. 115** - Substitutivo é o projeto apresentado por um Vereador ou comissão, para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

**Parágrafo Único** - Não é permitido ao Vereador apresentar substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

**Art. 116** - Emendas é a correção apresentada a um dispositivo do Projeto de Lei ou Resolução.

**Art. 117** - As Emendas podem ser Supressiva, Substitutivas, Aditivas e Modificativas.

§ 1º - Emenda Supressiva é a que manda suprimir, em parte ou no todo, o artigo de projeto.

§ 2º - Emenda substitutiva é a que deve ser colocada em lugar do artigo.

§ 3º - Emenda aditiva é a que deve ser acrescentada aos termos do artigo.

§ 4º - Emenda modificativa é a que se refere apenas à redação de artigo, sem alteração a sua substância.

**Art. 118** - A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

**Art. 119** - Não serão aceitos substitutivo, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria de proposição principal.

§ 1º - O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranhos ao seu objeto, terá o direito de reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação.

§ 2º - Da decisão do Presidente, caberá recurso ao Plenário, a ser proposto pelo o autor do projeto do substitutivo ou emenda.

§ 3º - As emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto, serão destacadas para constituírem projetos autônomos, sujeitos à tramitação regimental.

## **CAPÍTULO VIII DAS SESSÕES**

**Art. 120** - As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias, solenes ou comemorativas e serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada pela maioria absoluta dos membros da Câmara, quando ocorrer motivo relevante.

**Art. 121** - A Câmara Municipal de Apodi-RN, reunir-se-á em Sessões Ordinárias, às quintas-feiras, às 8h00min, independentemente de convocação. (NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 121, CONFORME RESOLUÇÃO Nº. 055/2018, DE 7 DE MAIO DE 2018)

§ 1º - Durante o período legislativo, a Mesa e as Comissões Permanentes reunir-se-ão às sextas-feiras às oito (08) horas, mediante convocação de seus Presidentes, com as seguintes finalidades:

I - A Mesa, para em conjunto, analisar, solucionar e decidir sobre os assuntos administrativos da Casa;



II - As Comissões, para analisar e elaborar os pareceres dos projetos em pauta, ouvir entidade e autoridades convidadas a tratar de qualquer outro assunto de interesse do Município.

§ 2º - Ocorrendo feriado ou ponto facultativo, as reuniões não serão realizadas.

§3º - As reuniões de todas as comissões serão transmitidas via redes sociais, ou outras mídias assemelhadas, a fim de se garantir transparência e efetividade às atividades legislativas. (ACRESCENTA O §3º, AO ART. 121, CONFORME RESOLUÇÃO Nº. 049/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017)

Art. 122 - Serão considerados recessos legislativos os períodos de 01 a 31 de julho e de 15 de dezembro a 01 de fevereiro. (NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 122, CONFORME RESOLUÇÃO Nº. 057/2018, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018)

Art. 123 - As sessões extraordinárias, fora do recesso, serão convocadas pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou deliberação da Câmara, a requerimento de um terço (1/3) de seus membros, justificando o motivo.

§ 1º - O Presidente convocará a sessão, de ofício, nos casos previstos neste Regimento.

§ 2º - As sessões extraordinárias se realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, podendo também ser realizadas no domingos e feriados.

§ 3º - Serão convocadas com a antecedência mínima de três dias, salvo caso de extrema urgência comprovada.

§ 4º - Somente será considerado motivo de extrema urgência a discussão da matéria cujo adiamento torne inútil a deliberação ou importe em grave prejuízo à coletividade.

§ 5º - Os Vereadores deverão ser convocados por escrito e, no mínimo, dois (02) dias.

§ 6º - Para a pauta da Ordem do Dia da sessão deverão os assuntos serem pré-determinados no ato da convocação, não podendo serem tratados assuntos estranhos à convocação.

§ 7º - O tempo do Expediente será reservado à discussão e votação da ata, da matéria recebida do Prefeito e de diversos.

§ 124 - As sessões solenes e comemorativas serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, para a fim específico que lhes for determinado.

**Parágrafo Único** - Essas sessões poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara e não haverá expediente, sendo dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença, não havendo tempo determinado para encerramento.

Art. 125 - Será dada ampla publicidade às sessões da Câmara facilitando-se o trabalho da imprensa, publicando-se a pauta e o resumo dos trabalhos no jornal e emissora oficial, se houver.

§ 1º - Jornal Oficial da Câmara é a que vencer a licitação para divulgação dos atos oficiais do executivo.

§ 2º - Emissora Oficial é a que vencer a licitação para transmissão do resumo dos trabalhos da Câmara.

Art. 126 - Excetuadas as solenes, as sessões terão a duração máxima de quatro (04) horas, com interrupção de quinze (15) minutos entre o final do expediente e o início da Ordem do Dia e explicação pessoal podendo serem prorrogadas por iniciativa do Presidente ou a pedido verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 1º - O pedido de prorrogação será tempo de determinado ou para terminar a discussão de proposição em debate, não podendo ser discutido ou encaminhado à votação.

§ 2º - O prazo mínimo de prorrogação é de dez (10) minutos e o máximo é de trinta (30) minutos.

§ 3º - Havendo dois ou mais pedidos simultâneos de prorrogação dos trabalhos, será votado o que determinar menor prazo. Quando os pedidos simultâneos de prorrogação forem para prazo determinados e para terminar a discussão, será votados os prazos determinado.

§ 4º - Poderão ser solicitadas outras prorrogações, mas sempre por prazo igual ou menor ao que já foi concedido.

§ 5º - Os pedidos verbais de prorrogação, na Ordem do Dia, serão solicitados cinco (05) minutos antes de esgotar-se o prazo regimental. E na explicação pessoal, dez (10) minutos antes de esgotar-se o prazo regimental.

**Art. 127** - As sessões compõem-se de três partes: Expediente, Ordem do Dia e Explicação pessoal.

**Parágrafo Único** - Não havendo mais matéria sujeita a deliberação do Plenário na Ordem do Dia, passar-se-á de imediato para a explicação pessoal.

**Art. 128** - À hora do início dos trabalhos, por determinação do Presidente, o Secretário da Câmara fará chamada dos Vereadores pela Ordem de assinatura no livro de presença.

**Parágrafo Único** - Verificada a presença de um terço (1/3) dos membros da Câmara, o Presidente abrirá a sessão, caso contrário, aguardará quinze (15) minutos. Persistindo a falta de "quorum", a sessão não será aberta, lavrando-se, no fim da ata, termo de ocorrência, que não dependerá de aprovação.

**Art. 129** - Durante a sessão, somente os Vereadores, poderão permanecer no recinto do Plenário.

§ 1º - A critério do Presidente, serão convocados os funcionários da Secretaria necessários ao andamento dos trabalhos.

§ 2º - A convite do Presidente, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir os trabalhos no recinto do Plenário, autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, personalidades que se resolva homenagear e representantes credenciais da imprensa e do rádio, que terão lugar reservado para esse fim.

## CAPÍTULO IX DAS SESSÕES SECRETAS

**Art. 130** - A Câmara realizará sessões secretas, por deliberação tomada pela maioria absoluta, quando ocorrer, motivo relevante.

§ 1º - Deliberada a sessão secreta, ainda que realiza-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto a todos os assistentes, assim como os funcionários da Câmara e aos representantes da imprensa e rádio. Determinará também, que se interrompa transmissão ou gravação dos trabalhos.

§ 2º - Iniciada a sessão secreta, a Câmara deliberará, preliminarmente, se o objeto proposto deve continuar a ser tratado secretamente, caso contrário a sessão tornar-se-á pública.

§ 3º - A ata será lavrada pelo Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, será lavrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa.

§ 4º - As atas assim lavradas só poderão ser reabertas para exame em sessão secreta, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

§ 5º - Será permitido ao Vereador que houver participado dos debates, reduzir seu discurso, a escrito, para ser arquivado com a ata e os documentos referentes a sessão.

§ 6º - Antes de encerrada a sessão, a Câmara resolverá, após discussão, se a matéria debatida deverá publicada no todo, em parte ou, ainda arquivada.

## CAPÍTULO X DO EXPEDIENTE

**Art. 131** - O Expediente terá a duração improrrogável de um hora e meia, a partir da hora fixada para o início da sessão, e se destina-se à aprovação da ata da sessão anterior, à leitura resumida da matéria oriunda do Executivo ou de outras origens e à apresentação de proposições dos Vereadores.

**Art. 132** - Aprova a ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecendo a seguinte ordem:

- I - Expediente recebido do Prefeito;
- II - Expediente recebido de diversos;
- III - Expediente apresentado pelos Vereadores.

§ 1º - As proposições dos Vereadores deverão ser encaminhadas até a hora anterior à da sessão, ao Diretor da Secretaria da Câmara e por ele serão recebidas, rubricadas e enumeradas, para entregar ao Presidente no início da sessão.

§ 2º - Na leitura dessas proposições, obedecer-se-á a seguinte ordem:

- I - Projeto de Resolução;
- II - Projetos de Decreto Legislativo;
- III - Projetos de Lei;
- IV - Requerimento em regime de urgência;
- V - Requerimentos comuns;
- VI - Moções;
- VII - Indicações.

§ 3º - Encerrada a leitura das proposições nenhuma matéria poderá ser apresentada, salvo caso de extrema urgência pelo Plenário, na forma regimental.

§ 4º - Dos documentos apresentados no expediente serão dadas cópias, quando solicitadas aos interessados.

§ 5º - As proposições apresentadas seguirão as normas dos capítulos seguintes sobre a matéria.

**Art. 133** - Terminada a leitura da matéria em pauta, o Presidente verificará o tempo do expediente, que se destinará ao Pequeno Expediente.

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

**Art. 134** - Durante o Pequeno Expediente, os Vereadores inscritos em lista especial terão a palavra pelo o prazo de cinco (05) minutos, para comentários sobre matéria apresentada ou breves comunicações.

**Parágrafo Único** - No Pequeno Expediente, enquanto o orador inscrito estiver na tribuna, nenhum Vereador poderá usar a palavra “pela ordem”, a não ser para comunicar ao Presidente que o orador ultrapassou o prazo regimental que lhe foi concedido.

## CAPÍTULO XI DA ORDEM DO DIA

**Art. 135** - Findo do expediente, por se ter esgotado o termo ou por falta de oradores, e decorrido o prazo regimental, tratar-se-á da matéria destinada à Ordem do Dia.

**§ 1º** - Será realizada a verificação de presença e a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

**§ 2º** - Não se verificando “quorum” regimental, o Presidente aguardará cinco (05) minutos, antes de declarar encerrada a sessão.

**Art. 136** - Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia com antecedência de vinte e quatro (24) horas, do início da sessão e nem que tenham sido distribuídas cópias da matéria aos líderes de bancada até às dezoito (18) horas do anterior ao da sessão.

**§ 1º** - A secretaria fornecerá aos Vereadores cópias das proposições, dos projetos de Lei do Executivo e dos pareceres, dentro do interstício estabelecido neste artigo.

**§ 2º** - Não se aplicam as disposições deste artigo e do parágrafo anterior as sessões extraordinárias convocadas em regime de extrema urgência, que serão encaminhados à Ordem do Dia da mesma sessão.

**Art. 137** - O Secretário lerá a matéria que houver para ser discutida e votada, podendo a leitura ser dispensada, a requerimento aprovado pelo Plenário.

**Art. 138** - A votação da matéria proposta será feita em forma determinada no capítulo deste Regimento referente ao assunto.

**Art. 139** - A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte classificação:

**I** - Projetos de Lei de iniciativa do Prefeito, para os quais tenha sido solicitado urgência;

**II** - Requerimentos apresentados nas sessões anteriores ou na própria sessão, em regime de urgência;

**III** - Projetos de Lei de iniciativa do Prefeito, sem a solicitação de urgência;

**IV** - Projetos de Resolução, de Decreto Legislativo e de Lei;

**V** - Recursos;

**VI** - Requerimentos apresentados nas sessões anteriores ou na própria sessão;

**VII** - Moções apresentadas pelos Vereadores na sessão anterior;

**VIII** - Pareceres das comissões sobre indicações;

**IX** - Moções de outras edilidades.

**Parágrafo Único** - Na inclusão de projetos na Ordem do Dia, observar-se-á a ordem de estágio da discussão: Primeira e segunda discussão, redação final.

**Art. 140** - A organização da pauta da Ordem do Dia da sessão extraordinária especial da forma regimental obedecerá a seguinte classificação:

**I** - Requerimentos apresentados nas sessões anteriores, em regime de urgência;

**II** - Projetos de Resolução, de Decretos Legislativo e de Lei, de autoria dos Vereadores;

**III** - Recursos;

**IV** - Requerimentos apresentados nas sessões anteriores;

**V** - Moções apresentadas pelos Vereadores na sessão anterior;

**VI** - Pareceres das comissões sobre indicações;

**VII** - Moções de outras edilidades;

**VIII** - Projetos de Lei de iniciativa do Prefeito.

**Art. 141** - A disposição da matéria da Ordem do Dia só poderá ser interrompida ou alterada por motivo de urgência, adiamento ou vistas, solicitadas por requerimento apresentado no início da Ordem do Dia e aprovado pelo Plenário

**Art. 142** - Esgotado a Ordem do Dia, o Presidente anunciará, em termos gerais, a Ordem do Dia na sessão seguinte, concedendo em seguida, a palavra para a explicação pessoal, conforme o calendário de cada período legislativo.

**Art. 143** - A explicação pessoal é destinada à manifestação dos Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

**§ 1º** - A inscrição para falar na explicação pessoal será solicitada durante a sessão e anotada cronologicamente.

**§ 2º** - A inscrição para falar na explicação pessoal será procedida pelo Presidente e o Secretário da Câmara no início do referido período, obedecendo ao calendário legislativo e as lideranças ocupando a tribuna no final da sessão, alternativamente.

**Art. 144** - Não havendo mais oradores para falar na explicação pessoal, o Presidente declarará encerrado a sessão.

**Art. 145** - A pedido do Prefeito, poderá ser convocada a sessão extraordinária para a apreciação da matéria remanescente da pauta da sessão ordinária.

## CAPÍTULO XII DAS ATAS

**Art. 146** - De cada sessão da Câmara, lavrar-se-á Ata dos trabalhadores, contendo sucintamente, seguintes tratados, a fim de ser submetido ao Plenário na sessão posteriores.

**§ 1º** - Serão distribuídas cópias da Ata aos líderes de Bancada, obedecendo ao interstício do artigo 142 deste Regimento.

**§ 2º** - As proposições e documentos apresentados em sessão serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referiram, salvo o requerimento de transcrição integral aprovado pela Câmara.



§ 3º - A transcrição de declaração de voto, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao Presidente que não poderá nega-la.

**Art. 147** - A Ata da sessão anterior ficará a disposição dos Vereadores para a verificação, vinte e quatro (24) horas, antes do início da sessão. Ao iniciar-se a sessão com número regimental, o Presidente submeterá a Ata à discussão e votação.

§ 1º - Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da Ata no todo ou em parte. A aprovação do requerimento, que poderá ser verbal só será aceita pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º - Cada Vereador poderá falar de uma vez sobre a Ata, para pedir a sua retificação ou impugná-la, pelo tempo máximo de três (03) minutos.

§ 3º - Feita a impugnação ou solicitação a retificação da Ata, o Plenário deliberará a respeito. Aceita a impugnação, será a mesma retificada ou lavrada nova Ata, quando for o caso.

§ 4º - Aprovada a Ata, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

**Art. 148** - A Ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação, com qualquer número, antes de encerrar-se a sessão.

## TÍTULO IV DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES CAPÍTULO I DO USO DA PALAVRA

**Art. 149** - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cabendo aos Vereadores atender as seguintes determinações regimentais quanto ao uso da palavra:

I - Para melhor aproveitamento da aparelhagem de som, os Vereadores poderão falar sentados, sem solicitar permissão ao Presidente;

II - Dirigir-se sempre ao Presidente ou à Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III - Não usar da palavra sem solicitar, e sem receber consentimento do Presidente;

IV - Referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de “Senhor” ou “Vossa Excelência”;

V - O Vereador deverá dirigir-se ao Presidente pelo tratamento de Vossa Excelência.

**Art. 150** - O Vereador só poderá falar:

I - Para apresentar retificação ou impugnação da Ata;

II - No expediente, quando na forma regimental;

III - Para discutir matéria em debate;

IV - Para apartear, na forma regimental;

V - Para levantar questão de ordem;

VI - Para encaminhar a votação, nos termos regimentais;

VII - Para justificar a urgência do requerimento, nos termos regimentais;

VIII - Para justificar seu voto;

IX - Para explicação pessoal, nos termos regimentais;

X - Para apresentar requerimento, nos termos regimentais.



**Art. 151** - O Vereador que solicitar a palavra deverá, inicialmente, declarar a que item do artigo anterior solicitada a palavra, não poderá:

- I - Usar a palavra com finalidade diferente da alegada no momento da solicitação;
- II - Desviar-se da matéria em debate;
- III - Falar sobre matéria vencida;
- IV - Usar linguagem imprópria;
- V - Ultrapassar o tempo que lhe competir;
- VI - Deixar de atender às divergências do Presidente.

**Art. 152** - O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

- I - Para leitura de requerimento de urgência;
- II - Para comunicação importante à Câmara;
- III - Para recepção de visitantes;
- IV - Para votação de requerimento verbal de prorrogação da sessão;
- V - Para atender o pedido da palavra “pela ordem”, para propor questão de ordem regimental.

**Art. 153** - Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente a concederá obedecendo a seguinte ordem de preferência:

- I - Ao autor;
- II - Ao relator;
- III - Ao autor da emenda.

**Parágrafo Único** - Cumpre ao Presidente dar a palavra alternativamente a quem seja pró ou contra a matéria em debate, quando não prevalecer a ordem determinada no artigo.

**Art. 154** - Aparte é a interrupção do orador para indicação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1º - O aparte deve ser expresso em termos corteses e não pode exceder a um (01) minuto.

§ 2º - Não são permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador.

§ 3º - Não é permitido apartear ao Presidente nem ao orador que fala “pela ordem”, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou declaração de voto.

§ 4º - O apartamento pode permanecer sentado enquanto aparteia de conformidade com este Regimento.

§ 5º - Quando o orador nega o direito de apartear, não lhe é permitido dirigir-se diretamente aos Vereadores presentes.

**Art. 155** - O Regimento estabelece os seguintes prazos aos oradores, para uso da palavra:

- I - Três (03) minutos para apresentar retificação ou impugnação da Ata;
- II - Cinco (05) minutos para falar no pequeno expediente;

III - Três (03) minutos para exposição de urgência especial de requerimento;

IV - Trinta (30) minutos para debate de projeto a ser votado englobadamente, em primeira discussão. Dez (10) minutos, no máximo para cada dispositivo, sem que seja superado o limite de trinta (30) minutos para debate de projeto a ser votado artigo por artigo;

V - Sessenta (60) minutos para discussão do projeto englobando, sem segunda discussão;

VI - Quarenta e cinco (45) minutos para a discussão única dos projetos de iniciativa do Prefeito, para os quais tenha sido solicitados urgência;

VII - Sessenta (60) minutos para discussão única de veto apostado pelo Prefeito;

VIII - Cinco (05) minutos para a discussão da redação final;

IX - Dez (10) minutos para a discussão de requerimento, moção ou indicação sujeitos a debate;

X - Três (03) minutos para falar “pela ordem”.

XI - Um (01) minuto para apartear;

XII - Cinco (05) minutos para encaminhamento de votação;

XIII - Dois (02) minutos para justificação de votação;

XIV - Dez (10) minutos para falar na explicação pessoal, com exceção dos líderes, que terão quinze (15) minutos.

**Art. 156** - Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação do regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§ 1º - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§ 2º - Não observando o proponente o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não tomar em consideração a questão levantada.

**Art. 157** - Cabe ao Presidente resolver soberanamente as questões de ordem, não sendo lícito qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la, na Sessão em que for requerida.

**Parágrafo Único** - Cabe, ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, cujo parecer será submetido ao Plenário.

**Art. 158** - Em qualquer fase da Sessão poderá o Vereador pedir a palavra “pela ordem”, para fazer reclamações quanto à aplicação deste Regimento.

## CAPÍTULO II DAS DISCUSSÕES

**Art. 159** - A discussão geral, respeitados os casos previstos neste Regimento, será única, e é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário e à apresentação de emendas.

§ 1º - Havendo mais de uma proposição diferente sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

§ 2º - Terão apenas uma discussão:

I - Os projeto de decreto legislativo;

II - A apreciação de veto pelo Plenário;

III - Os recursos contra atos do Presidente;

IV - Os requerimento, moções e indicações sujeitos a debates, de acordo com as normas deste Regimento.

**Art. 160** - A proposição será discutida globalmente, salvo requerimento, aprovado pelo Plenário, pedindo destaque para a discussão de parte da proposição.

**Art. 161** - Após a leitura do parecer cada Vereador inscrito poderá discutir a matéria.

§ 1º - O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 2º - Somente será permitido o encerramento da discussão após terem falado dois (02) Vereadores favoráveis e dois (02) contra, entre os quais o autor, salvo desistência expressa.

§ 3º - O pedido de encerramento não é sujeito à discussão, devendo ser votada pelo Plenário.

**Art. 162** - Apresentada emenda à proposição em discussão, será a matéria retirada da Ordem do Dia e encaminhada à Comissão, para exame.

§ 1º - Estando a matéria sobre regime de urgência, aprovado pelo Plenário, a sessão será suspensa pelo prazo necessário à comissão emitir parecer sobre a Emenda.

§ 2º - Retomando a proposição ao Plenário, na mesma sessão, não serão mais permitidas emendas.

§ 3º - A Comissão poderá apresentar emendas, subemendas ou substitutivos, quando a matéria estiver sobre seu exame, em qualquer fase da tramitação.

**Art. 163** - O adiamento da discussão de qualquer matéria poderá ser requerida pelo Vereador e depende de decisão do Plenário.

§ 1º - O adiamento será concedido para estudo da matéria a qual será encaminhada para vista, ao Vereador autor do pedido de adiamento.

§ 2º - O adiamento não poderá ser concedido por prazo que ultrapasse a data da Sessão ordinária seguinte, e será comum a todos os Vereadores interessados.

**Art. 164** - A urgência dispensa as exigência regimentais, salvo e de número legal e a de parecer, para que determinada proposição seja apreciada.

§ 1º - O parecer poderá ser dispensado no caso de sessão extraordinária convocada por motivo de extrema urgência.

§ 2º - A concessão da urgência dependerá da apresentação de requerimento escrito, que somente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado com a necessária justificativa e nos seguintes casos;

I - Pela Mesa, em proposições de sua maioria;

II - Por comissão, em assunto de sua especialidade;

III - Por um terço (1/3) dos Vereadores;

IV - Pelos líderes de bancada em conjunto.

**Art.165** - O Pedido de vista para estudo será requerido por qualquer Vereador e deliberado pelo Plenário, apenas com encaminhamento de votação, desde que a proposição não tenha sido declarada em regime de urgência.

**Parágrafo Único** - O prazo máximo é de dez (10) dias.

## CAPÍTULO III DAS VOTAÇÕES

**Art. 166** - As deliberações, executadas os casos previstos na Constituição Federal e na Legislação Federal e Estadual competente serão tomadas por maioria simples de votos, presentes pelo menos a maioria absoluta dos membros da Câmara.

**Art. 167** - Depende de voto favorável de dois terços (2/3) dos membros da Câmara:

I - A rejeição de veto do Prefeito;

II - A concessão de título de cidadão honorário;

III - A rejeição de parecer emitido pelo Tribunal de contas sobre as contas do Prefeito.

**Art. 168** - Depende do voto da maioria absoluta dos membros da Câmara a autorização para:

I - Outorgar a concessão de serviços públicos;

II - Outorgar o direito real da concessão de uso de bens imóveis;

III - Alienar bens imóveis;

IV - Adquirir bens imóveis por doação com encargos;

V - Alterar a denominação de vias e logradouros públicos;

VI - Aprovar a Lei do Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado;

VII - Contrair empréstimo de particular;

VIII - Requerer ao Governador a intervenção no município nos casos previstos na Constituição do Brasil;

IX - O Prefeito requerer a alteração do nome do Município;

X - As denominações de vias e obras públicas.

**Art. 169** - Depende ainda do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, a aprovação e as alterações das seguintes normas:

I - Lei Orgânica do Município;

II - Regimento Interno da Câmara;

III - Código de obras;

IV - Estatutos dos Serviços Municipais;

V - Código Tributário do Município;

VI - Código Administrativo;

VII - Código de Posturas.

**Parágrafo Único** - Exigirá, também, maioria absoluta dos membros da Câmara:

I - A aprovação de projetos de lei para criação de cargos na Câmara, de conformidade com a Constituição Federal;

II - A deliberação para reunir-se em sessão e votação secreta de que trate de perda de mandato de vereador, prefeito e vice. (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº. 044/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017)

- III - A aprovação de requerimentos que solicitem dispensa de parecer das Comissões;
- IV - A rejeição da solicitação de licença do cargo de Vereador;
- V - A solicitação de leitura da Ata ou trecho dela;
- VI - Revogação ou modificação de lei que exija esse “quorum” ou cujo projeto o exigir para a aprovação;

VII - Aprovação de Lei Complementar.

**Art. 170** - Os processos de votação são três (03): Simbólico, Nominal e Secreto.

**Art. 171** - O Processo simbólico praticar-se-á conservando-se, os Vereadores, sentados os que aprovam e levantando-se os que rejeitam a proposição.

**§ 1º** - Ao anunciar o resultado o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoravelmente e em contrário.

**§ 2º** - Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente pode pedir aos Vereadores que se manifestem novamente;

**§ 3º** - O Processo Simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por decisão legal ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

**§ 4º** - Do resultado da votação Simbólica, qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação normal.

**Art. 197** - Não serão objeto de deliberação, Emendas ao projeto de Lei do Orçamento de que decorra:

I - Aumento de despesa global ou cada órgão, findo, projeto ou programa, ou as que visem modificar o seu montante, natureza e objetivo, de acordo com a Constituição Federal;

II - Alteração da dotação solicitada para as despesas de custeio, salvo quando aprovada, neste ponto, a inexatidão de proposta;

III - Conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

IV - Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;

V - Conceder dotação superior aos quantitativos que estiverem previamente fixados para a concessão de auxílios e subvenções;

VI - Diminuição da receita ou alteração da criação de cargos e funções.

**Art. 172** - A votação será feita pela chamada dos presentes pelo Secretário devendo os Vereadores responder SIM ou NÃO, conforme forem favoráveis ou contrários à proposição.

**Parágrafo Único** - O Presidente proclamará o resultado, mandando ler os nomes dos Vereadores que tenham votado SIM e dos que tenham votado NÃO.

**Art. 173** - Nas deliberações da Câmara, o voto será público, salvo decisão contrária da maioria absoluta dos membros.

**§ 1º** - Será obrigatoriamente público o voto nos seguintes casos:

I - Deliberação sobre as contas do Prefeito e da Mesa;

II - Julgamento do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

III - Será obrigatoriamente aberto o voto na apreciação de veto e na eleição da Mesa Diretora. (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº. 044/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017)



**Art. 174** - *Havendo empate nas votações simbólicas ou nominais, serão ela desempatadas pelo Presidente. Havendo empate nas votações secretas sobre perda de mandato de vereador, ficará a matéria para ser decidida na sessão seguinte, reputando-se rejeitada a proposição, se persistir o empate.* (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº. 044/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017)

**Art. 175** - As votações devem ser feitas logo após o encerramento da discussão só interrompendo por falta de número.

**Parágrafo Único** - Quando se esgotar o tempo regimental da sessão, e a discussão de uma proposição já estiver encerrada, considerar-se-á a sessão prorrogada até concluída a votação de matéria.

**Art. 176** - Na primeira discussão, a votação será feita artigo por artigo, ainda que o projeto tenha sido discutido englobadamente.

**Parágrafo Único** - A votação será feita após o encerramento da discussão de cada artigo.

**Art. 177** - Na segunda discussão, a votação será feita sempre englobadamente, salvo quanto às emendas, que serão votadas uma a uma.

Emendas, que serão votadas uma a uma.

**Art. 178** - Terão preferência para votação as emendas supressivas e as Emendas substitutivas e substitutivos oriundos das Comissões.

**Parágrafo Único** - Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação de Emenda que melhor se adapte ao projeto sendo o requerimento votado pelo Plenário, sem proceder discussão.

**Art. 179** - Anunciada uma votação, pedirá o Vereador a palavra para encaminhamento, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, a menos que o regimento explicitamente o proíba.

**Parágrafo Único** - A palavra para encaminhamento de votação será concedida preferencialmente ao autor, ao relator e aos líderes de bancada.

**Art.180** - As votações realizar-se-ão logo ao encerramento da discussão, interrompendo-se apenas por falta de “quorum” exigida para respectiva deliberação.

**Parágrafo Único** - Nenhum Vereador presente poderá eximir-se de votar, salva se declarar-se prévia e justificadamente impedido sob pena de ser declarado ausente pela Presidência.

## CAPÍTULO IV DA REDAÇÃO FINAL

**Art . 181** - Terminada a fase de votação, será o projeto, com as Emendas aprovadas, enviado à Comissão de Constituição e Justiça para elaborar a redação final, de acordo com o deliberativo, dentro do prazo de três (03) dias.

**Parágrafo Único** - Independem de parecer da Comissão de Constituição e Justiça, os projetos:

- I - Da Lei Orçamentária;
- II - de Decreto Legislativo;



III - De Resolução reformando o Regimento Interno;

**Art. 182** - O projeto com o parecer da Comissão ficará pelo o prazo de três (03) dias na Secretaria da Câmara, para exame dos Vereadores.

**Art. 183** - Assinalada incoerência ou contradição na redação poderá ser apresentada na sessão imediata, por um terço (1/3) dos Vereadores, no mínimo, Emenda Modificativa que não altere a substância do aprovado.

**Parágrafo Único** - A emenda será votada na mesma sessão e, se aprovada, será imediatamente retificada a redação final pela Mesa.

**Art. 184** - Terminada a fase de votação, estando esgotarem-se os prazos previstos por este Regimento e pela legislação compete para a tramitação dos projetos da Câmara, a redação final será feita na mesma Sessão pela Comissão, com a maioria dos seus membros devendo o Presidente designar outros membros para a Comissão, quando ausente do Plenário os titulares. Caberá neste caso, somente à Mesa, a ratificação da redação, se for assinalada incoerência ou contradição.

## CAPÍTULO V DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

**Art. 185** - Aprovado um projeto de lei na forma regimental, será ele, no prazo de quinze (15) dias úteis, deverá sancioná-lo e promulgá-lo.

**§ 1º** - Os originais das leis, antes de serem remetidos ao Prefeito, serão registrados em livro próprio e arquivado na Secretaria da Câmara.

**§ 2º** - Decorrido o prazo sem a manifestação do Prefeito considerá-lo sancionado o projeto, sendo obrigatória sua imediata promulgação pelo Presidente da Câmara, sob pena de responsabilidade.

**Art. 186** - Se o Prefeito considerar o projeto inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo dentro do prazo especificado no artigo anterior.

**§ 1º** - O veto, obrigatoriamente justificado, poderá ser total ou parcial.

**§ 2º** - Recebido o veto pela Câmara, será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que poderá solicitar audiência de outras Comissões.

**§ 3º** - As Comissões têm o prazo conjunto e improrrogável de dez (10) dias para a manifestação.

**§ 4º** - Se a Comissão de Constituição e Justiça não se pronunciar no prazo, a Mesa incluirá a proposição na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata, independente de parecer.

**§ 5º** - Se o prazo para apreciação do veto, de quarenta e cinco (45) dias findar no período de recesso da Câmara, será suspenso durante este, retomando o seu curso na data de reinstalação da Sessão Legislativa.

**Art. 187** - A apreciação do veto será feita em uma única discussão e votação. A discussão se fará englobadamente, e a votação poderá ser feita por partes, se requerida e aprovada pelo Plenário.

**Art. 188** - A apreciação do veto pelo Plenário deverá ser feita dentro de quarenta e cinco (45) dias de seu recebimento pela Câmara, considerando-se acolhido o veto que não for apreciado nesse prazo.

**Art. 189** - Rejeitado o veto, as disposições aprovadas serão promulgadas pelo Presidente da Câmara, dentro de dez (10) dias, com o mesmo número da lei municipal a que pertencem, entrando em vigor na data em que forem publicadas.

**Art. 190** - As Resoluções e Decretos Legislativos serão promulgados pelo Presidente da Câmara.

**Art. 191** - A fórmula para promulgação de lei, resolução ou decreto legislativo pelo Presidente da Câmara Municipal é a seguinte: "O Presidente da Câmara Municipal de Apodi-RN, faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a(o) seguinte (Lei, Resolução ou Decreto Legislativo)".

## TÍTULO V DO CONTROLE FINANCEIRO CAPÍTULO I DO ORÇAMENTO

**Art. 192** - Recebido do Prefeito o projeto de lei orçamentário, dentro do prazo legal, o Presidente mandará distribuir cópias aos Vereadores, enviando-o à Comissão de Finanças e Orçamento.

**Parágrafo Único** - A Comissão de Finanças e Orçamento tem o prazo de dez (10) dias para exarar parecer.

**Art. 193** - Na primeira discussão, serão apresentadas Emendas pelos Vereadores presentes à sessão, observadas as disposições da Constituição Federal.

**§ 1º** - Na primeira discussão, os autores de emendas podem falar dez (10) minutos sobre cada emenda para justificá-la, nunca superando o prazo total de sessenta (60) minutos.

**§ 2º** - A Comissão tem o prazo de dez (10) dias para exarar seu parecer sobre as emendas.

**§ 3º** - Oferecido o parecer, será publicado ou distribuído cópias aos Vereadores, entrando o Projeto para a Ordem do Dia da sessão imediatamente seguinte.

**Art. 194** - Na segunda discussão, serão votados, após o encerramento da discussão, primeiramente as emendas, uma a uma, e depois o projeto.

**§ 1º** - Poderá cada Vereador falar, nesta fase de discussão, quinze (15) minutos sobre o projeto em globo, e cinco (05) minutos sobre cada emenda, nunca superando o prazo total de sessenta (60) minutos.

**§ 2º** - Terão preferência, na discussão, o autor e o relator.

**Art. 195** - Aprovado o projeto com as emendas, voltará à Comissão de Finanças e Orçamento, terá o prazo de cinco (05) dias para colocá-lo na devida forma.

**Art. 196** - As sessões em que se discute o Orçamento terão a Ordem do Dia reservada a esta matéria e o Expediente ficará reduzido a trinta (30) minutos.

**§ 1º** - Tanto na primeira como na segunda discussão, o Presidente, de ofício, prorrogará as sessões até discussão e votação da matéria;

**§ 2º** - a Câmara funcionará, se necessário, em sessões extraordinárias, sem remuneração, de modo que o Orçamento seja discutido e votado dentro do exercício de sua propositura.

**Art. 197** - Não serão objeto de deliberação, Emendas ao Projeto de Lei do Orçamento de que decorra:

**I** - Aumento de despesa global ou cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou as que visem modificar o seu montante, natureza e objetivo, de acordo com a Constituição Federal.

**II** - Alteração da dotação solicitada para as despesas de custeio, salvo quando aprovada, neste ponto, a inexatidão de proposta;

**III** - Conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovada, neste ponto, a inexatidão de proposta;

**IV** - Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;

**V** - Conceder dotação superior aos quantitativos que estiverem previamente fixados para a concessão de auxílios e subvenções;

**VI** - Diminuição da receita ou alteração da criação de cargos e funções.

**Art. 198** - Se, até o dia 30 de novembro, a Câmara não devolver o projeto-de-lei do Orçamento ao Prefeito, para sanção será promulgado, como lei, o projeto originário do Executivo. Revogado.

**Parágrafo Único** - Se o Prefeito usar do direito de veto, total ou parcial, a discussão e a votação seguirão as normas previstas neste Regimento. Revogado.

## CAPÍTULO II DA TOMADA DE CONTAS DO PREFEITO E DA MESA

**Art. 199** - O controle financeiro externo será exercido pela Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas competente ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, compreendendo o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária e a apreciação e julgamento das contas do exercício financeiro apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara.

**Art. 200** - A Mesa da Câmara e o Prefeito encaminharão suas contas anuais ao Tribunal de Contas ou órgão competente, no prazo estabelecido em Lei Estadual.

**Parágrafo Único** - O Tribunal de Contas dará parecer prévio, devendo concluir pela aprovação ou rejeição.

**Art. 201** - Recebidos os processos do Tribunal de Contas, a Mesa independente da leitura dos pareceres em Plenário, manda-los à publicar, distribuindo cópias aos Vereadores e enviando os processos à Comissão de Finanças e Orçamento.

**Art. 202** - Exarados os pareceres pela Comissão, ou após a decorrência do prazo do artigo anterior, a matéria será distribuída aos Vereadores e os processos serão incluídos na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata.

**Parágrafo Único** - As sessões em que se discutem as contas terão o expediente reduzido a trinta (30) minutos.

**Art. 203** - Para emitir seu parecer, a Comissão de Finanças e Orçamentos poderá vistoriar as obras e serviços, examinar processos, documentos e papéis nas repartições da Prefeitura. Poderá, também, solicitar esclarecimentos complementares ao Prefeito, para qualquer dúvida.

**Art. 204** - Cabe a qualquer Vereador o direito de acompanhar os estudos da Comissão de Finanças e Orçamentos, no período em que processo estiver entregue à Mesa.

**Art. 205** - As contas serão submetidas a única discussão, após a qual se procederá imediatamente à votação.

**Art. 206** - Rejeitadas as contas, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins.

**Art. 207** - A Câmara funcionará, se necessário, em sessões extraordinárias, sem remuneração, de modo que as contas possam ser tomadas e julgadas dentro do prazo legal.

## TÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS CAPÍTULO I DOS RECURSOS

**Art. 208** - Os recursos contra atos do Presidente serão interpostos dentro do prazo improrrogável de dez (10) dias, contados da data da ocorrência, por simples petição a ele dirigida.

**§ 1º** - Os recursos será encaminhado pelo Presidente, dentro de vinte e quatro (24) horas, à Comissão de Constituição, para opinar e elaborar projeto de resolução, dentro de cinco (05) dias, a contar da data do seu recebimento.

**§ 2º** - Apresentado o parecer, com o projeto de Resolução, acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo submetido a uma única discussão e votação, na Ordem do Dia, da primeira sessão ordinária subsequente.

**§ 3º** - Os prazos marcados neste artigo são fatais.

## CAPÍTULO II DAS INFORMAÇÕES E DAS CONVOCAÇÕES DO PREFEITO

**Art. 209** - Compete à Câmara solicitar ao Prefeito quaisquer informações sobre assuntos referentes à administração municipal.

**Parágrafo Único** - As informações serão solicitadas por requerimento, proposto por qualquer Vereador e sujeito as normas expostas em capítulo próprio.

**Art. 210** - Aprovado o pedido de informações pela Câmara, será encaminhado ao Prefeito, através de ofício do Presidente, anexando-se a solicitação, que tem o prazo de vinte (20) dias, contados da data do recebimento, para prestar informações.

**Parágrafo Único** - Pode o Prefeito solicitar à Câmara prorrogação de prazo, sendo o pedido sujeito à aprovação do Plenário.

**Art. 211** - Compete, ainda à Câmara, convocar o Prefeito, bem como os Secretários Municipais, para prestarem informações sobre assuntos de sua competência administrativa, mediante ofício enviado pelo Presidente, em nome da Câmara.

**Parágrafo Único** - A convocação deverá ser atendida no prazo de quinze (15) dias.

**Art. 212** - A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

**§ 1º** - O requerimento deverá indicar explicitamente o motivo de convocação e as questões que serão propostas ao Prefeito.

§ 2º - Aprovada a convocação, o Presidente entender-se-á com o Prefeito, a fim de fixar dia e hora para seu comparecimento, dando-lhe ciência da matéria sobre o qual versará a interpelação.

**Art. 113** - O Prefeito poderá, espontaneamente, comparecer à Câmara para prestar esclarecimentos, após entendimento com o Presidente, que designará dia e hora da recepção.

**Art. 214** - Na sessão a que comparecer, o Prefeito terá lugar à direita do Presidente e fará inicialmente uma exposição sobre as questões que lhe forem propostas, apresentando a seguir, esclarecimentos complementares solicitados por qualquer Vereador, na forma regimental.

§ 1º - Não permitido ao Vereador apartear a exposição do Prefeito, nem levantar questões estranhas ao assunto da convocação.

§ 2º - O Prefeito poderá fazer-se acompanhar de funcionários municipais, que o assessorarem nas informações. O Prefeito e seus assessores, estarão sujeito, durante a sessão às normas deste Regimento.

§ 3º - Havendo concordância do Prefeito ou autoridade convocada, poderá ser aberta a possibilidade de ser questionada pelos Vereadores.

### CAPÍTULO III DA INTERPRETAÇÃO E DA REFORMA DO REGIMENTO

**Art. 215** - Qualquer projeto de resolução modificando o Regimento Interno, depois de lido em plenário, será encaminhado à Mesa para opinar.

§ 1º - A Mesa tem o prazo de dez (10) dias, para exarar parecer.

§ 2º - Dispensa-se desta tramitação os projetos oriundos da própria Mesa.

§ 3º - Após esta medida preliminar, seguirá, o projeto de resolução, a tramitação normal dos demais processos.

**Art. 216** - Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão procedente regimental.

**Art. 217** - As interpretações do Regimento, feitas pelo Presidente em assunto controverso, também constituirão procedente, desde que à Presidência assim o declare, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

**Art. 218** - Os procedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na resolução de casos análogos.

### CAPÍTULO IV DA URGÊNCIA

**Art. 219** - Se o Prefeito solicitar que o projeto de sua iniciativa seja apreciada no prazo de quarenta e cinco (45) dias, aplica-se o disposto no artigo 95 deste Regimento.

**Parágrafo Único** - Se, ao final das cinco (05) sessões referidas neste artigo, o projeto não tiver sido apreciado, será considerado definitivamente aprovado e o Presidente comunicará o fato ao Prefeito dentro de quarenta e oito (48) horas. Revogado.



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

**Art. 220** - Para os previstos neste Regimento, serão considerados apenas os dias úteis e não correrão nos períodos de recesso da Câmara, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento.

**§ 1º** - Na contagem dos prazos regimentais, excluir-se-á o dia do início, incluindo-se o respectivo vencimento.

**§ 2º** - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o dia de seu início ou vencimento recair em feriado ou em que não houver expediente ou em que este for encerrado antes de seu horário normal.

## TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 221** - Nos dias de sessão, deverão ser hasteados, no edifício e na sala das sessões, as bandeiras do Brasil, do Estado e do Município, de acordo com a Legislação Federal.

**Art. 222** - Os prazos previstos neste Regimento, quando não se mencionar expressamente dias úteis, serão contados em dias corridos e não correrão durante os períodos de recessos da Câmara.

**Parágrafo Único** - Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil.

**Art. 223** - Este Regimento entrará em vigor a partir de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 24 de maio de 1991.

### RESOLUÇÃO 04/1991 DE 24 DE MAIO DE 1991 PROMULGADA NA LEGISLATURA 1989/1992

Valdir Moraes  
Antônio Freire Filho  
Bevenuto José de Paiva  
Fábio Soares Lins  
Francisco Chaves Sizenando Filho  
Vilmar Marcolino de Oliveira  
Antônio de Souza Maia Júnior  
Arnaldo João da Costa  
Milton Ferreira Sales  
José da Mota Neto



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA - **PORTARIA**



## PORTARIA Nº 028/2021-GP

### CONCESSÃO DE DIÁRIA

O Presidente da Câmara Municipal de Marcelino Vieira-RN, no uso de suas atribuições contidas no art. 30 do Regimento Interno da Câmara faz saber que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Marcelino Vieira-RN, no uso de suas atribuições, em observância ao artigo 3º, inciso III e artigo 9º, parágrafo 1º, da Resolução 001/2017.

Art. 1º - Conceder (01) meia diária a MAXMILIANO DE SOUZA LIMA (diretor de recursos humanos), no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), para fazer face às despesas com transporte e alimentação na cidade de Natal/RN, conforme a seguir:

**OBJETO DO DESLOCAMENTO:** Ir à sede do ITEP/RN, para finalizar as identidades e pegar mais materiais para continuação das emissão e renovação de Carteira de Identidade.

**Local de destino:** Natal – RN

**Período de afastamento:** 16 de agosto de 2021.

Art. 2º - O beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16 da Resolução nº 020/2020 – TCE.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Marcelino Vieira/RN, 13 de agosto de 2021.

**JOSÉ EDNALDO VIEIRA**  
*Presidente da CMMV*

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA - **RESOLUÇÃO**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA  
Praça Celso Azevedo, 127 – Cep. 59.375-000 – Telefax (84) 3473-2358  
CNPJ 10.727.485/0001-73  
[www.cruzeta.rn.leg.br](http://www.cruzeta.rn.leg.br) – [camaracruzeta@yahoo.com.br](mailto:camaracruzeta@yahoo.com.br)

**RESOLUÇÃO Nº 91, DE 13 DE AGOSTO DE 2021**

“EMENTA: Modifica o Anexo I da Resolução nº 70/2013 e dá outras providências”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA/RN, no uso das atribuições legais,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - O Anexo I da Resolução nº 70/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I  
TABELA DE DIÁRIAS

LOCALIDADE	PRESIDENTE	VEREADOR	SERVIDOR
DISTRITO FEDERAL	R\$ 763,72	R\$ 763,72	R\$ 458,23
ESTADOS DA FEDERAÇÃO	R\$ 610,98	R\$ 610,98	R\$ 304,84
CIDADES ACIMA DE 200 KM	R\$ 458,23	R\$ 458,23	R\$ 229,12
CIDADES ABAIXO DE 200 KM	R\$ 304,84	R\$ 304,84	R\$ 152,74

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Cruzeta/RN, em 13 de agosto de 2021.

*Itan Lobo de Medeiros*  
Presidente

Publicado por:  
MAURICÉA MONTEIRO DE MEDEIROS ALMEIDA  
Código Identificador: 33745141

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA - **ATOS**



CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA  
RUA CORONEL LIBERALINO, 170, CENTRO, AREIA BRANCA, 59655000  
CNPJ: 08.383.572/0001-09

**Ato do Presidente 002/2021**, de 13 de agosto de 2021.

Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do  
exercício de 2021 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA - RN, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o que faculta a Lei Orgânica do Município em ser Art. 40º, combinado com Art. 9º, inciso II, da Lei Nº 1.468/2020, de 31 de dezembro de 2020, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA da Câmara Municipal de Areia Branca para o exercício financeiro de 2021.

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aberto ao orçamento vigente um Crédito Suplementar da importância de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS) na dotação constante do anexo I, deste Decreto.

Art.2.º - Constitui fontes de recursos para cobertura do presente crédito suplementar, na forma da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, prevista no Art. 43, §1.º inciso III, a anulação parcial da dotação orçamentária constante do anexo II, deste Decreto.

Art.3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Areia Branca - RN, 13 de agosto de 2021.

**Alder Batista de Souza**  
Presidente/Ordenador de despesas

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

## ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO

<b>01 - CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA</b>	
<b>01.031.0001.2001.2001 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL</b>	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa física	100.000,00
10010000 - RECURSOS ORDINARIOS	
<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>

## ANEXO II- ANULAÇÃO

<b>01 - CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA</b>	
<b>01.031.0001.2001.2001 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL</b>	
3390390000 - Outros servicos de terceiros - pessoa jurídica	100.000,00
10010000 - RECURSOS ORDINARIOS	
<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>

Publicado por:  
ALDERI BATISTA DE SOUZA  
Código Identificador: 52717508

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - RESOLUÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 - Centro - CEP: 59585000 - São Miguel do Gostoso/RN CNPJ: 01.641.583/0001-00 TEL: (84) 99478-4003

E-mail: camaramunicipal.smgostoso@gmail.com

Resolução nº 04/2021 – CMSMG

Dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias vereadores e servidores da Câmara Municipal de São Miguel do Gostoso e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Miguel do Gostoso/RN, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 26, 28 e 41 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso XXX do Artigo 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Miguel do Gostoso, e

Considerando a necessidade de normatizar e controlar o repasse de recursos financeiros destinados à indenização de despesas com deslocamentos a serviço;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 021/1997, de 15 de Julho de 1997, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores do município de São Miguel do Gostoso;

Considerando a necessidade de atualização dos valores previstos no Decreto Legislativo nº 001/2014, de 02 de Maio de 2014.

RESOLVE:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A concessão e o pagamento de diárias a vereadores e servidores, da Câmara Municipal de São Miguel do Gostoso/RN obedecerão ao disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. As diárias destinam-se à indenização de despesas extraordinárias com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, na forma prevista nesta Resolução e nos valores fixados no seu Anexo Único.



1





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 - Centro - CEP: 59585000 - São Miguel do Gostoso/RN CNPJ: 01.641.583/0001-00 TEL: (84) 99478-4003  
E-mail: camaramunicipal.smgostoso@gmail.com

## CAPÍTULO II DAS DIÁRIAS

Art. 2º O vereador ou servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, ocupante de cargo de provimento em comissão ou o que esteja cedido a esta Câmara Municipal, quando se deslocar a serviço, em caráter eventual ou transitório, do município para outro ponto do território nacional ou para o exterior, terá direito à percepção de diárias.

Art. 3º As diárias serão requisitadas, empenhadas e pagas antes do início do deslocamento, em parcela única.

§1º Em casos de comprovada urgência, o pagamento poderá ser realizado após o início do deslocamento, devendo as razões que caracterizam a situação emergencial constar no requerimento.

§2º No caso de período de afastamento superior a 10 (dez) dias, o pagamento das diárias, a critério da Presidência da Câmara, poderá ser realizado de forma parcelada.

Art. 4º A diária será concedida por dia de afastamento, incluindo-se a data de partida e a de chegada ao Município sede do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Em deslocamento dentro do território nacional, o valor pago corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor integral da diária previsto no Anexo Único desta Resolução, nos seguintes casos:

I – deslocamento superior a 50 (cinquenta) quilômetros do Município sede do Poder Legislativo Municipal, quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;

II – para o dia do retorno ao Município sede do Poder Legislativo Municipal, tomando-se por base o horário de chegada após o meio-dia;

III – quando, por qualquer forma, a Câmara Municipal ou outro Órgão Público oferecer hospedagem.

Art. 5º O crédito do valor das diárias será depositado, preferencialmente por meio eletrônico, em conta bancária específica de remuneração do servidor beneficiário.

Art. 6º Na hipótese de o servidor estar acompanhando o Presidente da Câmara, fará jus à diária correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor da diária percebida do ocupante do cargo em referência, devendo constar no processo de concessão de diária a justificativa formal do membro, quanto à necessidade de assessoramento em tempo integral ou assistência direta pelo servidor.







ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 - Centro - CEP: 59585000 - São Miguel do Gostoso/RN CNPJ: 01.641.583/0001-00 TEL: (84) 99478-4003  
E-mail: camaramunicipal.smgostoso@gmail.com

Art. 7º As propostas de concessão de diárias, quando o afastamento iniciar-se às sextas-feiras, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas.

Art. 8º Não serão devidas diárias quando:

I – o tempo total de afastamento for inferior a 6 (seis) horas;

II – o deslocamento for inferior a 50 (cinquenta) quilômetros do Município sede do Poder Legislativo Municipal;

III – o servidor estiver de licença, férias, afastado ou em qualquer outra situação incompatível com a concessão de diárias.

Art. 9º Para a concessão de diárias a servidor, acima do limite de 06 (seis) diárias por mês, deverá ser apresentada justificativa pelo chefe imediato, a ser apreciada pela Presidência da Câmara.

Parágrafo único. Somente após deliberação do Presidente será possível a concessão de diárias acima do limite previsto no caput deste artigo.

Art. 10. O servidor que se deslocar como membro de uma Comissão, designada mediante Portaria, receberá diária equivalente ao maior valor pago entre os demais servidores membros da respectiva Comissão.

### CAPÍTULO III

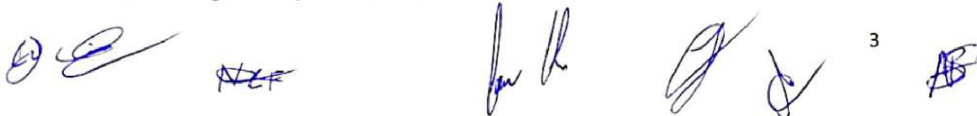
#### DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Art. 11. Os valores das diárias constam no Anexo Único desta Resolução.

Parágrafo único. O valor da diária internacional será de 150% (cento e cinquenta por cento) dos valores respectivamente previstos no Anexo Único desta Resolução para deslocamento para outro Estado da Federação.

Art. 12. A concessão de diárias efetivar-se-á por meio de Portaria expedida pelo Presidente da Câmara Municipal ou por autoridade competente designada, em atendimento à solicitação do superior hierárquico do servidor beneficiário, encaminhada com antecedência mínima, sempre que possível, de 2 (dois) dias da data prevista para o início do deslocamento, devendo constar obrigatoriamente no referido ato concessivo:

I – nome, cargo ou função e matrícula do servidor beneficiário;



Digitalizado com CamScanner

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 - Centro - CEP: 59585000 - São Miguel do Gostoso/RN CNPJ: 01.641.583/0001-00 TEL: (84) 99478-4003  
E-mail: camaramunicipal.smgostoso@gmail.com

II -- descrição clara e sucinta do objeto, justificando a necessidade do deslocamento;

III -- local de destino;

IV -- período do afastamento;

V -- quantidade de diárias.

Art. 13. O ato concessivo das diárias, além de ser obrigatoriamente publicado no sítio eletrônico da Câmara Municipal de São Miguel do Gostoso, deverá ser expedido com observância ao exercício vigente, relativamente às disponibilidades orçamentária e financeira correspondentes ao elemento de despesa próprio.

#### CAPÍTULO IV

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 14. A percepção de diárias obriga o servidor a comprovar a data e o horário de deslocamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do retorno ao Município sede, devendo fazê-lo mediante a apresentação de cartão de embarque, bilhete de passagem, ou documento equivalente, ressalvada a hipótese de deslocamento em veículo oficial, ou veículo próprio e do respectivo relatório de viagem.

§1º Não sendo possível a apresentação dos documentos elencados no caput deste artigo, a comprovação do deslocamento deverá ser feita mediante a apresentação, à Secretaria de Administração Geral, de qualquer dos documentos abaixo:


I -- declaração emitida por unidade administrativa ou lista de presença em eventos, seminários, treinamentos ou assemelhados, em que conste o nome do servidor beneficiário como presente;

II -- nota fiscal emitida por estabelecimento hoteleiro na qual conste o nome do servidor e o período de sua hospedagem;

III -- outro documento definido em Portaria específica.

§2º O servidor que não apresentar a documentação indicada no caput deste artigo, no prazo estabelecido, ficará impedido de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade.

§3º Passados 30 (trinta) dias sem que ocorra a apresentação do correspondente relatório de viagem, o servidor será obrigado a restituir o valor recebido, cabendo à Secretaria de



4  
Digitalizado com CamScanner

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 - Centro - CEP: 59585000 - São Miguel do

Gostoso/RN CNPJ: 01.641.583/0001-00 TEL: (84) 99478-4003

E-mail: camaramunicipal.smgostoso@gmail.com

Administração Geral o encaminhamento de relatório circunstanciado à Presidência, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 15. O servidor que receber diárias estará obrigado, outrossim:

I – a devolvê-las integralmente, no caso de não se afastar;

II – a restituir a parcela de diárias recebida em excesso, na hipótese de retornar antes do término do período fixado para o afastamento.

§ 1º Será de 5 (cinco) dias o prazo para a devolução a que se refere este artigo, contados:

I – do dia do retorno do servidor ao Município sede do Poder Legislativo Municipal;

II – da data do conhecimento da causa impeditiva do afastamento.

§ 2º As importâncias objeto de devolução, a título de diárias não utilizadas, deverão ser recolhidas à conta bancária específica, de titularidade da Câmara Municipal de São Miguel do Gostoso, mediante depósito identificado, o qual será anexado ao correspondente relatório de viagem.

§ 3º Não sendo restituídos, no prazo estabelecido no § 1º, os valores indevidamente recebidos, estará o servidor beneficiário sujeito ao desconto do valor devido em folha de pagamento ao respectivo mês ou, não sendo possível, do mês imediatamente subsequente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## CAPÍTULO V

### DAS DIÁRIAS INTERNACIONAIS

Art. 16. As diárias internacionais serão concedidas a partir da data do afastamento do território nacional, e contadas integralmente do dia da partida até o dia do retorno, inclusive.

§ 1º Exigindo o afastamento pernoite em território nacional, fora da sede, será devida diária integral, conforme valores constantes das respectivas tabelas de diárias nacionais.

§ 2º Conceder-se-á diária nacional integral quando o retorno à sede acontecer no dia seguinte ao da chegada ao território nacional.



5



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 - Centro - CEP: 59585000 - São Miguel do Gostoso/RN CNPJ: 01.641.583/0001-00 TEL: (84) 99478-4003  
E-mail: camaramunicipal.smgostoso@gmail.com

§ 3º O valor da diária será reduzido à metade, na hipótese dos §§ 1º e 2º, desde que fornecido pela Administração Pública ao beneficiário alojamento ou outra forma de hospedagem.

Art. 17. Aplicam-se à diária internacional os mesmos critérios fixados para a concessão, pagamento e restituição das diárias nacionais.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Gostoso.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 20. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de Agosto de 2021.

  
Azenete da Câmara Cruz  
Presidente











6



Digitalizado com CamScanner



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

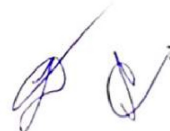
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 - Centro - CEP: 59585000 - São Miguel do Gostoso/RN CNPJ: 01.641.583/0001-00 TEL.: (84) 99478-4003  
E-mail: camaramunicipal.smgostoso@gmail.com

## ANEXO ÚNICO

### TABELA DE DIÁRIAS

LOCAL DE DESTINO DO DESLOCAMENTO	VEREADORES	SERVIDORES
OUTRO ESTADOS DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	R\$ 850,00	R\$ 420,00
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	R\$ 570,00	R\$ 280,00



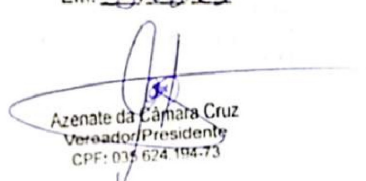
Digitalizado com CamScanner



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

Comissão de São Mateus  
EDUARDO COSTA VITAL  
ADEILTON BEZERRA DA SILVA  
Altair Carlos B. da Silva  
Jean Ribeiro da Silva  
Maurício Clemente Ferraz  
Rui Carlos da Silva Neto

Câmara N. São M. do Costoso  
APROVADO  
EM: 21/08/21

  
Azenate da Câmara Cruz  
Vereador/Presidente  
CPF: 035.624.194-73

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO - **EXTRATO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**

PALÁCIO LOURÊNÇO CRUZ

Rua Manoel Joaquim, 70, Centro, Gov. Dix-Sept Rosado - RN

CEP: 59.790-000 - ☎ (84) 3328-2323-CNPJ: 09.393.596/0001-01

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2021

**Partes:** ALZENOR EPITACIO DE MORAIS NETO 07695450413 e a Câmara Municipal de Governador Dix-Sept Rosado, representada pela Sra. LUARA TAYANE FAGUNDES DE OLIVEIRA, Presidenta.

**Objeto.....:** Contratação de pessoa jurídica para serviço de revisão, manutenção, incluindo troca de peças necessárias no sistema de freio do veículo L200 de propriedade da Câmara Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

**Contratado.....:** ALZENOR EPITACIO DE MORAIS NETO 07695450413, CNPJ nº 15.683.632/0001-74, com endereço na Rua José de Alencar, nº 228, bairro Centro, CEP: 59600-190, Mossoró/RN.

#### ITENS:

Descrição	UNID	QUANT.	Total
Manutenção geral sistema de freios incluindo troca de peças para L200 Triton	UND	1	R\$ 2.030.,00
TOTAL			R\$ 2.030.,00

**VALOR.....:** R\$ 2.030.,00 (dois mil e trinta reais).

**PRAZO.....:** 6 meses.

**UNIDADE GESTORA:** Câmara Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

**Fundamento Legal...:** art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO - RN, 13 de agosto de 2021.

**Publicado por:**  
Luara Tayane Fagundes de Oliveira  
**Código Identificador:** 78157758

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208


CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - ATA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

Ata da 11ª (decima primeira) sessão ordinária do primeiro ano da oitava legislatura da Câmara Municipal de vereadores do município de São Miguel do Gostoso-RN na presidência do excelentíssimo senhor presidente interino vereador Luís Ribeiro da Silva Neto.

Ao 16 (décimo sexto) dia do mês de junho 2021 (dois mil e vinte um) às 09:00 horas teve início a 11ª (décima primeira) sessão ordinária da do primeiro ano da oitava legislatura da câmara municipal de São Miguel do Gostoso, na presidência do excelentíssimo senhor Luís Ribeiro da Silva Neto presidente interino, que declarou aberta a sessão sobre a proteção de Deus e em nome do povo de São Miguel do Gostoso. Solicitou que o primeiro secretário vereador Evandro conferisse a presença dos nobres vereadores, o mesmo declarou todos presentes com exceção do vereador Azenate da Câmara que justificou sua ausência, pediu que o vereador Ednaldo Coutinho fizesse a leitura das sagradas escrituras e que o vereador Alberto Charles fizesse a oração do pai nosso. **O presidente interino Luís Ribeiro** saudou a plenária e a todos presentes, fez a leitura da ata da 9ª sessão ordinária do dia 3 de maio de 2021, após a leitura passou a ata para votação, os vereadores presentes aprovaram a mesma. Informou que hoje será entregue as primeiras 100 identidades feitas na Câmara Municipal pelo convenio com a Federação das Câmaras do Rio Grande do Norte e ITEP, um dos primeiros trabalhos sociais voltado para a população de São Miguel do Gostoso. Justificou a ausência do presidente Azenate da Câmara Cruz. Em continuidade passou a palavra aos vereadores para os mesmos façam suas saudações e informes iniciais. **O vereador Evandro** saudou a mesa em nome do presidente Luís Ribeiro e a plenária em nome do senhor Otoniel, os profissionais da saúde e todos presentes, deixou os sentimentos de pesar aos familiares e amigos de Víctor Hugo que veio a falecer no último domingo. **O vereador Ednaldo Coutinho** saudou a mesa em nome do presidente interino Luís Ribeiro e a plenária em nome do senhor Otoniel Baracho e a todos presentes, agradeceu a todos que nos acompanham pelas redes sociais, e deixou os sentimentos de pesar aos familiares de Víctor Hugo que veio a falecer no domingo, pediu que Deus possa dá o conforto a toda família. **O vereador Adeilton Bezerra** saudou a mesa em nome do presidente Interino Luís Ribeiro e a Plenária em nome de seu Otoniel e a todos presentes, deixou os pêsames aos familiares de Víctor Hugo, seu pai Vivi como é conhecido e toda família pois não é fácil perder um filho, pede que Deus possa dá conforto a toda família e amigos. As pessoas não sabem o quanto é difícil a depressão e as vezes não percebem, pedi que as pessoas que estão enfrentando a depressão procurem



Digitalizado com CamScanner





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN

CNPJ: 01.641.583/0001-00

um familiar ou amigo para conversar e pedir ajuda e evitar que está fatalidades aconteça. O vereador Alberto Charles saudou a mesa em nome do presidente interino Luís Ribeiro e a plenária em nome do sindicato dos agentes de saúde. Disse que não tem muitos informes, quer ouvir as reivindicações do sindicato dos agentes de saúde. Disse que já está na hora de resolver a da saúde pois desde que voltamos a trabalhar no início do ano que a situação da saúde vem sendo discutida nesta casa, para que possamos chegar a um acordo que seja favorável para os dois lados, relatou que é um absurdo em um momento tão delicado que estamos vivendo, estarmos hoje aqui discutindo reivindicações da saúde, onde era para estarmos aplaudindo a categoria por estarem na linha de frente no combate ao corona vírus, esta falta de diálogo ocasiona situações que esta casa não é conivente e jamais vai ser, a situação financeira de qualquer classe principalmente da saúde pois é estas pessoas que estão se arriscando para nos salvar. Falou que está pronto para defender a gestão, mas quando estiver coerente, mas quando isso não ocorre está pronto para defender a categoria de profissionais da saúde pois se isso não acontecer, ver a possibilidade de uma parada da categoria, por que aí vamos ver quem precisa mais um do outro. Temos que saber se tem o recurso ou não, mas que se tenha o diálogo para chegamos a um acordo. E a casa tem a obrigação de reivindicar uma reunião com o gestor, com as secretárias e resolver as demandas precisamos, marcar as reuniões urgentemente para não cairmos em uma situação precária em nosso município. O vereador José Maria saudou a plenária em nome do sindicato dos agentes de saúde e a todos presentes, deixou os pêsames aos familiares de Víctor Hugo, que Deus possa dá o conforto a toda família e amigos. Disse ao presidente Luís Ribeiro que os vereadores ficam em uma situação difícil, por que não medem esforços para resolver as situações difíceis que aparecem e quando fomos convocados para uma sessão extraordinária, para votar o projeto do FUNDEB que veio também a questão dos 40% de insalubridade para os profissionais de saúde, participamos por que achávamos que o problema seria resolvido, mas estávamos enganados, era apenas interesse próprio por que se não votasse para renovar o contrato, iriam perder o recurso e até agora não vimos nenhum resultado. A categoria não está pedindo nada, só estão exigindo o direito deles, vimos a portaria 193 de 2017. O prefeito pediu concurso público em 18 de setembro de 2017 e nós estávamos querendo que isso acontecesse para o bem da população e em 2019 a lei 033 de 2019, baseado no art.37 da constituição federal foi a que votamos para que não houvesse o concurso público. Vemos hoje o prefeito tirando fotos assinando

48   9     11



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

decreto, mas as pessoas não querem viver de aparências não, querem viver de ação e trabalho. Falou que não mediram esforços para ajudar a categoria, mas quando chega na prefeitura, os projetos são engavetados e não podemos fazer nada. Disse que não dá para entender a frase do slogan, desenvolvimento a favor do vento, se fosse assim, o funcionário trabalhava e era reconhecido, mas não é o que acontece. Falou que o prefeito está sendo covarde com o compromisso com a população, que o mesmo fala tanto nos palanques e se depende da situação do homem que se diz prefeito, se está ruim só vai piorar, por que estamos com 6 meses de gestão e até agora ele não fez nada. **O vereador Jean Ribeiro** saudou a plenária em nome do presidente interino Luís Ribeiro e a todos presentes, agradeceu a Betinho que esteve ontem nos Morros dos Martins fazendo os concertos adequados na iluminação pública. Agradeceu ao secretário de saúde Hugo Patrício pelo consultório dos morros dos Martins, que foi um requerimento de sua autoria e foi atendido. Deu boas-vindas aos agentes de saúde, disse que está à disposição da categoria para ajudar no que for possível. **O vereador Neuzivan Clemente** saudou a plenária em nome do presidente interino Luís Ribeiro e a todos presentes, disse ao vereador José Maria que já está a 6 meses na gestão e ainda não colocou requerimento na pauta, ver os demais vereadores colocando requerimentos e sabe que tem muitos requerimentos que ainda não foram atendidos, e só vai colocar requerimentos quando vir que estão sendo atendidos, por que não adianta estarmos colocando requerimento solicitando alguma demanda e não serem atendidos. As reivindicações dos agentes de saúde não são de hoje, estamos brigando e lutando por todas as categorias em busca dos direitos delas e não vemos nenhum pouco de interesse da gestão, por que se tivessem interesse, já tinham se reunido com as categorias e chegado a um consenso para que a situação fosse resolvida e está à disposição de todos para ajudar. **O presidente interino Luís Ribeiro** disse que os parlamentares desde o início das reivindicações foram em defesa das categorias de saúde e educação, que são os mais falados e esperamos que o gestor possa nos dar uma posição mais concreta. Relatou ao sindicato dos agentes de saúde que foi o Programa Previne Brasil que trouxe a insalubridade dos 40%, e recebeu a notícia que a qualquer momento estará caindo nas contas dos profissionais de saúde o pagamento do previne Brasil. Disse que a casa tem o interesse e vem trabalhando bastante, que as reivindicações sejam atendidas, sobre os 40 % de insalubridade estamos esperando o RH fazer o levantamento do impacto financeiro e esperamos que o município nos dê uma notícia positiva e encontre uma melhor forma de pagar e espera que todos os profissionais



Digitalizado com CamScanner



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

sejam atendidos. Falou que os profissionais de saúde sejam valorizados como merecem. O vereador **Alberto Charles** indagou ao presidente se a notícia sobre o pagamento do Previne Brasil chegou agora. Falou que as vezes fica se perguntando se é preciso chegar a este ponto, para uma reivindicação ser atendida, o presidente é próximo do secretário de saúde, a pauta foi feita sexta feira se havia a previsão desse pagamento e por que este dialogo não chega a quem realmente está esperando para ouvir, é preciso a reivindicação da classe chegar ao legislativo municipal para que as coisas fluam. Se vai ser pago date o dia que os profissionais de saúde vão ser pagos. O vereador **Evandro** parabenizou a todos os profissionais da área da saúde, sua tia está presente disse que no momento que estamos enfrentando hoje a categoria são os nossos anjos da guarda pois estão à frente da batalha contra a covid-19. O presidente **Luís Ribeiro** convidou 10 pessoas para simbolizar as 100 identidades e fazer a entrega das primeiras identidades para a população, é um projeto de iniciativa do presidente da casa Azenate Câmara, fora outros documentos que estão sendo atendidos. Em continuidade, o presidente interino **Luís Ribeiro** chamou o inscrito do sindicato dos agentes representados por Isis, diretora de saúde para fazer a sua fala. A inscrita Isis saudou a mesa em nome do presidente interino **Luís Ribeiro** e a plenária em nome da categoria dos agentes de saúde e a todos presentes, disse que é diretora do SINTA-SE, sindicato que representa os agentes de saúde do Mato Grande, visto que esta casa já falou bastante coisa, já que a pauta já está na mesa e foi vista a situação dos colegas, falou que é uma situação ridícula, falou que o Previne Brasil não é novo no país, o município requereu uma lei que foi votada e aprovada a casa participou de tudo. Ficou uma dúvida de porque o pagamento ainda não foi efetuado. Relatou que recentemente esteve na cidade tentou falar com o secretario mas ouviu alguns desencontros, mas trocaram contatos e ficaram conversando, disse que aqui no Mato Grande uma das leis mais bem elaborada e elogiada é a de São Miguel do Gostoso, Touros teve sua lei votada depois no mês de abril e usamos como base São Miguel do Gostoso, por que era uma lei bem elaborada com uma boa porcentagem para os colegas, vamos ser sinceros, estamos passando por uma fase bem difícil, somos linha de frente e somos criticados por que temos um trabalho volante, não é um trabalho amarrado a um prédio ele trabalha casa a casa e aparece uma situação de micro área que é cheia de loteamento, as vezes pode dizer que nunca mais viu a agente de saúde, não sabe que o agente de saúde está a três quadras dali e são muitos os problemas dos agentes comunitários de saúde, poucos profissionais de



Digitalizado com CamScanner



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN

CNPJ: 01.641.583/0001-00

saúde tiveram seus horários de saúde reduzidos, que foram alguns médicos e enfermeiros, mas os agentes de saúde tiveram que continuar o serviço de casa a casa atendendo as pessoas. Relatou que ficou muito triste quando sua colega dizia que batia na porta do secretário e não tinha resposta e de repente, chega a essa casa e tem a notícia que o pagamento foi feito, quer dizer que só faltava a sua vinda a São Miguel do Gostoso, veja a força que esta casa tem, falou que veio buscar o apoio dos vereadores e a situação já foi sanada e se isso realmente aconteceu, ótimo, mas falta sabermos quanto tempo faz do pagamento desse programa a estes profissionais, vai falar da atenção básica como um todo, não só dos agentes comunitários de saúde, o Previne Brasil era conhecido como PMAQ, teve uma mudança em meados de agosto, em setembro de 2020 a mudança anunciada pelo Governo Federal, então prefeitos e secretários de saúde deveriam ter a consciência de que isso iria acontecer e ter feito a adaptação de lei e muitos se apossaram dessa mudança para não pagar, e os profissionais não estão recebendo estes pagamentos, desde 2020 estão sem receber os pagamentos, mas o recurso veio, são 12.500 reais de janeiro até hoje, vêm sendo pagos e se calculamos este recurso ficou sendo acumulado e fica a pergunta, se a gestão vai pagar o retroativo e se vai pagar desde o início do programa e como será feito o pagamento, temos que cobrar também o retroativo. Falou do dinheiro do custeio do covid-19, pois entram recursos para o município que vem para o auxílio para investir nos trabalhos contra o covid-19, será que estes profissionais que estão trabalhando não têm direito a uma brecha de fazer a valorização da insalubridade, por que a lei diz que os profissionais devem receber os 40%. Disse que vai ter o concurso técnico dos agentes de saúde. Falou que em outra oportunidade gostaria de falar sobre o décimo terceiro salário e as férias que não está acontecendo, e falar sobre o incentivo profissionais que o recurso vem, mas os prefeitos não pagam. **O presidente interino Luís Ribeiro** disse que a casa sempre estará de portas abertas para receber não só esta categoria, mas também toda a população para debater os anseios da população. **O vereador Evandro** agradeceu a presença da diretora Isis pois trouxe muitos esclarecimentos, tirou algumas dúvidas que o mesmo tinha e disse que irá apoiar a classe dos profissionais da saúde. **O vereador Ednaldo** agradeceu a presença da categoria e da diretora do SINTA-SE Isis, que nos trouxe informações que não sabíamos e nos tirou muitas dúvidas, disse que independente da categoria que vier a esta casa, será sempre bem atendido e está a disposição de todos. **O vereador Adeilton Bezerra** parabenizou a vinda de Isis a esta casa que nos trouxe muitos esclarecimentos, essa casa sempre



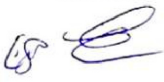


RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

estará à disposição de qualquer categoria que vier a esta casa, reivindicar seus direitos e a população em geral, se o recurso está vindo tem que ser pago, inclusive o retroativo como também os efetivos e contratos, disse que a categoria está de parabéns. **O presidente interino Luís Ribeiro** esclareceu que o pagamento do Previne Brasil e a insalubridade dos 40% são pagamentos distintos. **O vereador Alberto Charles** disse que foi muito bom ouvir os esclarecimentos de Isis e quando se fala em uma lei, que é preciso obedecer e executar, quando isso não acontece não tem validade de nada, não adianta termos votado e ajudado elaborar junto ao sindicato e a classe, uma lei que é referência para outros municípios se ela não é executada. Em continuidade deu início à leitura dos Projetos e requerimentos da ordem do dia. Projeto de lei nº 006 de 11 de junho de 2021, do poder legislativo municipal (vereador Ednaldo Coutinho Vital) institui, no âmbito do Município de São Miguel do Gostoso/RN, a política de incentivo à agricultura familiar, e dá outras providências. Será encaminhado para a comissão analisar. Requerimento nº 006/2021 de autoria do vereador Azenate da Câmara Cruz – Requer a contratação de profissional médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho para liberação de laudos para o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP. Requerimento nº 009/2021 de autoria do vereador Ednaldo Coutinho Vital – Requer nos termos regimentais que o executivo municipal, a construção de salas adequadas nas escolas que foram contempladas com 10 computadores cada. Nas comunidades de Baixinha dos Franças, Escola Municipal Prefeito José Américo, Novo Horizonte, Escola Municipal Maria Soledade Coelho de Oliveira. Vila Paraíso, Escola Municipal Dr. Ricardo Simione, Morros dos Martins. Escola Municipal João Tomaz de Oliveira. Requerimento nº 010/2021 de autoria do vereador Ednaldo Coutinho Vital – Requer nos termos regimentais ao executivo municipal, a construção de lombadas de acordo com a necessidade na Avenida dos Arrecifes, começando da entrada da cidade até o posto de combustível BR. Requerimento nº 006/2021 de autoria do vereador Adeilton Bezerra da Silva – Requer nos termos regimentais ao executivo municipal, que seja erradicada todas as casas de taipas do município assim como na sede. Indicação de autoria do vereador Evandro da Silva Menezes, ao poder executivo municipal – Que autorize o sistema único de assistência social o Auxílio Emergencial Municipal as consequências das vulnerabilidades sociais decorrentes da pandemia motivada pelo corona vírus – COVID-19 e do estado de calamidade pública deste resultante, constituindo ainda outras providências. Em continuidade **o presidente interino Luís Ribeiro** pediu para os vereadores fazerem a defesa de seus



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

requerimentos e indicação após a defesa dos requerimentos em seguida, o presidente interino Luís Ribeiro passou os requerimentos e indicação para votação e os mesmos foram aprovados por unanimidade. Observando que a ordem do dia havia sido superada o **presidente interino Luís Ribeiro** encerrou a sessão e pediu para que eu vereador e primeiro secretário Evandro da Silva Menezes lavrasse a presente ata que após lida e aprovada será por mim assinada e por todos os vereadores presentes.

Plenário da câmara de vereadores de São Miguel do Gostoso vereador José Ferreira Gomes em 16 de junho de 2021.

Evandro da Silva Menezes  
Evandro da Silva Menezes (CPF: 105.281.704-14) 1º secretário

Ednaldo Coutinho Vital  
Ednaldo Coutinho Vital (CPF: 063.892.774-90) 2º secretário

Adeilton Bezerra da Silva  
Adeilton Bezerra da Silva (CPF: 081.400.774-02)

Alberto Charles Belém da Silva  
Alberto Charles Belém da Silva (CPF: 813.973.054-87)

José Maria Bezerra da Silva  
José Maria Bezerra da Silva (CPF: 736.863.444-91)

Jean Ribeiro da Silva  
Jean Ribeiro da Silva (CPF: 081.073.524-59)

Neuzivan Clemente Ferreira  
Neuzivan Clemente Ferreira (CPF: 027.380.854-07)

Luís Ribeiro da Silva  
Luís Ribeiro da Silva (CPF: 941.7769.444 87) vice-presidente

Câmara M. São M. do Gostoso  
APROVADO  
EM: 33/08/21



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - ATA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

Ata da 12ª (decima segunda) sessão ordinária do primeiro ano da oitava legislatura da Câmara Municipal de vereadores do Município de São Miguel do Gostoso-RN na presidência do excelentíssimo senhor vereador Azenate da Câmara Cruz.

Ao 21 (vigésimo primeiro) dia do mês de junho de 2021 (dois mil e vinte um) às 14:00 horas teve Início a 12ª (décima segunda) sessão ordinária do primeiro ano da oitava legislatura da Câmara Municipal de São Miguel do Gostoso, na presidência do excelentíssimo senhor Azenate da Câmara Cruz, que declarou aberta a sessão sobre a proteção de Deus e em nome do povo de São Miguel do Gostoso. Solicitou que o primeiro secretário vereador Evandro conferisse a presença dos nobres vereadores, o mesmo declarou todos presentes, pediu que o vereador Luís Ribeiro fizesse a leitura das sagradas escrituras e que o vereador Adeilton Bezerra fizesse a oração do pai nosso. O presidente Azenate Câmara saudou a plenária e a todos presentes, fez a leitura da ata da 10ª sessão ordinária do dia 7 de junho de 2021, após a leitura passou a ata para votação os vereadores presentes aprovaram a mesma. Comunicou a presença do ex-vereador Paulo Emanuel, Otoniel Baracho e Dra. Dálete. Informou que surgiu uma parceria com uma Organização Não-Governamental (ONG) Boa Visão a Câmara Municipal estará cedendo as suas dependências, por enquanto estamos usando o Centro de Cultura pois falou com o prefeito e o mesmo liberou as três salas, para fazemos um mutirão de exames de vista e essa instituição não governamental faz os exames de vistas gratuitos e armações também gratuitas, quem se interessar, fica só por pagar a confecção das lentes e a preço social, pode ser dividido e quem pagar à vista tem 50% de desconto, o agendamento vai ser feito por Daiane de hoje até o dia primeiro de julho, o atendimento será feito das 8 horas às 17 horas do dia primeiro de julho. Em Continuidade passou a palavra aos vereadores para que os mesmos façam suas saudações e informes iniciais. O vereador Evandro Menezes saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara e a plenária em nome do ex-vereador Paulo Emanuel e todos presentes, indagou ao presidente como anda a situação dos pagamentos dos agentes de saúde, pois o vereador Luís Ribeiro que conduziu a última sessão, falou que até a sexta-feira da semana anterior, os profissionais iriam receber o pagamento e hoje é segunda-feira e gostaria de saber alguma posição em relação a este assunto. Falou com os agentes de saúde e os mesmos falaram que até o momento, não tinham recebido o pagamento. Em relação a caixa de água do Paraíso, visitou o assentamento no fim de semana e alguns moradores falaram que a caixa está em péssimas condições e como já foi colocado um requerimento do ex-vereador Evânio



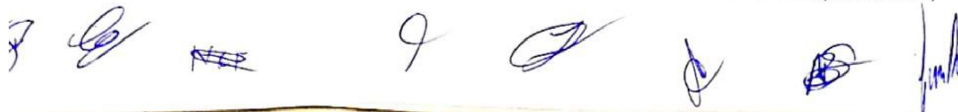
Digitalizado com CamScanner





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

Menezes, este é o momento de se fazer uma reforma e evitar perigos para a população. **O vereador Ednaldo Coutinho** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara a plenária em nome do senhor Otoniel Baracho a Advogada Dra. Dálete e a todos presentes, falou que tem alguns informes, mas vai dá os informes no decorrer da sessão. **O vereador Adeilton Bezerra** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara e a Plenária em nome de seu Otoniel, o ex-vereador Paulo Emanuel e a todos presentes, disse que não tem muitos informes, vai ouvir o inscrito e no decorrer da sessão irar interagir, mas com os diálogos. **O vereador Alberto Charles** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara e a plenária em nome do ex-vereador Paulo Emanuel. Disse que hoje tem poucas indagações para esta casa, falou para o povo que tem orgulho em ser legislador deste município e tem orgulho de ter Azenate como presidente, por que está buscando ações que beneficie este povo. Relatou que ficou muito constrangido na última sessão que o vereador Neto presidiu, por uma atitude de nós parlamentares tentar dar o melhor do legislativo desse município e as pessoas entenderem como política, em tantos anos de legislatura deste município, nesse contexto de federação das câmaras dos vereadores no estado, ter vindo de uma preposição de uma gestão do vereador Adeilton, mas não foi formulado nada, mas o presidente Azenate teve a coragem de formular e não somos nós que estamos dando, que dá para nos sentimos diminuído até por que nenhum legislador tem a obrigação de dar nada a ninguém, temos obrigação de buscar atitudes que abranja a todos e é isso que esta casa está fazendo, em menos de 6 meses nesta legislatura, está divulgando outra ação que só favorece o município, a atitude do vereador Luís Ribeiro não é para nos promover, foi para acentuar uma prestação de contas do serviço coletivo desta casa a comunidade. Sabemos que quando uma pessoa se desloca para Natal, o gasto é bem maior e foi pensando nisso que trouxemos estes projetos para beneficiar a todos. Parabenizou o presidente pela atitude de trazer exames de vista para melhorar a qualidade de vida da população. Pediu que o presidente não deixe os vereadores a mercê das informações e que se não der para levar todos, faça um sorteio para que contemple a todos. **O presidente Azenate** agradeceu o apoio do vereador Alberto Charles e pediu desculpas pela falta de comunicação, não foi de má-fé e as vezes as pessoas verem maldade em tudo e não é assim que funciona. Quanto a questão das identidades, conta com o apoio de todos os vereadores e sempre procurando ajudar o povo e em busca de tudo que é possível na vida pública, encontramos reconhecimento assim como encontramos incompreensão, mas



Digitalizado com CamScanner

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

acredita que todos os vereadores querem fazer o bem para a população, em relação a qualificação é de sua natureza buscar sempre qualificação para trabalhar melhor, ter mais responsabilidade, conhecer as penalidades que a lei reserva para gestores irresponsáveis e também nos ensina a como fazer estes acompanhamentos e os instrumentos legais competentes. Mas seu pensamento é que todos os vereadores tenham acesso as informações, é um instituto muito sério com profissionais altamente gabaritados e com uma linguagem bastante compreensível, e era interessante como mesa diretora que fosse o presidente, vice-presidente e o primeiro secretário, mas o primeiro secretário falou que não dava para ir por compromissos parlamentares e dado a desistência dele de última hora, não existia a possibilidade de fazer a substituição por que tem que elaborar portaria e fazer publicação e aí não dava tempo legal para fazer a substituição e convidar o segundo secretário, por este motivo só foi o presidente e o vice-presidente e o tesoureiro da casa Emanuel foi e inclusive fomos até no carro dele, já convidou outros vereadores a participarem e esta semana tem uma qualificação em João Pessoa, o pessoal ficou de enviar a confirmação do evento amanhã havendo disponibilidade de data e se tiver recurso financeiro, irá ver com Fabio e Emanuel e dando certo, mandará mais dois vereadores para capacitação em João Pessoa e próximo mês, o mesmo curso será feito em Campina Grande com a mesma temática, será enviado outros vereadores até todos serem contemplados. **O vereador José Maria** saudou a plenária e a todos presentes, ficamos felizes quando as pessoas participam e também nos fortalece em nossos projetos, saudou Paulo Emanuel seu sobrinho. Pediu providências quanto a questão da bueira do Tourinho, um problema simples que poderia já ter sido resolvido e evitado acidentes. Somou-se ao presidente Azenate que não é só flores, também tem espinhos e todos dependem da política, disse que no currículo escolar deveria ter a matéria que ensinasse na escola para os jovens já crescer com sabedoria e tendo o conhecimento de como funciona a política. Está feliz que o projeto do presidente solicitando o consultório de prótese dentário foi atendido e pensando nisso, colocou um requerimento solicitando a retomada do programa Brasil Sorridente, foi atendido. Parabenizou o presidente pela iniciativa de qualificar os vereadores. **O vereador Jean Ribeiro** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara e a todos presentes, perguntou ao presidente Azenate se o mesmo tem alguma informação sobre a reunião que foi solicitada ao prefeito e durante a sessão irá interagir um pouco mais. **O presidente Azenate** disse que falou com o gestor e o mesmo se mostrou disponível em relação a reunião, mas teve o imprevisto



Digitalizado com CamScanner





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

que o mesmo viajou para Brasília e nessa última semana não teve contato pessoal com o gestor a não ser na quarta-feira que o presidente teve que falta a reunião para tratar da remissão das olimpíadas. Mas assim que possível irá marcar uma data para esta reunião. **O vereador Neuzivan Clemente** saudou a plenária em nome do presidente Azenate Câmara plenária em nome do ex-vereador Paulo Emanuel, Jeová e a todos presentes, informou que os seus informes hoje são poucos, mas fez uma visita a escola dos Morros dos Martins para ver a situação dos banheiros, que foi falado que a prefeitura iria tirar os banheiros da escola, o banheiro da escola não vai sair, apenas será mudado de lugar e vai aumentar mais um banheiro onde a escola só tinha dois banheiros e a gora terá três banheiros. Falou da bueira do Tourinho, é um problema pequeno que só vai precisar de meia caçamba de piçarro para sanar aquele problema. **O vereador Luís Ribeiro** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara e a plenária em nome do ex-vereador Paulo Emanuel e a todos presentes, agradeceu ao presidente Azenate pelos dias que passaram juntos buscando conhecimento e vimos que os problemas que enfrentamos são os mesmos que os vereadores de outras cidades do Brasil enfrentam. Mas foram dias bem proveitosos, absorvemos bastante o que foi passado no curso temos, que está bem preparados e os próximos que forem para o curso, aproveitem bastante e em outra oportunidade irá novamente participar desta capacitação que é de grande importância para sabemos como conduzir os trabalhos. **O presidente Azenate Câmara** deu início a ordem do dia e chamou o inscrito Jeová Batista dos Santos com o assunto cemitério dos Morros dos Martins e a água nas comunidades Morros dos Martins e Morros dos Paulos. **O inscrito Jeová Batista** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara e a todos presentes, disse que é de conhecimento de todos que nos últimos meses o município vem acumulando muitos problemas, isso por que sua reivindicação hoje já é antiga, por sinal e até o momento não foi resolvida, falou que a comunidade dos Morros dos Paulos está enfrentando um problema sério que é a falta de água e o que o deixa perplexo é que não estão com os lençóis freáticos secos, pelo contrário, temos água em abundância então os vereadores podem perguntar o porquê de estar faltando água é simples o problema é a má distribuição da mesma na comunidade. Temos uma caixa de água pequena e longe da comunidade e a tubulação é fina com os canos de meia, não chega a toda rua, mas boa parte das ruas, não precisa ser especialista para saber que não vai ter vazão, isso foi uma reivindicação da população na Câmara itinerante ainda em 2017, na comunidade dos Morros dos Martins e na ocasião o secretário estava presente e





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN

CNPJ: 01.641.583/0001-00

se prontificou em resolver o problema por que é bem fácil de se resolver, só esqueceram de um detalhe que é o mais importante é querer fazer o serviço. E em 2020 disse que ia manda fazer um outro poço, o problema é a distribuição de água o problema persiste e gostaria que os senhores nos ajudem a resolver esta situação. Em relação ao cemitério dos Morros, não tem mais espaço físico para sepultar os mortos e quando é preciso sepultar alguém é preciso retirar restos mortais de outras pessoas e enterrar no mesmo local e isso já vem acontecendo a muito tempo e o que mais surpreende, é que por traz do cemitério o que mais tem são terrenos, inclusive pessoas interessando a negociar com o município. **O presidente Azenate** falou que esteve visitando os Morros dos Martins, Morros dos Paulos e Canto da Ilha e é preciso concordar com o senhor Jeová, pois ver que o grande problema da escassez de água na comunidade dos Morros dos Paulos, tem sido muito mais a distância da caixa com a comunidade e se a caixa fosse construída bem mais próximo, resolveria este problema, foi observando que tem um desperdício de água bem significativo, relatou que após a visita as comunidades, procurou o prefeito e o mesmo pediu para o presidente procurar Augusto que é encarregado de algumas obras e Augusto informou que irá instalar ou construir uma nova caixa de água na comunidade e o poço continuará funcionando e iria jogar água para caixa e acredita que o problema será resolvido. **O vereador Alberto Charles** disse que a situação é rotineira, procurada e falada, que as vezes sentimos até vergonha por que a indiferença de legislativo e executivo não deveria ser desse tamanho, por que se o executivo tivesse o poder de execução já teria sido resolvido este problema. E em relação ao cemitério, já que os donos de terrenos querem vender é o executivo chegar a um consenso com os donos dos terrenos e comprar este terreno e ampliar o cemitério. **O vereador José Maria** disse que não tem ninguém aqui do Paraíso, Morros, Canto da Ilha, Angico Velho por que já cansou de pedir, chegou a hora de tomarmos uma atitude e fazermos uma pauta para o responsável da pasta dá um passeio nas comunidades e ver a situação das caixas de água, por que a situação é grave, oferece risco de desabamentos e até machucar uma pessoa que passe por perto. E se não tiver como recuperar é demolir e construir outras em outros locais. **O vereador Neuzivan Clemente** disse que procurou Augusto para ir nos Morros para resolver a situação, pois eu falei que a caixa de água ia cair e se a caixa cair, vai quebrar a caixa e o prejuízo será bem maior, o meu papel como vereador é cobrar, eu faço minha parte e estou à disposição para fazer o melhor para a população daquela comunidade e apoiar a reivindicação de Jeová. **O vereador Ednaldo Coutinho** disse ao vereador



Digitalizado com CamScanner



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

Neuzivan se forem formar uma comissão para visitar a comunidade, para visita a escola e sabemos que não irá ser retirado os banheiros e em vez de dois, será três banheiros e quanto a situação da água dos Morros dos Paulos, se solidariza a situação da água e está disposto a ajudar no que for possível. E em relação ao cemitério, já presenciou sepultamentos a noite e entrou no mês de abril com um requerimento solicitando iluminação e ampliação dos cemitérios de todos os distritos. O vereador Jean Ribeiro agradeceu a Jeová por ter vindo a esta casa e sobre a caixa de água do Canto da Ilha, disse que se morasse perto, já teria feito um abaixo assinado para desligar a caixa de água, por que a situação de lá é bem séria. E em relação ao cemitério, é bem fácil de se resolver é só o prefeito ter coragem e ir falar com o dono do terreno para resolver e efetuar a compra para ampliar o cemitério. O vereador Ednaldo convidou o presidente e os demais vereadores para visitar o conjunto que está sendo feito e dificultando a iluminação e o abastecimento de água. Parabenizou a gestão por ter retomado a conclusão das reformas das obras paradas. Em continuidade o **Presidente Câmara** deu início à leitura dos Projetos da ordem do dia. Projetos de lei para apresentação; Projeto de lei nº 075 de 18 de junho de 2021 do Poder Executivo Municipal – Dispõe sobre a Política Pública Municipal de Atenção à Pessoa Idosa, institui o Concelho e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no âmbito do Município de São Miguel do Gostoso/RN e dá outras providências. Projeto de lei complementar nº 076 de 16 de junho de 2021 do Poder Executivo Municipal – Dispõe sobre a reunião de créditos tributários do imposto predial e territorial Urbano – IPTU e da taxa de Localização e Fundamento referente ao ano de 2021 para pessoas físicas e micro e pequeno empresários e a propagação automática dos Alvarás vencidos durante esse período e de prazos de regularização, como medidas excepcionais de combate aos efeitos da pandemia gerada pela covid-19 na população e dá outras Providências. Projeto de lei nº 077 de 17 de junho de 2021 do Poder Executivo Municipal – Dispõe sobre a ampliação do limite para abertura de crédito suplementares durante a execução do orçamento municipal no exercício de 2021 e altera o Art. 6º, da Lei Municipal nº 357, de 14 de dezembro de 2020. Observando que a ordem do dia havia sido superada o **presidente Câmara** encerrou a sessão e pediu para que eu vereador e primeiro secretário Evandro da Silva Menezes lavrasse a presente ata que após lida e aprovada será por mim assinada e por todos os vereadores presentes.



Digitalizado com CamScanner



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

Plenário da câmara de vereadores de São Miguel do Gostoso Vereador José Ferreira Gomes em 21 de junho de 2021.

Evandro da Silva Menezes

Evandro da Silva Menezes (CPF: 105.281.704-14) 1º secretário

Ednaldo Coutinho Vital

Ednaldo Coutinho Vital (CPF: 063.892.774-90) 2º secretário

ADEILTON BEZERRA DA SILVA

Adeilton Bezerra da Silva (CPF: 081.400.774-02)

Alberto Charles Belém da Silva

Alberto Charles Belém da Silva (CPF: 813.973.054-87)

José Maria Bezerra da Silva

José Maria Bezerra da Silva (CPF: 736.863.444-91)

Jean Ribeiro da Silva

Jean Ribeiro da Silva (CPF: 081.073.524-59)

Neuzivan Clemente Ferreira

Neuzivan Clemente Ferreira (CPF: 027.380.854-07)

Luís Ribeiro da Silva Neto

Luís Ribeiro da Silva (CPF: 941.7769.444 87) vice-presidente

Azenate da Câmara Cruz

Azenate da Câmara Cruz (CPF: 035.624.194-73) presidente

Câmara M. São M. do Gostoso

APROVADO

EM: 13/08/21

Publicado por:

Azenate da Câmara Cruz

Código Identificador: 88875530

Digitalizado com CamScanner

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - ATA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN

CNPJ: 01.641.583/0001-00

Ata da 13ª (décima terceira) sessão ordinária do primeiro ano da oitava legislatura da câmara municipal de vereadores do município de São Miguel do Gostoso-RN na presidência do excelentíssimo senhor presidente vereador Azenate da Câmara Cruz.

Ao 28 (vigésimo oitavo) dia do mês de junho de 2021 (dois mil e vinte um) às 14:00 horas teve Início a 13ª (décima terceira) sessão ordinária do primeiro ano da oitava legislatura da Câmara Municipal de São Miguel do Gostoso, na presidência do excelentíssimo senhor Azenate da Câmara Cruz, que declarou aberta a sessão sobre a proteção de Deus e em nome do povo de São Miguel do Gostoso. Solicitou que o primeiro secretário vereador Evandro conferisse a presença dos nobres vereadores, o mesmo declarou todos presentes, pediu que o vereador Luís Ribeiro fizesse a leitura das sagradas escrituras e que o vereador Adeilton Bezerra fizesse a oração do pai nosso. **O presidente Azenate Câmara** saudou a plenária e a todos presentes, fez a leitura da ata da 11ª sessão ordinária do dia 16 de junho de 2021, após a leitura passou a ata para votação, os vereadores presentes aprovaram a mesma. Comunicou a presença do ex-vereador Paulo Emanuel, da ex-presidente desta casa legislativa Maria Clésia. Em continuidade, passou a palavra aos vereadores para os mesmos fazerem suas saudações e informes iniciais. **O vereador Evandro Menezes** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara e a plenária em nome da ex-vereadora Maria Clésia e todos presentes, relatou que não tem informes, agradeceu os convites que recebeu no fim de semana, visitou o assentamento Vila Paraíso, e participou de um jogo entre amigos, agradeceu a Juvanildo pelo convite, agradeceu aos seus amigos do Arizona pois também esteve prestigiando um jogo. **O vereador Ednaldo Coutinho** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara, a plenária em nome da ex-vereadora e presidente desta casa Maria Clésia e a todos presentes, agradeceu a Deus por mais uma oportunidade de estar presente na sessão, disse que a palavra de hoje é gratidão pela saúde de sua sogra que está se recuperando bem de sua enfermidade. **O vereador Adeilton Bezerra** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara e a plenária em nome de seu Otoniel, ex-vereadora e presidente desta casa Maria Clésia e a todos presentes, declarou não ter informes e que no decorrer da sessão, irá interagir um pouco mais. **O vereador Alberto Charles** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara e a plenária em nome da ex-vereadora Maria Clésia, seu Otoniel Baracho. Relatou que a gestão em si permanece firme trabalhando, pediu que quando for elaborar um projeto de lei, analisar se realmente é viável e se vai onerar gastos para o município e termos cautela na condução de projetos. Pediu que a gestão responda as demandas solicitadas pelos vereadores sobre os requerimentos, os que já foram

1   7    11

Digitalizado com CamScanner





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE


**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN

CNPJ: 01.641.583/0001-00

atendidos e os que não foram atendidos, para que possamos dá uma resposta aos munícipes. Foi questionado em sua comunidade Baixinha por um munícipe, se as lâmpadas que foram colocadas nos postes foram pela prefeitura ou pelo ex-vereador José Evânio, o mesmo responde que em seu entendimento foi a gestão. Relatou que não sabia, indagaram ao mesmo se teria tirado o atendimento a uma paciente da Baixinha, disse que mesmo se tivesse dito isso que nem conhece a pessoa e é uma calúnia muito grande uma pessoa falar algo assim, não sabia que Parazinho estava fazendo o atendimento dessa pessoa. Falou que nunca foi decepcionado com a saúde pública de São Miguel do Gostoso, não é necessário denegrir a imagem de ninguém e independentemente de cor ou de sigla, está na função de vereador para ajudar a todos.

O vereador José Maria saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara, a plenária em nome da ex-vereadora Maria Clésia, o ex-vereador Paulo Emanuel e a todos presentes, pediu em caráter de urgência que seja resolvido o problema da caixa de água do Canto da Ilha II, pois têm dois agravantes, a caixa está enchendo e vazando por baixo e o desperdício de água é muito grande, acredita que 70% da água é desperdiçada e a senhora que mora perto da caixa, tem medo que ocorra um acidente e atinja seus netos, é um absurdo a situação e é muito grave. Disse que houve uma reunião e não se chegou a um consenso e que em 2019, o orçamento era de R\$ 32 milhões de reais e conversando com a contadora, dando a orientação de como deveria ser gasto e que não era obrigatório gastar tudo em 2020, o orçamento foi para R\$ 39 milhões de reais, sempre informados por contador que seria uma estimativa de gastos e em 2021, o orçamento foi fechado em 40,3 milhões de reais, então gostaria de informações para saber onde está o problema para ajudar e não irá responder por erro de ninguém e gostaria de estar inteirado da situação, pois tem um ofício que fazem quase dois anos, que se tratava de uma solicitação dos contratos dos carros que transportam o pessoal dos distritos, que sua bancada conseguiu o recurso para a compra dos carros e não compraram, queremos o melhor para São Miguel do Gostoso, mas com responsabilidade. Não sabemos os valores que entraram durante a pandemia em nossa cidade, que a gestão não nos envia estas informações, também não teve resposta da lista de imóveis alugados pela prefeitura. Relatou que a folha de pagamento não está no portal da transparência. O vereador Alberto Charles esclareceu ao vereador José Maria, que quando se fala nestes orçamentos, eles são altamente quantitativos e o valor para 2021 é apenas de R\$ 41 milhões de reais, até por que o município passou de 06 para 08 e o quantitativo aumenta e os gastos públicos também, e os 15% é ocasional a antes até, por que os 15%, seria o aumento em cima dos 40, é uma remoção de recursos de secretarias para secretarias dentro dos 40 milhões, após o contador fazer sua explanação se entendeu que a remoção não é no quantitativo, não é de 15% em cima



Digitalizado com CamScanner

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN

CNPJ: 01.641.583/0001-00

do orçamento pois o orçamento está fechado no valor que o senhor relatou. **O vereador Jean Ribeiro** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara, a plenária em nome da ex-vereadora Maria Clésia e o ex-vereador Paulo Emanuel, seu Otoniel Baracho e a todos presentes, parabenizou Betinho que esteve nos Morros novamente para concertar as lâmpadas que faltavam, perguntou ao presidente informações sobre a patrol, máquina que realiza o concerto das estradas vicinais do município, pois a população está cobrando muito, a estrada dos Morros dos Martins está com muita areia e isso dificulta o deslocamento dos munícipes no trajeto para a cidade, assim como a estrada do Baixio que se encontra em péssima situação, como as demais estradas do município. O vereador Neuzivan conseguiu o piçarro, mas até o momento não apareceu nenhuma máquina para realizar o serviço. Em relação a caixa de água pediu ao presidente que marque uma reunião novamente com o prefeito e os vereadores para conversar sobre este assunto, por que a cada dia a situação está mais complicada. **O vereador Neuzivan Clemente** saudou a plenária em nome do presidente Azenate Câmara, a plenária em nome do ex-vereador Paulo Emanuel, a ex-vereadora Maria Clésia, e o senhor Otoniel Baracho. Relatou que está sem informes, que o vereador Jean já falou sobre a estrada dos Morros que precisa que a máquina faça a manutenção. Disse que foi parado pelas pessoas que trabalham nas barracas da praia do Tourinho em relação a iluminação, sabemos que não pode iluminar a praia do Tourinho pois tem as tartarugas que desovam na referida praia, mas de volta para casa esta semana, observou que o dono da fazenda colocou energia quase dentro da praia do Tourinho, as luzes acesas a noite toda dentro da água, será que as tartarugas só andam para o lado das barracas dos vendedores, por que não instalam energia nas barracas dos trabalhadores do Tourinho, que precisam tanto da energia para melhorar o trabalho dessas pessoas, pediu que o presidente veja esta situação com carinho junto ao prefeito. **O vereador Luís Ribeiro** saudou a mesa em nome do presidente Azenate Câmara e a plenária em nome do ex-vereador Paulo Emanuel, da ex-vereadora Maria Clésia, e do senhor Otoniel Baracho e a todos presentes, parabenizou ao funcionário Victor que Deus possa te abençoar cada dia mais. Falou do anseio dos agentes de saúde e o programa previne Brasil, informou que os funcionários já foram pagos, parabenizou o prefeito e o tesoureiro Eduardo, realmente o atraso se deu por uma mudança nas contas, mas o problema já foi solucionado, esperamos em breve, notícias do pagamento dos 40% de insalubridade. Chamou atenção para a vacinação contra a covid-19 observando os dados, temos um fator que a casa cobrou bastante nos últimos dias para que vinhesse vacinas, por que as vacinas eram poucas, porém tem um fator que chamou a atenção, é que temos vacinas em estoque mas não estão vacinando as pessoas, pediu para que os demais vereadores acompanhem como está a quantidade de vacinas, é só acessar



Digitalizado com CamScanner





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN

CNPJ: 01.641.583/0001-00

O **rn+vacinas** para observar a quantidade que está chegando em nosso município e a quantidade de pessoas que foram vacinadas, hoje temos mais de 500 vacinas em estoque e não é aconselhável manter estas vacinas em estoque, por que se chega a vacina hoje, já tem que se ter a logística de vacinação para o dia seguinte, relatou que tentou falar com o secretário sobre isso, mas não conseguiu, pediu à população que passe a se cadastrar, por que temos 10.362 habitantes, hoje temos apenas 2.772 pessoas cadastradas, para que o programa possa enviar mais vacinas, temos que ter o estoque zerado e que a população faça o cadastro, precisa que a secretaria de saúde tenha um maior empenho, pois quem está responsável por esta vacina, tem que se atentar a isso, por que se não, São Miguel do Gostoso será um dos últimos a atingir a meta dos 100% apenas por detalhes. O **presidente Azenate Câmara** falou que no sentido da vacinação, a Câmara Municipal disponibilizou um funcionário para fazer o cadastramento do programa **rn+vacinas**, foi divulgado em carros de som, nas redes sócias, na secretaria de habitação e assistência social também é feito este cadastro e na secretaria de saúde, mas percebe-se que não houve uma adesão da população em fazer o cadastro e no âmbito da vacinação deveria ser providenciado o cadastro, é uma situação grave e precisa de uma atenção e tomar providências, para vacinar, cadastrar e passar as informações para o banco de dados para que venha cada vez mais vacinas para o município. O **vereador Adeilton Bezerra** falou que é louvável a informação do vereador Luís Ribeiro pois, faz parte de alguns grupos de WhatsApp e nestes grupos, têm alguns secretários e empresários e algumas pessoas reclamando da falta e demora da vacina e tendo esta informações de mais de 500 doses, não sabe o que está acontecendo que não ouviu ninguém se pronunciar em relação a quantidade de vacina muitas pessoas precisando tomar vacina e esta quantidade em estoque é um número considerável tem uma grande falta de informações tanto das pessoas como também do poder público. O **vereador Alberto Charles** falou que assistindo o RNTV viu a projeção de vacinação no estado e São Miguel do Gostoso é representado por um boneco fazendo kitesurf e nós estamos bem atrás na vacinação, é pertinente procuramos informações do porquê do atraso na vacinação, temos que ter a certeza do andamento e avanço na vacinação. O **presidente Azenate Câmara** disse que tinha avaliado estes dados superficialmente e chegou a seu conhecimento de uma pessoa ligada a secretaria de saúde do estado, que tem todas estas informações, é especialista e como os vereadores Luís Ribeiro e Alberto Charles colocaram, temos que avaliar, entrou em contato com esta pessoa ligada a secretaria de saúde para fornecer estes dados, conversou rapidamente sobre este assunto com o secretário de saúde, o mesmo falou que vai averiguar a situação e ver a possibilidade de uma campanha que motive as pessoas ao cadastramento, por que existe muita desinformação a respeito das vacinas



Digitalizado com CamScanner



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

e muita gente, as vezes até profissionais de saúde, se recusam a receber a imunização. Nós como vereadores, temos que divulgar as informações e a secretaria de saúde realizar um trabalho de divulgação e vacinação na população. **O vereador Luís Ribeiro** falou que passou estas informações de acordo com o relatório do RN+VACINAS, a data do relatório é de 28 de junho de 2021, foi recebido este relatório as 9:28 da manhã se não existe um estoque, aí está faltando a informação da secretaria de saúde que é mais grave ainda e o próprio Instagram da prefeitura está divulgando estes dados, as dozes recebidas 3.498 e vacinada 2949, o que muito municípios está fazendo os vereadores estão indo contar as vacinas. **O presidente Azenate Câmara** falou que em relação aos requerimentos, a câmara tem passado regulamente os requerimentos ao município e obtido algumas respostas, outros estão em atraso, vamos novamente cobrar, disse que tem mantido um diálogo constante com o gabinete do prefeito e secretaria de administração para que possam está monitorando os nossos pedidos e que possam nos dá uma resposta. Uma questão de urgência é a situação da caixa de água do Canto da Ilha entre outras que estão na mesma situação. Iremos encaminhar ao executivo municipal, o pedido de iluminação da praia do Tourinho. **O vereador Evandro** falou que o ex-vereador Evânio Menezes enviou uma mensagem sobre uma informação ao vereador Alberto Charles, sobre a iluminação pública do Boa Esperança, informou que o ex-vereador não está ciente desta informação, assim como o mesmo disse não saber de onde saiu esta informação. **O vereador Alberto Charles** falou que pediu para a pessoa se identificar aqui na plenária, mas a pessoa disse que não irá vim a casa por que é funcionário público, mas falou que poderia falar o nome do mesmo que não teria problemas, foi o próprio executor do serviço que estava fazendo a parte de iluminação pública do Boa Esperança, quando o presidente do Boa Esperança chegou e perguntou foram as lâmpadas que Evânio mandou colocar, o funcionário respondeu que não, foi as lâmpadas que a prefeitura mandou trocar, o presidente insistiu na informação e o funcionário responde que se quiser teimar, procure a prefeitura para esclarecer esta informação, relatou ainda que estava prestando serviço da secretaria de obras de São Miguel do Gostoso. **O vereador Ednaldo Coutinho** pediu ao presidente Azenate Câmara que solicite ao executivo a conclusão da estrada que liga Arizona a Baixinha dos Franças por que vemos que foi passado a máquina até o Arizona, mas já está muito ruim, mas a parte até chegar a Baixinha está pior, sabemos que houve problemas com a máquina, mas já está sendo consertada. Em relação aos requerimentos, fica feliz por que alguns dos seus requerimentos foram atendidos, assim como o de alguns vereadores. Em relação a iluminação pública, a comunidade do Novo Horizonte também está precisando de reparos, somou-se ao vereador Alberto Charles em relação a iluminação do Boa Esperança. Em continuidade **O Presidente Azenate Câmara** deu

EP [assinatura] [assinatura] [assinatura] [assinatura] [assinatura] [assinatura] [assinatura] [assinatura]

Digitalizado com CamScanner



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

início à leitura dos projetos da ordem do dia. Projetos de lei para Apresentação; Projeto de Resolução nº 003/2021 do Poder Legislativo Municipal – Dispõe sobre alteração no Regimento Interno e dá outras providências. Projeto de Lei nº 079 de 25 de junho 2021 do Poder Legislativo Municipal – Autoriza o Poder Executivo a outorgar a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito do Município, sob o regime de concessão em conformidade com as Leis nº 8.666 de 21. 06. 1993. Nº 8. 987 de 13. 02. 1995. Nº 11.445 de 05.01.1993. PROJETOS DE LEI PARA APROVAÇÃO; Projeto de lei nº 006 de 11 de junho de 2021 do Poder Legislativo (vereador Ednaldo Coutinho Vital) – Institui, no âmbito do Município de São Miguel do gostoso/RN, a política de incentivo à agricultura familiar, e dá outras providências. Aprovado; Projeto de lei nº 073/2021 do Poder Executivo Municipal – Institui o plano municipal de saneamento básico de São Miguel do Gostoso, instrumento da política municipal de saneamento básico e dá outras providências. Aprovado; Projeto de Lei nº 074/2021 do Poder Executivo Municipal – Dispõe sobre a política de saneamento básico, de São Miguel do Gostoso, institui o Conselho Municipal de Saneamento Básico, cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico e dá outras Providências. Projeto de Lei nº 0075 de 18 de junho de 2021 do Poder Legislativo Municipal – Dispõe sobre a política pública municipal de atenção à pessoa idosa, institui o Conselho e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no âmbito do Município de São Miguel do Gostoso/RN e dá outras providências. Aprovado; Projeto de Lei Complementar nº 076, de 16 de junho de 2021 do poder executivo municipal – Dispõe sobre a reunião de créditos tributários do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e da taxa de Localização e Fundamento referente ao ano de 2021 para pessoas físicas e micro e pequeno empresários e a prorrogação automática dos Alvarás vencidos durante esse período e de prazos de regularização, como medidas excepcionais de combate aos efeitos da pandemia gerada pela covid-19 na população e dá outras providências. Aprovado. Observando que a ordem do dia havia sido superada **O presidente Azenate Câmara** encerrou a sessão e pediu para que eu, vereador e primeiro secretário Evandro da Silva Menezes lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada será por mim assinada e por todos os vereadores presentes.

Plenário da Câmara de vereadores de São Miguel do Gostoso, Vereador José Ferreira Gomes em 28 de junho de 2021.



Digitalizado com CamScanner

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**  
R. Alto Mar, nº 143 – Centro – São Miguel do Gostoso/RN  
CNPJ: 01.641.583/0001-00

Evandro da Silva Menezes

Evandro da Silva Menezes (CPF: 105.281.704-14) 1º secretário

EDNALDO COUTINHO VITAL

Ednaldo Coutinho Vital (CPF: 063.892.774-90) 2º secretário

ADEILTON BEZERRA DA SILVA

Adeilton Bezerra da Silva (CPF: 081.400.774-02)

Alberto Charles Belém da Silva

Alberto Charles Belém da Silva (CPF: 813.973.054-87)

José Maria Bezerra da Silva

José Maria Bezerra da Silva (CPF: 736.863.444-91)

Jean Ribeiro da Silva

Jean Ribeiro da Silva (CPF: 081.073.524-59)

Neuzivan Clemente Ferreira

Neuzivan Clemente Ferreira (CPF: 027.380.854-07)

Luís Ribeiro da Silva

Luís Ribeiro da Silva (CPF: 941.7769.444 87) vice-presidente

Azenate da Câmara Cruz

Azenate da Câmara Cruz (CPF: 035.624.194-73) presidente

Câmara M. São M. do Gostoso  
APROVADO  
EM: 13/08/21

Publicado por:

Azenate da Câmara Cruz

Digitalizado com CamScanner Código Identificador: 82722408



**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2021 - ANO: VI - Nº: 1208**

## **Expediente:**

**Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte - FECAMRN**

### **BIÊNIO 2019/2021**

#### **PRESIDENTE - Paulo Eduardo da Costa Freire (Natal)**

- 1º Vice - Presidente: Ivanildo Dos Santos Costa (Caicó)
- 2º Vice - Presidente: Rosalba Marinho De Macêdo Souza (São Rafael)
- 3º Vice - Presidente: Antônio De Souza Maia Junior (Apodi)
- 4º Vice - Presidente: José Gilberto Da Silva (João Câmara)
- 1º Secretário: Gelson Vitor (Nova Cruz)
- 2º Secretário: Fagner Ferreira Da Silva (Monte Alegre)
- 1º Tesoureiro: Jessica Leite Queiroga Sales (Olho d'água do Borges)
- 2º Tesoureiro: Rodrygo Sowhammy Dos Santos Do Nascimento (Serrinha)

#### **CONSELHO FISCAL**

- Conselheiro Fiscal: Denilson Costa Gadelha (Macaíba)
- Conselheiro Fiscal: Otávio Carlos Dantas Filho (Brejinho)
- Conselheiro Fiscal: Paulo Cesar Macedo Da Fonseca (Bento Fernandes)
- Conselheiro Fiscal: Maria Fernanda Sima Teixeira De Carvalho (Espírito Santo)
- Conselheiro Fiscal: Carla Lopes Da Silva (Maxaranguape)

#### **SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL**

- Conselheiro Fiscal: Marta Lúcia Da Silva Brito (Luís Gomes)
- Conselheiro Fiscal: Lucélia Ribeiro Dantas (Patú)
- Conselheiro Fiscal: Antongnionne Madeiro Cardoso Da Costa (Baia Formosa)

#### **COORDENAÇÕES**

- Coordenador Região Oeste: Juscelino Herculano Jales (Messias Targino)
- Coordenador Região Médio Oeste: Arthur Barbosa De Lima (Janduís)
- Coordenador Região Vale do Assú: Jefferson Charles De Araújo Santos (Ipanguaçu)
- Coordenador Região Central: José Edilson Maciel (Angicos)
- Coordenador Região Seridó Ocidental: Emanuel Renege Soares Batista (Jardim de Piranhas)
- Coordenador Região Seridó Oriental: Alyson Wagner De Oliveira (Parelas)
- Coordenador Região Trairi: Marco Celito Da Costa (Santa Cruz)
- Coordenador Região Mato Grande: Fábio Fidele Ferreira (Pedra Grande)
- Coordenador Região Potengi: Ana Cristina Duarte Do Nascimento (Barcelona)
- Coordenador Região Salineira: Givagno Patrese Da Silva Bezerra (Macau)
- Coordenador Região Metropolitana: Wolney Freitas De Azevedo França (Parnamirim)
- Coordenador Região Agreste: Josué Gomes De Moura Júnior (Tibau do Sul)

O Diário Oficial das Câmaras municipais do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.